

Relatório e Contas 2019



Allianz Portugal
Companhia de Seguros, SA

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
CONVOCATÓRIA

São convocados os Accionistas da **Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A.**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de € 39.545.400, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 500.069.514, para reunir em Assembleia Geral Anual, na Rua Andrade Corvo, n.º 32, no próximo dia 30 de Junho de 2020, pelas 12:30 horas, com a seguinte Ordem dos Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as Contas da Sociedade, tudo relativo ao Exercício de 2019, bem como sobre o respectivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
2. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e os demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2019, bem como sobre o respectivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
3. Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;
4. Ratificar a nomeação por cooptação, de um Membro do Conselho de Administração;
5. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Ficam à disposição dos Senhores Accionistas, a partir do 15º dia anterior à data da Assembleia, os elementos de informação previstos no artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais.

Podem participar na Assembleia todos os Accionistas possuidores de pelo menos 100 acções, que até dez dias antes da data designada para a Assembleia as tenham registadas em seu nome, ou depositadas quer na sede da Companhia, quer em Instituição de crédito. Cada 100 acções dão direito a um voto.

Os Accionistas podem fazer-se representar por outro Accionista ou pelo cônjuge, ascendente ou descendente, ou por um membro do Conselho de Administração.

Lisboa, 29 de Maio de 2020

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

(DR. JOÃO JOSÉ BRITO)

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A.

Ano 2019

Caros Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e as Demonstrações Financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2019.

O perímetro de integração abrange as seguintes empresas:

- Empresa-mãe: Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.
- Empresa incluída: Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A inclusão é feita pelo método de integração global.

1. ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO

A economia global teve uma evolução positiva, mas desacelerada ao longo de 2019, impactada pela evolução da guerra tarifária entre os EUA e a China, a incerteza quanto ao Brexit e os múltiplos protestos espalhados pelo mundo por razões políticas e ambientais.

O ano ficou marcado por uma desaceleração do crescimento no comércio mundial (previsão WTO) proveniente do crescimento de sanções e restrições entre os vários países, pela frequente adoção de medidas protecionistas e incertezas políticas.

O impacto do comércio, aliado ao baixo nível de confiança dos mercados e a relutância em investir, levou o FMI a reduzir a estimativa do crescimento económico mundial para 3,0% de crescimento anual do PIB, o valor mais baixo desde a crise financeira.

Na zona Euro, a economia continua a desacelerar o ritmo de crescimento com o PIB estimado para crescer 1,2%. O grupo dos Países que partilham o Euro como moeda está a ser fortemente afetado pela desaceleração do Reino Unido (1,2%), França (1,2%), Alemanha (0,5%) e Itália (0%). O crescimento económico da zona Euro foi

restringido pela redução da atividade de investimento empresarial, mas sustentado pelo consumo dos particulares.

Em Portugal a economia cresceu a um ritmo superior ao grupo de países da Zona Euro, sendo estimado 1,9% de crescimento anual do PIB, menos 0,5p.p. que o registado no ano passado. A desaceleração do crescimento face ao ano anterior resultou do abrandamento das exportações, implicando um défice da balança de bens e serviços, e da redução da produção industrial.

Em termos homólogos, o PIB aumentou 1,9% no terceiro trimestre do ano, menos 0,5p.p. face ao terceiro trimestre de 2018 e em linha com o trimestre anterior.

A taxa de desemprego baixou face ao ano anterior, tendo-se situado nos 6,6% (7,0% em 2018), 1,0p.p. abaixo da taxa média da Zona Euro, que foi de 7,6% (8,2 % em 2018).

A taxa de desemprego na Zona Euro mantém a tendência de descida observada nos últimos anos e Portugal acompanha a tendência embora em desaceleração neste último ano.

A taxa de inflação de Portugal reduziu para 0,9% (final anual), menos 0,3p.p. que no ano anterior e deverá permanecer moderada face à evolução de alguns fatores habituais, particularmente os salários. A taxa está abaixo da Zona Euro de 1,2%. A nível mundial a taxa de inflação cresceu para 3,4% suportada pelas economias emergentes e em desenvolvimento que tiveram uma taxa de 4,7%.

2. MERCADO PORTUGUÊS – SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

A produção total do sector segurador foi de 12,2 mil milhões de euros, representando cerca de 5,2% do PIB português. Face ao ano anterior verificou-se uma redução de 5,8% do volume de prémios, 0,7 mil milhões de euros, e o peso no total do PIB decresceu 0,2p.p. em relação a 2018.

O principal impulsionador da redução do mercado foi o ramo Vida, que teve uma variação negativa de 13,9% face ao período homólogo.

A redução da produção do ramo Vida é transversal aos principais produtos, os seguros não ligados aos fundos de investimentos que reduziram 20,7%, os Planos Poupança Reforma (PPR) que reduziram 10,0% e os seguros ligados aos fundos de investimentos que reduziram 7,3%, face ao ano anterior.

Os ramos Não Vida registaram um crescimento de 7,9%, sendo o quinto ano consecutivo de crescimento e o maior desde 2004. Nos três últimos anos o mercado tem crescido 7,5%, 6,9% e 5,1% respetivamente em 2018, 2017 e 2016.

No caso do negócio Não Vida, verificou-se uma evolução muito favorável do volume de prémios na quase totalidade dos ramos. As linhas de negócio com crescimentos mais significativos foram Acidentes de Trabalho com 11,8%, Saúde com 8,7%, Automóvel com 7,0% e Multiriscos que cresceu 6,3%.

Os ramos das empresas cresceram significativamente neste último ano, principalmente os produtos Multiriscos alavancados pelo crescimento económico. Especial enfoque no segmento Industrial.

O ramo de Acidentes de Trabalho manteve uma tendência de crescimento pelo sexto ano consecutivo, após diversos anos de quebra no volume de prémios. O aumento da produção deste ramo decorre do crescimento da atividade económica, com impacto ao nível da massa salarial e decorre também das indispensáveis correções tarifárias que as Companhias têm vindo a efetuar nos últimos anos para fazer face à crescente evolução da sinistralidade laboral.

O ramo saúde conseguiu um maior crescimento que o registado no ano passado, regressando ao crescimento acentuado que registou nos anos anteriores, mantendo uma trajetória de crescimento sustentada no alargamento do número de pessoas e no aumento do prémio médio.

O ramo automóvel manteve um crescimento significativo tal como nos anos anteriores, explicado fundamentalmente pelo aumento do prémio médio. O acréscimo do volume de prémios foi principalmente incrementado pela cobertura de danos próprios em 8,1%, mas também em responsabilidade civil verificou-se um aumento de 6,7% confirmando a evolução já verificada nos últimos anos.

Quanto ao mercado dos Fundos de Pensões, em 31 de Dezembro de 2019 é previsto um valor sob gestão de 21,8 mil milhões de euros, segundo dados da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, representando um crescimento de 12,1% em relação ao final de 2018.

3. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Durante o ano de 2019 foram introduzidas algumas iniciativas legislativas mais relevantes para a atividade seguradora, nomeadamente:

- Lei 7/2019 de 16 de Janeiro, que aprovou o novo Regime Jurídico da Distribuição de Seguros e Resseguros, revogando o anterior Decreto-Lei nº 144/2006;
- Lei 9/2019 de 1 de Fevereiro, que alterou a Lei Geral Tributária;
- Lei 14/2019 de 12 de Fevereiro, que alterou o Regime Jurídico da Resolução Alternativa de Litígios de Consumo;
- Lei 17/2019 de 14 de Fevereiro, que altera o Regime de Comunicações Obrigatórias de Informação Financeira;
- Lei 58/2019 de 8 de Agosto, que transpôs para a legislação nacional o Regulamento Europeu sobre Proteção de Dados;
- Lei 63/2019 de 16 de Agosto, que procedeu à alteração da Lei do Consumidor.
- Lei 90/2019 de 4 de Setembro, que aprovou alterações ao Código do Trabalho e a legislação sobre a proteção social.
- Lei 93/2019 de 4 de Setembro, que altera o Código do Trabalho e o Código dos Regimes Contributivos da Segurança Social;
- Lei 98/2019 de 4 de Setembro, que alterou o Código do IRC;
- Lei 107/2019 de 9 de Setembro, que altera o Código de Processo de Trabalho;
- Lei 117/2019 de 13 de Setembro, que altera o Código de Processo Civil e o Regime Jurídico das Injunções;
- Lei 119/2019 de 18 de Setembro, que aprovou alterações aos Códigos do IRS, IRC, IMI, IMT, IUC, Imposto de Selo, ao Regime das Infrações Tributárias, ao Código de Procedimento e Processo Tributário e a vários outros diplomas com relevância fiscal;

- Lei 120/2019 de 19 de Setembro, que estabelece mecanismos para a resolução de litígios sobre a interpretação e aplicação dos acordos e convenções para evitar a dupla tributação;
- Decreto-Lei 24/2019, de 4 de Fevereiro, que estabeleceu as regras aplicáveis ao acesso e intercâmbio de informação entre o Registo Comercial português e os dos restantes Estados Membros da União Europeia;
- Decreto-Lei 79/2019 de 14 de Junho, que alterou os Regimes Jurídicos das Pensões de Invalidez, Velhice e Sobrevivência do regime geral da Segurança Social;
- Decretos-Lei 147/2019 de 30 de Setembro, que aprova medidas de emergência para o caso da saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo;
- Portaria 289/2019, de 5 de Setembro, que regulamenta o regime da Fatura Eletrónica;
- Portaria 323/2019, de 19 de Setembro, que regulamenta o apoio às empresas para a conversão de contratos de trabalho a termo em definitivos;

Citam-se também alguns dos documentos normativos mais importantes, emitidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões:

- Norma 6/2019-R, de 3 de Setembro, que regula as categorias de cursos sobre seguros e o seu processo de reconhecimento e os requisitos mínimos da qualificação adequada para os distribuidores de seguros;
- Circular n.ºs 2/2019 de 12 de Abril, sobre a disponibilização de informação pelas Seguradoras relativa aos tempos médios de regularização de Sinistros de Automóvel;
- Carta-Circular de 28 de Maio, que divulgou o novo regime de medidas restritivas contra os ciberataques;

4. ANÁLISE DAS EMPRESAS CONSOLIDADAS

4.1 COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL, S.A.

O resultado líquido do exercício de 2019 é positivo em Euros 40.603.792, superior ao resultado de 2018, consequência de uma melhoria na sinistralidade ocorrida no negócio de Não Vida. O negócio de Vida também melhorou, consequência de um melhor resultado de investimentos.

ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de Dezembro de 2019

Mesa da Assembleia Geral

João José de Brito – Presidente

Luis Carlos de Melo Antunes Ferreira – Secretário

Conselho de Administração

Vicente Tardio Barutel - Presidente

Teresa Paula Lan Brantuas Silva – Administradora-Delegada

Vogais:

Helga Jung

Ivan José de la Sota Duñabeitia

José Pena do Amaral

João Pedro Oliveira e Costa

Tomás Muniesa

Conselho Fiscal

José Vaz Serra de Moura - Presidente

Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim – Vogal

Isaque Marcos Lameiras Ramos – Vogal

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas, Lda – representada por Carlos Manuel Maia

4.1.1. VOLUME E ESTRUTURA DE VENDAS

A diminuição do volume dos prémios da Companhia em 7,4% foi superior à verificada no mercado cuja diminuição foi de 5,8%.

A diminuição do volume de prémios da Companhia distribuiu-se pelos segmentos de negócio da seguinte forma: um decréscimo de 32,0% em Vida e um acréscimo de 8,3% em Não Vida. O crescimento nos ramos Não Vida ficou acima do mercado, que cresceu 7,9%, contrariamente ao comportamento em Vida onde o mercado decresceu apenas 13,9%.

A evolução do posicionamento da Allianz Portugal face ao mercado foi a seguinte:

QUOTA DE MERCADO	VIDA	NÃO VIDA	TOTAL
2019 *	2,6%	8,8%	5,3%
2018 *	3,3%	8,8%	5,4%

(*) Actividade em Portugal (informação APS), incluindo os instrumentos financeiros.

Relativamente aos canais de distribuição, a Companhia cresceu acima do mercado no canal bancário, no entanto abaixo do mercado no canal de mediadores.

No que diz respeito ao volume de prémios distribuídos através do nosso parceiro estratégico BPI, verificou-se um aumento de 7,1% no total. No segmento Não Vida obteve-se um crescimento de 9,2%, acima do mercado cuja evolução foi de 8,3%. No segmento Vida (risco) verificou-se um acréscimo de 5,0%, superior ao mercado que teve uma evolução de 1,6%.

No canal de mediadores verificou-se um decréscimo total de 12,2% abaixo do mercado que teve um aumento de 2,5%. Nos ramos Não Vida a Companhia obteve um crescimento de 8,1% em linha com o mercado. Em Vida registou-se um decréscimo neste canal de 49,0%, abaixo do mercado que decresceu 12,6%.

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um crescimento de 1,3% em comparação com 2018. Assim, no final do ano o número de apólices chegou aos 1.786.140. O crescimento em Não Vida foi de 0,5% e em Vida de 4,0%.

O número de clientes registou um crescimento de 1,0% face ao ano anterior, atingindo os 963.451 no final de 2019.

A evolução do número de agentes ativos registou um decréscimo de 10%, ficando nos 5.079 no final do ano, indo ao encontro da estratégia da Companhia de concentrar o seu foco nos mediadores mais profissionais do mercado.

A nível de prémios e depósitos de contratos de investimento a evolução foi a seguinte:

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2019		2018		Δ 2019/2018
	Prémios brutos emitidos	%	Prémios brutos emitidos	%	
VIDA	112 513 340	19,7%	185 671 881	30,5%	-39,4%
NÃO VIDA					
A ACIDENTES E DOENÇA	196 805 076	42,9%	178 132 406	42,0%	10,5%
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	97 637 238	21,3%	88 979 014	21,0%	9,7%
A AUTOMÓVEL	144 319 796	31,4%	139 439 581	32,9%	3,5%
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4 605 921	1,0%	4 042 145	1,0%	13,9%
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	15 264 370	3,3%	12 653 162	3,0%	20,6%
CRÉDITO E CAUÇÃO	33 266	0,0%	99 458	0,0%	-66,6%
DIVERSOS	233 067	0,1%	211 413	0,0%	10,2%
Sub-total não vida	458 898 735	100,0%	423 557 179	100,0%	8,3%
RESSEGURO A CESTE	91 690	0,0%	108 094	0,0%	-15,2%
Total não vida	458 990 425	80,3%	423 665 273	69,5%	8,3%
TOTAL VIDA + NÃO VIDA	571 503 766	100,0%	609 337 154	100,0%	-6,2%
	Depósitos Contratos Investimento	%	Depósitos Contratos Investimento	%	
VIDA					
CONTRATOS DE INVESTIMENTO (UL+IL)	25 103 519		15 550 887		61,4%
CONTRATOS DE INVESTIMENTO	45 595 466		68 398 260		-33,3%
TOTAL CONTRATOS DE INVESTIMENTO	70 698 985		83 949 147		-15,8%
TOTAL VIDA + NÃO VIDA +CONTRATOS INVESTIMENTO	642 202 751		693 286 301		-7,4%

(Valores em Euros)

Nos ramos Não Vida registou-se um aumento dos prémios de 8,3% face ao ano anterior. A evolução do volume de prémios é explicada pelos crescimentos obtidos nos ramos Acidentes de Trabalho com 10,8%, Acidentes Pessoais com 32,7% e Multirriscos Habitação com 7,9%.

No ramo Vida verificou-se um decréscimo dos prémios de 32,0%. Esta evolução reflete a alteração da estratégia da Companhia, que deixou de vender produtos de taxa ou capital garantido, para priorizar a venda dos seus produtos mais rentáveis e de menor consumo de capital de forma a reforçar a sua solvabilidade.

4.1.2. ESTRUTURA DE CUSTOS E PROJETOS

Os rácios da actividade da Companhia (Não Vida) são apresentados como se segue:

	Não Vida	
	2019	2018
Rácio Sinistralidade	67,4%	81,2%
Custos Aquisição	19,8%	20,3%
Custos Administrativos	3,3%	3,9%
Rácio de Custos de Exploração	23,1%	24,2%
Rácio Combinado	90,5%	105,4%

Nota: rácios apurados em função de prémios adquiridos, excluindo resseguro.

O peso relativo do resultado do exercício face aos prémios adquiridos teve uma variação positiva de 7,7 pontos percentuais, comparativamente ao ano anterior.

A evolução é a seguinte:

	2019		2018	
	Vida	Não Vida	Vida	Não Vida
Prémios Adquiridos	109 950 254	444 583 080	185 821 855	418 359 855
Resultado Ano	40 603 792		-2 668 705	
% Resultado/PA	7,3%		-0,4%	

(Valores em euros)

4.1.3. GESTÃO FINANCEIRA

O ano de 2019 foi caracterizado por um ambiente de incerteza, com questões geopolíticas a desempenhar um papel importantíssimo:

- 1) A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China que gerou um grande nervosismo ao longo do período, para felizmente terminar com um acordo no final de Dezembro.
- 2) O famoso Brexit que também foi tranquilizado com eleições no final do ano e com uma vitória massiva de Boris Johnson, o que desbloqueou o parlamento aprovando uma saída ordenada do Reino Unido da União Europeia. Temos pela frente dois anos de intensas negociações, mas a opção do "hard brexit" ficou já descartada.

3) O processo de “impeachment” aberto a Donald Trump, mas que terminou recentemente com a absolvição do Presidente dos EUA e com pouco impacto nos mercados.

4) Por último, os ruídos gerados tanto pelos protestos sociais em Hong Kong como pelo ataque de *drones* a uma refinaria de petróleo saudita, provocaram volatilidade no preço do crude e receios de uma escalada de preços com um efeito adverso na evolução do crescimento dos países desenvolvidos. Felizmente, o assunto não teve impacto e o preço do petróleo manteve-se posteriormente mais estável.

Os Bancos Centrais também tiveram o seu protagonismo. A Reserva Federal reduziu três vezes a taxa de referencia (Julho, Setembro e Outubro) ate um nível de 1,5-1,75%. Este movimento veio justificado pela incerteza da batalha comercial com a China e os sinais de esgotamento que começa a dar a economia. A FED confirmou uma pausa no ciclo de queda de taxas, ao afirmar que o nível de taxas atual é o apropriado para uma economia com um crescimento moderado, um mercado laboral forte e uma inflação que se encontra próxima do objetivo de 2%.

Na Europa verifica-se o maior período de expansão económica histórico. O Banco Central Europeu, por sua vez, também reduziu a taxa dos depósitos interbancários em 10 pontos básicos, até -0,5%, estabelecendo um sistema de tranches para compensar parte do excesso de reservas que os bancos tenham depositadas no Banco Central. Além disso reiniciou o programa de recompra de ativos de 20 mil milhões de euros mensais e confirmou que as taxas iriam manter os níveis baixos ou até mesmo inferiores, até que a inflação se situe de forma continuada próximo dos 2%.

É importante assinalar o relevo da presidência do BCE por Christine Lagarde, esperando-se que o seu mandato tenha um carácter mais político e mais focado nas políticas fiscais que o do seu antecessor Mario Draghi. A era de Draghi deixou-nos umas curvas de taxas de juro e uns diferenciais de crédito em mínimos históricos.

Em termos de decisões de investimento, as principais alterações em 2019 foram as seguintes:

- Um novo Strategic Asset Allocation (SAA) foi aprovado no Comité Financeiro (FiCo) para o ano de 2019 com o objetivo de reduzir o consumo de capital (de-risking strategy), aumentando a exposição a obrigações governamentais Core Europe e reduzindo a exposição a obrigações corporativas na carteira de Não-Vida. No Comité Financeiro de Outubro de 2019, tendo em conta a melhoria do rácio de solvência da Companhia, aprovou-se um aumento da exposição a obrigações corporativas e redução em obrigações Governamentais Core Europe. A posição de Cash terminou acima dos limiares estabelecidos no SAA, dado que a nova estratégia aprovada em Outubro 2019 tem um período de implementação longo.
- Em Vida decidiu-se reestruturar duas carteiras: Renda Mais e PPR devido à existência de resgates superiores ao esperado nos últimos anos.
- Em ambos os ramos, a estratégia a propor para 2020 envolve o investimento em Dívida Governamental Portuguesa e Espanhola

Os resultados financeiros aumentaram em 2,4% em comparação com o ano anterior, por via do aumento de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas de 32,9%.

O resultado financeiro representou em 2019, 4,1% dos prémios adquiridos, valor superior aos 3,6% atingidos em 2018.

A estrutura de ativos teve a seguinte evolução:

	2019	%	2018	%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
Ações	930 406	0%	930 406	0%
Ativos financeiros detidos para negociação				
Opções	943 421	0%	646 090	0%
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				
Dívida pública	379 843	0%	376 721	0%
Obrigações de outros emissores	0	0%	0	0%
Instrumentos de capital e unidades de participação	29 003 469	2%	15 277 486	1%
Sub-Total	29 383 312	3%	15 654 207	1%
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Dívida pública	608 994 031	52%	539 030 668	48%
Obrigações de outros emissores	430 232 266	37%	488 649 650	43%
Ações	1 581 172	0%	1 533 150	0%
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20 449 457	2%	6 024 788	1%
Sub-Total	1 061 256 926	91%	1 035 238 256	92%
Caixa equivalentes e depósitos à ordem				
Caixa equivalentes e depósitos à ordem	0	0%	0	0%
Depósitos à ordem	25 225 818	2%	23 443 965	2%
Sub-Total	25 225 818	2%	23 443 965	2%
Empréstimos e contas a receber				
Outros depósitos	0	0%	0	0%
Empréstimos concedidos	992 752	0%	1 155 114	0%
Outros	0	0%	0	0%
Sub-Total	992 752	0%	1 155 114	0%
Terrenos e edifícios				
Terrenos e edifícios de uso próprio	18 662 915	2%	20 095 988	2%
Terrenos e edifícios de rendimento	31 279 684	3%	27 082 718	2%
Sub-Total	49 942 599	4%	47 178 706	4%
TOTAL	1 168 675 233,36	100%	1 124 246 744,97	100%

(Valores em euros)

4.1.4. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros aumentaram em 2.4% em comparação com o ano anterior, por via do aumento de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas de 32.9%.

O resultado financeiro representou em 2019, 4,1% dos prémios adquiridos, valor superior aos 3,6% atingidos em 2018.

	2019	2018
Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	22 146 902	23 129 902
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	(1 049 997)	(1 070 082)
Outros	1 367 784	1 326 875
Rendimentos	22 464 690	23 386 694
Gastos Financeiros	(2 572 196)	(2 874 410)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 451 232	1 844 373
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	225 775	(29 601)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão), excluindo contas a receber e Outros	(26 469)	(305 490)
Total	22 543 032	22 021 565

(Valores em euros)

4.1.5. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

A evolução das responsabilidades e dos ativos no ano de 2019 foi a seguinte:

	2019	2018
Ativos (1)	1 210 702 850	1 161 214 812
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	1 049 212 406	1 037 544 741
Excedente - valor absoluto	161 490 444	123 670 071
Excedente - valor relativo	115,4%	111,9%

(Valores em euros)

(1) Inclui valores livres e permitidos pela Portaria 299/99, com exceção do cash pool do Grupo.

O rácio de cobertura das provisões técnicas de 2019 sofreu um aumento em relação ao valor registado em 2018 por via da subida de 4.3% nos Ativos que compõem este rácio contra apenas a ligeira subida de 1.1% nas Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.

4.1.6. CAPITAIS PRÓPRIOS

A evolução dos capitais próprios é a seguinte:

	2019	2018
Capital	39 545 400	39 545 400
Reservas de Reavaliação e por Impostos Diferidos e Correntes	49 198 513	33 426 861
Outras Reservas	77 257 010	77 632 490
Resultados Transitados	(2 668 705)	-
Resultados do Exercício	40 603 792	(2 668 705)
Capital Próprio total	203 936 010	147 936 046

(Valores em euros)

Os Capitais Próprios totalizam o montante de Euros 203.936.010, apresentando um aumento de Euros de 55.599.964 face ao ano anterior, maioritariamente decorrente do aumento registado no resultado do exercício de Euros 43.272.497, nas Reservas de Reavaliação e por Impostos Diferidos e Correntes no montante de Euros 15.771.652 face ao ano de 2018 devido à evolução favorável dos mercados financeiros e da incorporação do Resultado líquido negativo do exercício de 2018 em Resultados transitados.

4.2. ALLIANZ – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

Apurou-se neste exercício um resultado líquido de Euros 1.544 contra Euros 4.978 no ano anterior, o que representa um decréscimo de Euros 3.434. Esta evolução negativa deve-se fundamentalmente ao decréscimo da prestação de serviços. Registou-se um decréscimo de 2,09%, resultante das comissões cobradas aos Fundos de Pensões, que passaram de Euros 158.807 para Euros 155.482.

O Resultado Operacional passou de Euros 5.096 para Euros 8.770 negativos, o que traduz um decréscimo de Euros 3.325. O Capital Próprio ascende a Euros 1.093.020, respeitando as disposições legais e normas regulamentares em vigor. Em 31 de dezembro 2019, a Margem de Solvência da Sociedade Gestora apresenta um nível de cobertura de 136,63%, em 2018 era de 136,43%.

Quanto à atividade da Allianz, SGFP, S.A. em 2019 no valor dos fundos geridos verificou-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, passando de Euros 19.915.876 para Euros 19.923.022. O número de fundos sob gestão mantém-se igual, 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 3,37%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

5. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Esta declaração expressa os princípios gerais que regem a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Relativamente ao Conselho de Administração, apenas são remunerados a Administradora-Delegada e o Presidente do Conselho, sendo essa remuneração definida pela Comissão de Remunerações da Sociedade.

A remuneração da Administradora-Delegada é fixada tendo em conta a necessidade de a mesma ser competitiva face à atividade da Sociedade e ao mercado onde esta se encontra inserida, sempre com o objetivo de permitir que a Sociedade possa beneficiar dos serviços de profissionais da mais elevada qualidade.

A remuneração da Administradora-Delegada é composta por uma remuneração fixa e uma remuneração variável. A remuneração variável é definida tendo em conta um conjunto de objetivos que são previamente fixados no início do período em avaliação. Esses objetivos dividem-se em objetivos financeiros da própria sociedade e objetivos individuais do administrador, que se encontram naturalmente alinhados uns com os outros. No final do período anual, é avaliada qual a percentagem de cumprimento dos objetivos fixados e, com base no resultado dessa avaliação, é determinada a remuneração variável a pagar. Para 2019 o valor máximo a pagar poderia atingir os 100% da remuneração fixa.

O pagamento de parte da remuneração variável é diferido no tempo por um período de 4 anos e só após a avaliação global do desempenho da empresa e do interessado, no final do período, é que se processa o respetivo pagamento.

Os mecanismos existentes relativamente à ligação da remuneração variável ao desempenho da empresa estão refletidos no próprio sistema que, conforme foi referido acima, está sempre dependente do cumprimento de objetivos económicos e financeiros da sociedade, pelo que caso o desempenho da sociedade não seja adequado, a remuneração variável sofrerá a respetiva redução ou mesmo anulação. Para, além disso, o sistema de remuneração variável prevê ainda que qualquer

violação do Código de Conduta da empresa ou de qualquer regra de Compliance da mesma é motivo de redução ou anulação daquela remuneração.

A remuneração do Presidente do Conselho é uma remuneração fixa, definida pelo acionista maioritário como forma de reconhecimento pelo exercício da função, ainda que sem poderes executivos.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por três membros que recebem uma remuneração fixa anual definida tendo em conta as obrigações inerentes às funções desempenhadas e à responsabilidade das mesmas.

Em 2019, os valores pagos e processados para os membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, no âmbito das respetivas funções, foram os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	2019	2018
Teresa Paula Lan Brantuas Silva	556.086 €	408.387 €
Vicente Tardio Barutel	30.000 €	30.000 €
Ivan José de la Sota Duñabeitia	0 €	0 €
Helga Jung	0 €	0 €
Tomás Muniesa	0 €	0 €
José Pena do Amaral	0 €	0 €
João Pedro Oliveira e Costa	0 €	0 €

CONSELHO FISCAL

	2019	2018
José Vaz Serra de Moura	6.000 €	6.000 €
Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim	5.000 €	5.000 €
Isaque Marcos Lameiras Ramos	5.000 €	5.000 €

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

	2019	2018
PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	171.467 €	171.467 €

6. RESULTADOS CONSOLIDADOS

O resultado líquido consolidado do exercício de 2019 atribuível aos acionistas é de Euros 40.605.160, superior em cerca de Euros 43.269.455 ao registado em 2018 de negativos Euros 2.664.295. Esta evolução positiva deveu-se a uma melhoria na sinistralidade ocorrida no negócio de Não Vida como também ao ano atípico que se registou em 2018, com eventos extraordinários como o reforço das reservas de sinistros de anos anteriores dos ramos de automóvel e acidentes de trabalho e como a tempestade Leslie.

7. SOLVÊNCIA II

Após a entrada em vigor do novo regime de Solvência a 1 de janeiro de 2016, o sector segurador enfrentou as novas exigências ao nível da gestão de risco, controlo interno e prestação de informação ao mercado e às entidades de Supervisão. Tal como em 2018, durante o ano de 2019, e relativamente a 31 de dezembro de 2018, foi efetuado o reporte completo de Solvência II às entidades de Supervisão e ao mercado, bem como a Certificação Anual pelo Atuário Responsável e Revisor Oficial de Contas.

Apesar do contexto económico-financeiro de taxas de juro muito baixas, o resultado financeiro observado no ano de 2019 apresentou uma melhoria bastante significativa tendo em conta o resultado negativo do ano anterior. Outro dos pontos positivos a destacar é a melhoria do rácio dos requisitos de capital, tendo registado uma subida de mais de 10% face ao ano anterior. Deste modo, a Companhia demonstra capacidade de resiliência perante cenários adversos.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2019 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2020.

8. RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA 2019

8.1. A COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, é uma empresa de seguros com sede em Portugal, que faz parte do Grupo Financeiro Internacional Allianz.

A empresa tem a sua sede em Lisboa e escritórios comerciais em todo o território nacional e ilhas, trabalhando em Vida e em Não Vida e assentando o seu modelo de negócio na venda através de intermediários e nos princípios da focalização no cliente, da proximidade aos seus parceiros de negócio, da meritocracia inclusiva, da excelência técnica, da inovação e da qualidade de serviço.

Sendo uma empresa de seguros, a Confiança é o valor fundamental da Allianz Portugal, bem como do Grupo Allianz onde se integra. Para o sucesso empresarial na área dos serviços financeiros e em particular na atividade seguradora, a Allianz entende que a Confiança de todos aqueles com quem se relaciona é um fator verdadeiramente indispensável.

E essa Confiança ganha-se e mantém-se através de uma forma de atuar e de fazer negócio baseada na ética e na integridade e através de um conjunto de princípios e de políticas que devem concretizar esses mesmos valores éticos.

8.2. OS RECURSOS HUMANOS

1 – POLÍTICA GERAL E CLIMA INTERNO

A gestão dos Recursos Humanos da empresa assenta numa Política de Meritocracia Inclusiva. Isso significa que não conta apenas a performance de cada um, mas também a forma como essa performance é alcançada. Se é importante que os colaboradores da Allianz atinjam os objectivos que estão definidos, tão ou mais importante é a forma como os mesmos se atingem, os princípios que há que respeitar bem como as características que cada empregado deve revelar na sua actividade profissional. Meritocracia porque se quer uma Cultura de Recursos Humanos baseada no mérito das pessoas, reconhecendo mais aqueles que mais se esforçam e que mais aportam à empresa, mas Inclusiva porque não se quer deixar ninguém de fora, porque

se quer uma política de inclusão e não de discriminação, porque se quer um ambiente de ética e de confiança.

E a Meritocracia Inclusiva foi concretizada em quatro Atributos que deverão constituir o ADN dos colaboradores Allianz.

Esses Atributos são:

- A Liderança Participativa, que implica envolver as pessoas e dar-lhes orientação e objectivos, desenvolvê-las e dar-lhes feedback contínuo e colaborar transversalmente, partilhando as boas práticas.
- O Empreendedorismo, que implica correr riscos de forma profissional, promovendo uma cultura onde os erros são permitidos, desenvolver o espírito de iniciativa individual e colectivo e assumir as responsabilidades das suas decisões.
- A Excelência face ao Cliente e ao Mercado, que implica criar um ambiente que promova a inovação e o desenvolvimento de soluções simples, centradas no cliente, ser excelente em todos os pontos de contacto com o cliente e continuamente comparar com os melhores do mercado.
- A Confiança, que significa garantir que a Diversidade e a Inclusão são promovidas, que a Integridade é a base de actuação, honrando os compromissos assumidos e sendo verdadeiros, e atuando sempre com transparência comunicando de forma abrangente.

É, pois com base nestas características que se desenvolvem os Planos de Formação da Companhia, mas também as avaliações de desempenho e os próprios processos de recrutamento.

Todos os anos é realizado um Questionário de Clima Organizacional, anónimo, através de meios electrónicos e conduzido por uma empresa externa e independente. Tal Questionário é comum a todo o grupo Allianz e procura medir o ambiente que se vive nas empresas ao nível dos Recursos Humanos, através de três Índices Principais: o Índice de Empenho e Compromisso, o Índice de Meritocracia e o Índice de "Work Well" (condições de equilíbrio da vida profissional e pessoal). Adicionalmente o Questionário integra ainda um conjunto muito alargado de questões divididas por Dimensões tais como a Colaboração e Comunicação Interna, a Inovação, o Superior Hierárquico, a Focalização no Cliente, a Orientação Estratégica e Gestão de Topo, a Diversidade e

Integridade, a Função e os Processos, a Aprendizagem e Desenvolvimento e a própria Compensação.

Em termos de participação, a Allianz Portugal atingiu em 2019 uma taxa de 96%, subindo dois pontos relativamente ao ano anterior e superior em 12 pontos à média do Grupo Allianz, de 84%.

Quanto aos principais Índices, no Índice de Meritocracia, a Allianz Portugal atingiu 76%, o mesmo resultado de 2018, e 3 pontos acima da média do Grupo, que obteve 73%. No Índice de "Work Well", a Allianz Portugal atingiu 68%, 2 pontos acima do resultado do ano anterior e da média do Grupo, de 66%.

E no Índice de Empenho e Compromisso, a Allianz Portugal atingiu 75%, descendo 3 pontos face ao ano anterior, superando em 3 pontos a média do Grupo Allianz, que se atingiu 72%

A manutenção dos resultados do Índice de Meritocracia e a subida no Índice de Work Well são motivo de satisfação e revelam que os planos de Ação implementados tiveram sucesso nestas áreas e que a preocupação da empresa com as condições de trabalho dos colaboradores tem sido reconhecida pela grande maioria. A descida no Índice de Empenho justifica-se muito pelas dificuldades que atravessaram algumas áreas da Companhia, com transformações de estruturas e de processos muito significativas, que implicaram um esforço de trabalho muito forte. Ainda assim, os 3 Índices continuaram a revelar valores acima da média do Grupo Allianz, o que não deixa de ser um sinal muito positivo.

Como em anos anteriores, os Planos de Ação para o ano seguinte continuam a focar-se nos pontos onde os resultados foram menos bons para procurar implementar ações que possam reverter essa situação.

2 – DIVERSIDADE

A Allianz Portugal tem uma estrita política de não discriminação, seja de género seja de qualquer outro tipo, aplicando a igualdade no tratamento de homens e mulheres.

Como melhor indicador o facto de o cargo de topo da empresa ser ocupado por uma mulher, a única Administradora-Delegada da atividade seguradora em Portugal.

Adicionalmente, o Grupo Allianz impõe como objetivo que cada empresa tenha no seu Comité Executivo uma percentagem de 20% de mulheres. A Allianz Portugal já tem hoje 40% do seu Comité Executivo constituído por mulheres.

Ao nível dos Responsáveis de segunda linha da empresa, 56% são mulheres e no total dos colaboradores, 54% são do género feminino.

Todas as Políticas de Recursos Humanos são por isso totalmente neutras em termos de género, sendo o critério base o do mérito, seja para os recrutamentos, seja para as promoções ou evoluções salariais.

3 – INDICADORES

A Allianz Portugal terminou o ano com 618 colaboradores, menos 12 do que em 31 de Dezembro de 2018. Esta descida deve-se essencialmente ao programa de reestruturação da empresa com vista ao seu rejuvenescimento e requalificação, com a entrada de jovens licenciados e as saídas, sempre por acordo ou pré-reforma, de colaboradores mais idosos.

Os colaboradores apresentam no final do ano uma média etária de 45,6 anos e a média de antiguidade na empresa é de 18 anos.

Em termos de habilitações literárias, 60% dos colaboradores possuem cursos superiores (uma subida de 2,2 % face ao ano anterior), 38,2 % possuem o ensino secundário e 1,8% possuem menos do que o ensino secundário.

4 – FORMAÇÃO

Durante o ano de 2019 registaram-se 3.275 participações em ações de formação, uma subida de 28,5% relativamente ao ano anterior, o que revela a forte aposta na Formação que a empresa tem vindo a realizar para reforçar cada vez mais a qualificação dos seus colaboradores. No total foram realizadas 16.979 horas de Formação, um aumento de 5% face 2018 e que resulta numa média de 27 horas de formação por colaborador.

Deste total de horas, 10.919 (64%) foram realizadas em Formação Interna, para o que muito contribui o total de mais de 150 colaboradores com Certificação Oficial de Formadores, uma aposta muito forte da empresa no desenvolvimento das

capacidades formativas dos seus colaboradores para possibilitar depois que estes realizem em cascata diferentes ações de formação aos restantes colaboradores.

De salientar ainda o acordo realizado pelo Grupo Allianz com o *LinkedIn* no início do ano de 2018, que permite a todos os colaboradores das suas empresas terem acesso gratuito a mais de 20.000 cursos de formação da mais variada natureza, desde a técnica à área comportamental. Em 2019, na Allianz Portugal, 29% dos seus colaboradores já se encontra registado nesta plataforma, tendo participado em mais de 1000 cursos de formação. Trata-se de uma possibilidade que é dada a todos os colaboradores de poderem escolher as Formações que mais lhes interessam e realizá-las ao seu ritmo, da forma que mais lhes seja adequada, num sistema online que facilita muito este tipo de ações.

Ainda muito importantes as participações de mais de 30 jovens colaboradores nas Ações de Certificação Técnica realizadas com o Grupo Allianz, para assegurar o melhor “know-how” técnico de seguros para os jovens a iniciar a sua carreira.

5 – EQUILÍBRIO DA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

A Allianz Portugal desenvolve todos os anos o seu Programa de “Work Well” que procura promover um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Para isso foram realizadas em 2019 ações de Formação específicas de Gestão do Tempo e Gestão do Stress com a participação de 147 colaboradores.

Para, além disso, são realizados vários eventos que procuram promover uma vida saudável ou facilitar o referido equilíbrio com a vida pessoal dos colaboradores. Assim, em 2019 foi realizada mais uma edição do Dia do Desporto, com a participação de cerca de 150 colaboradores e familiares. Como forma de ajudar os colaboradores nas épocas de férias dos seus filhos, realizaram-se Colónias de Férias para os filhos dos colaboradores, na Páscoa e durante o Verão envolvendo 62 crianças, e uma Festa de Natal para as crianças onde participaram 53 filhos de colaboradores. Paralelamente realizou-se o Dia da Família, em que os colaboradores têm a oportunidade de trazer os seus filhos para conhecer o local de trabalho dos pais e participar em momentos de diversão e lazer. E ao mesmo tempo alargaram-se o número de parcerias com ginásios e outras instalações desportivas para proporcionar aos colaboradores a prática do desporto a preços mais acessíveis ou acordos com empresas de prestação

de serviços das mais diversas áreas, que pretendem facilitar a vida dos colaboradores Allianz a preços especiais.

A Allianz aproveita ainda alguns dos seus patrocínios para proporcionar aos seus colaboradores a oportunidade de assistirem a eventos de uma forma gratuita, e em família. É o caso do Futebol, em que são sorteados bilhetes para jogos do Campeonato Nacional e das Taças, ou da Cultura, com espetáculos da Companhia Portuguesa de Bailado Contemporâneo ou o Festival Indie de Cinema.

Todos os anos se realiza ainda o Jantar de Natal da Allianz, onde os colaboradores de todo o país se juntam para confraternizar na época natalícia e onde se entregam ainda os prémios de reconhecimento aos colaboradores que perfazem 25, 35 e 40 anos de empresa. Em 2019 estiveram presentes 432 colaboradores, cerca de 70% do total da empresa.

6 – SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Para além dos serviços de Medicina do Trabalho obrigatórios por Lei, a Allianz Portugal realiza ainda ações de saúde e bem-estar aos seus colaboradores, onde são efetuados diversos exames e testes médicos adicionais, aulas de nutrição, de relaxamento corporal, de gestão de stress, entre outras e que contaram em 2019 com um total de 277 participações de um conjunto de 145 colaboradores.

Ainda durante o ano de 2019 mais 83 colaboradores realizaram ações de Formação na área da Segurança e Higiene no Trabalho.

Adicionalmente, os Serviços de Segurança e Higiene realizam as suas inspeções às instalações da companhia todos os anos, com análise das condições de higiene e de segurança mas também das próprias condições de trabalho como a iluminação natural e artificial, o equipamento e o espaço de trabalho.

Ainda em 2019 foram realizados dois simulacros de incêndio para testar os procedimentos de evacuação e de organização da empresa nestas situações.

8.3. SUSTENTABILIDADE

1 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Allianz Portugal tem uma Política de Responsabilidade Social, sob o lema “Be the Change” em que se procura promover, através de diversas ações de voluntariado, a participação dos colaboradores na vida da sociedade, ajudando as faixas da população mais carenciadas e promovendo simultaneamente, com essas mesmas atividades, o espírito de equipa e o sentimento de auto-satisfação dos colaboradores.

A Allianz Portugal tem uma colaboração há já 7 anos com a Associação EPIS (Empresários Pela Inclusão Social), através da qual apoia com donativos financeiros um conjunto de jovens de populações carenciadas, realizando ainda com eles diversos tipos de ações que procuram ajudar a estimular o seu sucesso escolar bem como a proporcionar-lhes eventos que, de outra forma, lhes seriam inacessíveis. Em todas essas ações participam colaboradores da Allianz em regime de voluntariado. Em 2019 realizaram-se sessões de Cinema com 75 alunos apoiados pela EPIS, através de participações no Indie Junior no Porto e no Indie Lisboa. Foi ainda realizada uma visita de estudo com 32 alunos a uma empresa, no âmbito da iniciativa de lhes proporcionar ideias sobre saídas profissionais. Finalmente mais 25 alunos participaram numa Ação de Plantação de 10.000 Árvores, em Novembro, em parceria com a Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente (ANEFA).

Para além da colaboração com a EPIS, em 2019 a Allianz Portugal continuou a sua parceria com as Aldeias SOS, e para além do apoio financeiro que é dado, 27 voluntários participaram na reconstrução e reparação de instalações da Aldeia SOS do Meco.

Ainda neste âmbito a Allianz realizou Ações de Doação de Sangue e de Medula Óssea, em Fevereiro, Junho e Outubro de 2019, com um total de 101 dadores.

Finalmente, a Allianz realizou ainda ao longo de 2019 várias Campanhas de Recolha de artigos para ajudar diferentes instituições, como o Instituto de Apoio à Criança, a Associação de Apoio ao Deficiente Mental, a Make a Wish, e a população de Moçambique depois das cheias no início do ano.

2 – POLÍTICAS AMBIENTAIS

A Allianz Portugal tem uma política de responsabilidade ambiental que passa pela redução do consumo de energia, do consumo de papel e da produção de resíduos.

Ao nível do consumo total de energia, registou-se um decréscimo de 32,8%, com um total de 562.289 KWH, face aos 836.307 KWH do ano anterior, especialmente através da alteração da iluminação elétrica para Leds.

Em termos de consumo de água, a redução foi de 1,9%. Em 2019 consumiram-se 2.435 litros de água, contra os 2.482 litros de 2018.

Ao nível da produção de lixo, a Allianz Portugal continuou a sua redução de produção de lixo atingindo os 47,6%, com um total de 3.263 kg de lixo, contra os 6.229 kg em 2018, assente na eliminação de lixo incinerado.

Finalmente, ao nível do consumo de papel, a Allianz Portugal tem continuado a sua Política de "Paperless", que promove a diminuição do uso de papel sempre que possível, substituindo-o pelos novos meios de comunicação eletrónica, seja internamente seja com os seus clientes ou parceiros de negócio. Em 2019 atingiu-se um total de consumo de papel de 91.857 Kg, contra os 134.757 do ano anterior, o que representou um decréscimo de 31,8%, muito impulsionado pela diminuição de correspondência física com os clientes.

Em conclusão, a Política Ambiental da Allianz Portugal encontra-se na direção correta, com um contínuo decréscimo de consumo de energia, água e papel, bem como da produção de lixo e assente numa forte aposta nas novas tecnologias. Nesse âmbito são de destacar os projetos de "Paperless" e de "Digital por Defeito".

8.4. DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE INTEGRIDADE

A Allianz Portugal tem como documento base da sua atuação o seu Código de Conduta, uma verdadeira Constituição com os valores e princípios fundamentais que regem a atividade da empresa e o desempenho dos seus colaboradores.

Cada colaborador tem o Código de Conduta anexo ao seu Contrato de Trabalho e regularmente são efetuadas ações de formação e de sensibilização referentes ao Código de Conduta.

Este Código de Conduta integra o Pacto Global das Nações Unidas e os seus 10 Princípios Básicos. Desta forma, a empresa deve:

1. Apoiar e respeitar a proteção internacional e nacional dos direitos humanos na sua esfera de influência;
2. Garantir que os seus serviços não são cúmplices com abusos dos direitos humanos;
3. Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento do direito à negociação coletiva;
4. Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado;
5. Apoiar a efetiva abolição do trabalho infantil;
6. Apoiar a eliminação da discriminação relativamente ao emprego e ocupação;
7. Apoiar uma abordagem de prevenção relativamente aos desafios ambientais;
8. Promover iniciativas que promovam uma responsabilidade ambiental cada vez maior;
9. Encorajar o desenvolvimento de tecnologias ambientais favoráveis;
10. Trabalhar contra todo o tipo de corrupção, incluindo a extorsão e o suborno.

Ao longo do seu texto, o Código de Conduta da Allianz Portugal determina ainda um conjunto de princípios básicos que são de cumprimento obrigatório para todos os colaboradores e que incluem:

- O cumprimento de toda a legislação e regulamentação aplicáveis;
- Uma atuação assente na honestidade, integridade e dignidade;
- A não discriminação por qualquer critério;
- A Confidencialidade dos Dados Pessoais dos seus clientes, parceiros de negócio ou quaisquer outros terceiros com quem se relacione;
- A cooperação com as autoridades públicas e de supervisão;
- A exigência de exatidão, compreensibilidade e abrangência da informação fornecida ao público e à comunicação social;
- O respeito pela independência da comunicação social e a recusa em remunerar qualquer tipo de conteúdo editorial;

- A prestação de informações o mais corretas e completas aos clientes, para que possam tomar uma decisão fundamentada;
- Regras de identificação de potenciais Conflitos de Interesses e formas de resolução dos mesmos;
- A exigência de prontidão e integridade no tratamento das reclamações dos clientes ou terceiros;
- A proibição estrita da corrupção e do suborno.
- A exigência de uma política estrita de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- A proteção dos recursos naturais;

Através destas regras, e conforme referido na introdução, a Allianz Portugal quer ser uma referência de ética e integridade na sua atuação e no respeito pelos Direitos Humanos. O Código de Conduta é assim um documento de conteúdo obrigatório e cujo incumprimento sujeita os colaboradores a procedimento disciplinar.

Adicionalmente, a Allianz Portugal tem incluídas no seu sistema informático as listas de entidades sancionadas emitidas pela Organização das Nações Unidas e pela União Europeia, que permitem controlar e evitar qualquer pagamento a essas entidades ou pessoas e controlar se as mesmas são ou não clientes da empresa.

Se o Código de Conduta é a pedra base do normativo interno da empresa, este é constituído por vários outros documentos.

Neste âmbito importa destacar as Políticas de Combate à Corrupção e Suborno, de Combate à Fraude e de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

A Allianz Portugal, através do seu Programa de Compliance, tem publicadas Políticas sobre estas matérias, desenvolve ações de Formação regular sobre as mesmas e mantém uma constante sensibilização dos colaboradores para estes temas através de uma página específica da sua Intranet.

A Política de Combate à Corrupção determina como regra base a estrita proibição de qualquer forma de corrupção ou suborno. Mas adicionalmente explicita um conjunto de

situações que podem levantar dúvidas e impõe um conjunto de regras para evitar qualquer tipo de potenciais problemas. Desta forma estabelecem-se regras estritas sobre a aceitação de ofertas ou outros benefícios por parte de clientes, parceiros de negócio ou outros, definindo-se claramente o que pode ser entendido como cortesias comerciais habituais e outras práticas de mercado, sobre as ofertas que podem ser feitas pela Allianz, sobre a participação em quaisquer tipos de eventos, sejam técnicos sejam de entretenimento a convite de terceiros e o especial cuidado a ter no relacionamento com quaisquer organismos públicos e representantes estatais, para evitar qualquer tipo de situações eventualmente dúbias.

Todos os pagamentos efetuados pela Allianz Portugal são por transferência bancária ou cheque, através de regras claramente definidas sobre poderes de autorização e sempre sujeitas à regra do “Duplo Visto” para evitar que qualquer colaborador possa sozinho efetuar pagamentos.

Importa destacar dentro da Política de Combate à Corrupção o Programa de Controlo de Integridade dos Prestadores (CIP). Através deste Programa do Compliance, qualquer prestador de serviços contratado pela Allianz Portugal passa por um processo de Controlo de Integridade, com o preenchimento de determinados questionários e recolha de determinada informação, do que resulta um resultado global que permite ou não a contratação do mesmo.

No âmbito do Combate à Fraude a Política da Allianz Portugal assenta na regra “Tolerância Zero” e inclui um conjunto de regras de prevenção, de controlo e de deteção. O sistema faz monitorizações contínuas para analisar dados e controlar quaisquer situações suspeitas e provocar os alertas necessários.

9. PERSPETIVAS PARA 2020

9.1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA

As previsões para o crescimento da economia mundial em 2020 são positivas no seguimento da desaceleração verificada nos últimos anos. De acordo com as estimativas avançadas pelos principais organismos internacionais, prevê-se um processo de maturação do ciclo económico.

O grande risco dos próximos anos é que a deterioração do crescimento se mantenha inabalável refletindo mudanças estruturais desconsideradas até agora. Os frequentes eventos climáticos extraordinários estão a perturbar crescentemente a atividade económica podendo levar a repercussões duradoras nos recursos, capital e organização de fluxos de migração. A falta de direção nas políticas de combate as alterações climáticas e a lenta velocidade dos governos em adotar medidas necessárias está a impactar negativamente a capacidade de investimento das empresas que poderá ter graves consequências no crescimento e empregabilidade.

O desenvolvimento das tecnologias digitais está a potenciar os mercados financeiros e comerciais, continuando a criar novas oportunidades de investimento e crescimento. Contudo só uma porção das empresas está a conseguir colher o aumento de produtividade e valor com sucesso. Estas melhorias só poderão ser exploradas após considerável investimento em software, bases de dados, investigação e desenvolvimento e formação de pessoal, um esforço ao qual nem todas as empresas podem corresponder.

O PBI mundial mas principalmente dos países desenvolvidos, continuará a desacelerar pela grande exposição à redução do comércio global. A manutenção de um forte consumo privado será afetada pelo enfraquecimento no mercado de imóveis e o declínio na construção. Conjuntamente, as incertezas económicas lançadas em 2020 pela crescente adoção de políticas protecionistas, pesarão na atividade produtiva.

Em Portugal a economia deverá continuar a crescer mantendo o registo de desaceleração observado nos últimos anos. É expectável uma desaceleração do consumo privado de forma gradual com manutenção da taxa de poupança compatível com a redução do endividamento. A evolução dos salários, causada pelo aumento do

salário mínimo, e do rendimento de trabalho, pelo abrandamento de emprego, contribuirão para uma evolução do rendimento disponível. A balança de bens e serviço manterá um saldo positivo embora reduzido nos próximos anos pelo desequilíbrio das importações face às exportações.

9.2. ESTRATÉGIA ALLIANZ PORTUGAL

A estratégia para 2020 assenta num modelo de negócio focado no crescimento, transformação e equilíbrio. A necessidade de transformar existe para que a Allianz Portugal possa ser mais ágil, mais rápida na execução e mais rápida na implementação e na tomada de decisões. A estratégia está focada no cliente pois o conhecimento das suas necessidades vai facilitar e potenciar o trabalho dos nossos agentes.

Pretendemos transformar o nosso modelo de negócio com base nos seguintes pontos:

- Aumento da ligação ao cliente (conhecer, servir, cuidar e comunicar);
- Otimizar a relação custo/benefício entre cliente e Companhia;
- Investimento na digitalização e automatização;
- Harmonização e simplificação de processos;
- Otimização de funções e processos;
- Aposta na excelência técnica para melhorar a rentabilidade;
- Foco no crescimento melhorando a produtividade dos agentes;
- Preparação contínua dos colaboradores para o futuro.

Tendo sempre presente o cliente como principal foco, a estratégia será crescer com uma base sólida de rentabilidade. Em 2020 o principal objetivo será consolidar a rentabilidade geral e desenvolver ações de recuperação de rentabilidade em linhas de negócio como o Automóvel, das quais destacamos as seguintes:

- Seleção de risco & disciplina na subscrição;
- Limpeza de carteira;
- Certificação técnica;
- Ajuste segmentado de preço.

Em 2020/2022, Allianz Portugal tem por objetivo aumentar a quota de mercado, atingir os rácios combinados pretendidos através de ganhos de produtividade e aumentar a excelência na experiência do cliente. Assim a estratégia de transformação do modelo da Companhia terá por objetivo aumentar a eficiência e a produtividade, tendo por base as seguintes ações:

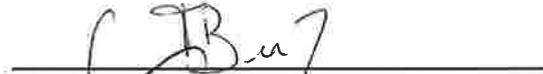
- Aceleração do processo de digitalização;
- Impulsionar o modelo de distribuição (agência digital, modelo de vendas e modelo comissões);
- Reforço de talentos e competências.

A ambição da Allianz é ser líder de mercado no serviço ao cliente. Para que isso seja possível será necessário ser uma referência para agentes e corretores, ser líder na excelência técnica do mercado segurador, estar focalizada no digital e ter o cliente sempre em primeiro lugar.

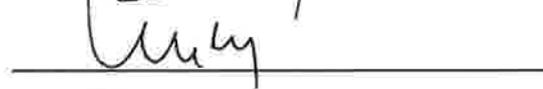
Lisboa, 4 de Março de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teresa Paula Brantuas Silva
Administradora-Delegada



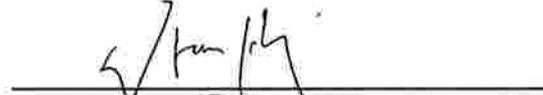
Vicente Tardio Barutel
Presidente



Carla Bambulo



Ivan José de la Sota Duñabeitia



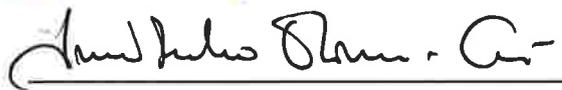
José Pena do Amaral



Tomás Muniesa



João Pedro Oliveira e Costa



**Companhia de Seguros
Allianz Portugal, S.A.**

Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de dezembro de 2019

**Demonstração da posição financeira consolidada
em 31 de dezembro de 2019**

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas	2019			2018
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
ATIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	25.300.950	-	25.300.950	23.457.619
Ativos financeiros detidos para negociação	5.1	943.421	-	943.421	646.090
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.1	29.383.312	-	29.383.312	15.654.207
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.1	1.062.368.535	-	1.062.368.535	1.036.387.640
Empréstimos concedidos e contas a receber	5.2	992.752	-	992.752	1.155.114
Empréstimos concedidos		992.752	-	992.752	1.155.114
Investimentos a deter até à maturidade	5.3	-	-	-	-
Terrenos e edifícios	6	54.869.780	4.927.181	49.942.599	47.178.706
Terrenos e edifícios de uso próprio		23.590.096	4.927.181	18.662.915	20.095.988
Terrenos e edifícios de rendimento		31.279.684	-	31.279.684	27.082.718
Outros ativos tangíveis	8	34.473.720	23.077.791	11.395.929	10.203.494
Ativos sob direito de uso	8	2.096.214	-	2.096.214	-
Outros ativos intangíveis	9	15.521.564	11.355.200	4.166.364	4.194.159
Provisões técnicas de resseguro cedido	10	28.278.214	-	28.278.214	35.051.535
Provisão para prémios não adquiridos		13.474.457	-	13.474.457	12.135.791
Provisão para sinistros		14.803.757	-	14.803.757	22.915.744
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	11	183.948.079	5.728.149	178.219.930	108.376.613
Contas a receber por operações de seguro directo		28.696.498	578.892	28.117.606	29.845.409
Contas a receber por operações de resseguro		844.926	-	844.926	10.239.314
Contas a receber por outras operações		154.406.655	5.149.257	149.257.398	68.291.890
Ativos por impostos e taxas	12	2.144.929	-	2.144.929	888.775
Activos por impostos (e taxas) correntes		2.150	-	2.150	888.775
Activos por impostos diferidos		2.142.779	-	2.142.779	-
Acréscimos e diferimentos	13	53.801	-	53.801	87.152
TOTAL ATIVO		1.440.375.271	45.088.321	1.395.286.950	1.283.281.104

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**Demonstração da posição financeira consolidada
em 31 de dezembro de 2019**

Valores em euros

Demonstração da posição financeira	Notas	2019	2018
PASSIVO			
Provisões técnicas	10	721.838.534	726.916.356
Provisão para prémios não adquiridos		102.698.719	89.764.851
Provisão matemática do ramo vida		180.626.910	220.805.691
Provisão para sinistros			
De vida		19.919.211	18.657.208
De acidentes de trabalho		204.891.804	187.546.796
De outros ramos		172.671.392	168.744.001
Provisão para participação nos resultados		22.818.081	19.871.828
Provisão para estabilização de carteira		487.341	509.654
Provisão para desvios de sinistralidade		16.854.061	15.925.288
Provisão para riscos em curso		871.015	5.091.039
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	14	327.373.872	310.628.385
Outros passivos financeiros	15	464.708	529.614
Depósitos recebidos de resseguradores		464.708	529.614
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	16	1.988.846	1.873.247
Outros credores por operações de seguros e outras operações	17	56.413.470	42.881.232
Contas a pagar por operações de seguro direto		3.626.364	2.846.285
Contas a pagar por operações de resseguro		3.086.045	3.070.756
Contas a pagar por outras operações		49.701.061	36.964.191
Passivos por impostos e taxas	12	50.963.760	23.627.201
Passivos por impostos (e taxas) correntes		31.630.973	15.347.516
Passivos por impostos diferidos		19.332.787	8.279.685
Passivos de locações	34	2.095.984	-
Acréscimos e diferimentos	18	25.819.721	22.194.730
Outras provisões	19	4.201.109	6.526.288
TOTAL PASSIVO		1.191.160.004	1.135.177.053
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	20	39.545.400	39.545.400
Reservas de reavaliação	21	68.687.545	46.749.606
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		68.589.540	46.651.601
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		98.005	98.005
Reserva por impostos diferidos e correntes	21	(19.461.661)	(13.314.321)
Outras reservas	21	77.257.011	77.632.490
Resultados transitados		(2.634.398)	29.897
Resultado do exercício	31	40.605.160	(2.664.295)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA		203.999.057	147.978.777
Interesses que não controlam	4	127.889	125.274
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		204.126.946	148.104.051
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.395.286.950	1.283.281.104

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**Conta de Ganhos e Perdas Consolidados para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2019**

Conta de Ganhos e Perdas	Notas	2019				2018
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		108.622.730	402.788.931		511.411.661	566.896.172
Prémios brutos emitidos	22	112.513.340	458.990.425	-	571.503.765	609.337.154
Prémios de resseguro cedido	22	(1.319.944)	(43.140.395)	-	(44.460.339)	(34.391.466)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	22	(2.563.086)	(14.407.346)	-	(16.970.432)	(5.155.444)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(7.580)	1.346.247	-	1.338.667	(2.894.072)
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	23	373.326	-	-	373.326	252.177
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	24	(87.301.086)	(295.883.522)	-	(383.184.608)	(470.853.549)
Montantes pagos		(85.689.759)	(266.470.842)	-	(352.160.601)	(419.481.903)
Montantes brutos		(86.292.570)	(277.959.593)	-	(364.252.163)	(448.115.935)
Parte dos resseguradores		602.811	11.488.751	-	12.091.562	28.634.032
Provisão para sinistros (variação)		(1.611.327)	(29.412.680)	-	(31.024.007)	(51.371.646)
Montante bruto		(1.262.003)	(21.650.017)	-	(22.912.020)	(34.415.005)
Parte dos resseguradores		(349.324)	(7.762.663)	-	(8.111.987)	(16.956.641)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	24	22.313	3.291.251	-	3.313.564	369.331
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	24	40.196.907	-	-	40.196.907	21.097.369
Montante bruto		40.196.907	-	-	40.196.907	21.097.369
Participação nos resultados, líquida de resseguro	24	(2.675.251)	(142.182)	-	(2.817.433)	(1.452.313)
Custos e gastos de exploração líquidos	25, 26	(46.142.766)	(94.746.294)	-	(140.889.060)	(146.288.936)
Custos de aquisição		(39.163.437)	(91.734.385)	-	(130.897.822)	(129.404.918)
Custos de aquisição diferidos (variação)		243.461	3.774.977	-	4.018.438	2.479.210
Gastos administrativos		(7.569.002)	(14.793.640)	-	(22.362.642)	(24.659.411)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		346.212	8.006.754	-	8.352.966	5.296.183
Rendimentos	27	9.742.787	12.705.108	27.665	22.475.560	23.397.625
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		10.792.784	11.345.515	19.474	22.157.773	23.140.833
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	14, 27	(1.049.997)	-	-	(1.049.997)	(1.070.083)
Outros	6	-	1.359.593	8.191	1.367.784	1.326.875
Gastos financeiros	25	(1.799.131)	(773.064)	-	(2.572.195)	(2.874.410)
Outros		(1.799.131)	(773.064)	-	(2.572.195)	(2.874.410)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	28	3.014.819	(563.587)	-	2.451.232	1.844.372
De activos disponíveis para venda		3.014.819	(563.587)	-	2.451.232	1.844.372
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	29	-	-	225.775	225.775	(29.601)
De activos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	225.775	225.775	(29.601)
Diferenças de câmbio	30	-	-	(6.125)	(6.125)	(10.597)
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	4.628.114	-	4.628.114	3.100.118
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		-	(48.292)	704.526	656.234	37.228
De activos disponíveis para venda	5	-	(26.469)	-	(26.469)	(305.490)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	11	-	-	704.526	704.526	384.708
De outros	6	-	(21.823)	-	(21.823)	(41.990)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		-	489.037	-	489.037	533.721
Outras provisões (variação)	11	-	-	(336.894)	(336.894)	169.388
Outros rendimentos/gastos		-	-	(744.757)	(744.757)	677.647
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		24.054.648	31.745.500	(129.810)	55.670.338	(3.134.258)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	12	-	-	(12.943.459)	(12.943.459)	(859.236)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	12	-	-	(2.121.542)	(2.121.542)	1.329.767
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		24.054.648	31.745.500	(15.194.811)	40.605.337	(2.663.727)
Atribuível aos acionistas da Companhia	31				40.605.161	(2.664.295)
Atribuível aos interesses que não controlam	4				176	568
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					40.605.337	(2.663.727)
Resultado por ação					5,13	-0,34

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**Demonstração do Rendimento Integral Consolidada
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

Valores em euros

Notas de Anexo	Demonstração do rendimento integral consolidada	2019	2018
	Resultado líquido do exercício	40.605.337	(2.663.727)
31	Atribuível aos acionistas da Companhia	40.605.161	(2.664.295)
4	Atribuível aos interesses que não controlam	176	568
	Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados	15.793.038	(10.986.870)
21	Alterações da reserva de justo valor - Ativos disponíveis para venda	21.941.086	(18.029.807)
21	Impostos diferidos e correntes	(6.148.048)	7.042.937
	Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados	(375.480)	(373.127)
	Reconhecimento dos desvios atuariais	(542.216)	(436.805)
	Imposto sobre desvios atuariais	166.736	63.678
	Total de outro rendimento integral	15.417.558	(11.359.997)
	Total rendimento integral do exercício	56.022.895	(14.023.724)
	Atribuível aos acionistas da Companhia	56.020.280	(14.023.378)
	Atribuível aos interesses que não controlam	2.615	(346)
	Total rendimento integral do exercício	56.022.895	(14.023.724)

**Demonstração das Variações do Capital Próprio Consolidado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019**

Valores em euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos e correntes	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub total	interesses que não controlam	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva legal	Prêmios de emissão	Outras reservas					
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2017	39 545 400	64 680 229	98 005	(20 356 993)	38 392 052	31 004 878	16 373 458	2 844 590	6 425 058	179 006 677	125 620	179 132 297
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	637 454	-	(8 402 225)	14 189 829	(6 425 058)	-	-	-
	Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(17 004 522)	-	(17 004 522)	-	(17 004 522)
	<i>Outro rendimento integral do exercício</i>	-	(18 028 628)	-	7 042 672	-	-	(373 127)	-	-	(11 359 083)	(914)	(11 359 997)
	Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	(373 127)	-	-	(373 127)	-	(373 127)
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de <i>shadow</i>)	-	(18 028 628)	-	-	-	-	-	-	-	(18 028 628)	(1 179)	(18 029 807)
21	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	7 042 672	-	-	-	-	-	7 042 672	265	7 042 937
	Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4, 31	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 664 295)	(2 664 295)	568	(2 663 727)
	<i>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</i>	-	(18 028 628)	-	7 042 672	-	-	(373 127)	-	(2 664 295)	(14 023 378)	(346)	(14 023 724)
	Total das variações do capital próprio	-	(18 028 628)	-	7 042 672	637 454	-	(373 127)	(2 814 693)	(2 664 295)	(31 027 900)	(346)	(31 028 246)
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2018	39 545 400	46 651 601	98 005	(13 314 321)	39 029 506	31 004 878	7 598 106	29 897	(2 664 295)	147 978 777	125 274	148 104 051
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(2 664 295)	2 664 295	-	-	-
	Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<i>Outro rendimento integral do exercício</i>	-	21 937 939	-	(6 147 340)	-	-	(375 479)	-	-	15 415 120	2 439	15 417 559
	Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	-	(375 479)	-	-	(375 479)	-	(375 479)
21	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de <i>shadow</i>)	-	21 937 939	-	-	-	-	-	-	-	21 937 939	3 147	21 941 086
21	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	(6 147 340)	-	-	-	-	-	(6 147 340)	(708)	(6 148 048)
	Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4, 31	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	40 605 160	40 605 160	176	40 605 336
	<i>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</i>	-	21 937 939	-	(6 147 340)	-	-	(375 479)	-	40 605 160	56 020 280	2 615	56 022 895
	Total das variações do capital próprio	-	21 937 939	-	(6 147 340)	-	-	(375 479)	(2 664 295)	40 605 160	56 020 280	2 615	56 022 895
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro de 2019	39 545 400	68 589 540	98 005	(19 461 661)	39 029 506	31 004 878	7 222 627	(2 634 398)	40 605 160	203 999 057	127 889	204 126 946

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa consolidados
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Euros	
	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	40 605 160	(2 664 295)
Depreciações e amortizações do exercício	3 198 212	3 083 358
Variação das provisões técnicas de seguro directo	(5 077 821)	16 314 299
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	6 773 322	19 850 713
Variação de passivos por contratos de investimento	16 745 487	(2 693 181)
Imparidade de activos líquida de reversões e recuperações	-	-
Variação de justo valor dos imóveis de rendimento e imparidade uso proprio	(4 175 144)	(3 058 128)
Variação de outras provisões	(2 325 179)	4 597 839
Variação de activos de negociação	(297 331)	(126 629)
Variação de empréstimos e contas a receber	162 362	111 249
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(69 843 317)	(62 963 047)
Variação de outros activos e passivos por impostos	19 933 065	(3 986 496)
Variação de outros activos e passivos	1 008 537	1 661 546
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	13 532 238	1 081 096
	<u>20 239 591</u>	<u>(28 791 676)</u>
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	(13 729 105)	(9 759 376)
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	(4 042 956)	20 854 789
(Aquisições)/Alienações de activos tangíveis e intangíveis	(4 403 038)	(3 620 169)
(Aquisições)/Alienações de terrenos e edifícios	993 132	(116 478)
	<u>(21 181 967)</u>	<u>7 358 766</u>
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	-	(17 004 522)
Transações com interesses que não controlam	2 439	(914)
Interesses que não controlam	176	568
	<u>2 615</u>	<u>(17 004 868)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(939 761)	(38 437 778)
Caixa e equivalentes no início do período	23 457 619	61 895 397
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>25 300 950</u>	<u>23 457 619</u>

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Exercício de 2019

1. Informações gerais

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., (“Allianz Portugal” ou “Companhia” ou “Grupo”) com sede na Rua Andrade Corvo, nº.32, 1069-014 Lisboa, é uma companhia de seguros, resultante da fusão por incorporação na Portugal Previdente - Companhia de Seguros, S.A., da Sociedade Portuguesa de Seguros, S.A., constituída por escritura pública de 27 de setembro de 1999. Esta fusão teve, em termos contabilísticos, efeitos retroativos a 1 de janeiro de 1999.

A Companhia de Seguros Allianz Portugal é detida em 35% pelo Banco Português de Investimento, S.A. (BPI) e em 64,85% pela Allianz Europe, B.V., sendo a Allianz SE o “*ultimate parent*” da Companhia.

A Companhia tem por objeto principal e exclusivo o exercício das atividades de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida.

De seguida apresenta-se uma breve análise das principais subsidiárias e associadas do Grupo em 31 de dezembro de 2019:

	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	88,60%	Integral

Em 31 de dezembro de 2018 a situação era a seguinte:

	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	88,60%	Integral

2. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2019, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Em 2019 a Allianz adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2019. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2019, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 4 de março de 2020.

Políticas Contabilísticas

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos da Allianz e das suas subsidiárias (Grupo).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, a Allianz passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("*step acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Allianz, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos financeiros

Classificação

A Allianz Portugal classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos Financeiros classificados no momento inicial ao Justo valor por via de ganhos e perdas. Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Allianz tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Allianz a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Allianz ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros ("Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

A Allianz adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 5.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (1) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (2) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Os critérios utilizados pela Allianz Portugal são apresentados no ponto dedicado aos julgamentos e estimativas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são capitalizados se for provável que fluirão para a empresa benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente.

Os custos de assistência não são capitalizados, visto terem, por objetivo, a reparação e manutenção do ativo existente com vista ao seu normal funcionamento e não o aumento dos benefícios económicos futuros. Este tipo de custos é registado em gastos quando incorrido.

As amortizações são efetuadas pelo método das quotas constantes para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada:

	Nº de anos
Imóveis de Uso Próprio	25 a 54
Equipamento administrativo	8
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

A Companhia avalia, a cada data de reporte, se existem indícios de imparidade. É considerada a existência de imparidade se o valor contabilístico do ativo for superior ao maior valor entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda (valor recuperável). A imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

A estimativa do período de vida útil do ativo segue critérios económicos (estimativa dos fluxos dos benefícios económicos futuros). O período de vida útil é estimado na compra do ativo e revisto no final de cada data de reporte.

São considerados imóveis para uso próprio, aqueles que se destinam a serem usados pela Companhia no exercício da sua atividade.

Propriedades de Investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (4 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Loações

Em 1 de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma IFRS 16 que renova o modo de contabilização das locações. De acordo com a IFRS 16 as locações de todos os ativos, com algumas exceções, é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor. As locações são classificadas como operacionais quando não são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e direitos associados ao ativo.

A Companhia, enquanto locatária, contabiliza todos as locações operacionais com base num modelo único de reconhecimento no balanço (on-balance model) de forma similar como o tratamento das locações financeiras, sendo o direito de uso amortizado ao longo da vida do contrato (modelo de custo).

Com base nas exceções previstas na norma contabilística, a Companhia não reconhece no seu balanço o direito de uso e a correspondente responsabilidade de locações de bens de baixo valor (abaixo de 5.000 Euros).

A Companhia classifica as operações de locação como locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IFRS 16 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são substancialmente transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Na transição a Companhia está a aplicar a abordagem simplificada, não reexpressando a informação comparativa, optando por aplicar a norma a contratos anteriormente identificados como arrendamentos de acordo com o IAS 17 e o IFRIC 4. A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro.

No decurso da sua atividade, a Allianz Portugal aceita e/ou cede negócio. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos empregados

Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Em 29 de janeiro de 2016 o novo Contrato Coletivo de Trabalho foi substituído por um Acordo Coletivo de Trabalho que manteve o mesmo Plano de Pensões para os trabalhadores.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“*settlement*”).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades

com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma.

O plano dos benefícios a cargo da Companhia é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do Contrato Coletivo de Trabalho em 23 de dezembro de 2011, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma ('PIR').

O novo Contrato Coletivo de Trabalho refere igualmente que o referido plano individual de reforma deve prever a garantia de capital, tanto no que diz respeito aos valores transferidos do plano anterior, como das entregas subseqüentes efetuadas pela Companhia.

O contrato constitutivo do Fundo de Pensões AZP III, onde se encontram os planos individuais de reforma dos colaboradores, refere que "para a garantia de capital responde em primeiro lugar a conta reserva com a titularidade da associada, e se nesta conta se verificar insuficiência, a associada efetuará as contribuições extraordinárias necessárias".

Como a responsabilidade com a garantia de capital recai sobre a Companhia enquanto entidade empregadora, continua a existir uma obrigação legal e construtiva, o que, de acordo com o definido na IAS 19, faz com que o PIR deva ser classificado como um plano de benefício definido.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica discricionária a reformados entre os 65 e os 70 anos, e os pré-reformados desde a data da pré-reforma, e a reformados por invalidez desde a data da invalidez até aos 70 anos.

O cálculo e registo destas obrigações são efetuados de forma semelhante aos das responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que é feito o desconto as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Allianz Portugal utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

- Títulos de rendimento variável (ações e fundos)
 - Decréscimo prolongado do justo valor: um ativo cujo justo valor esteja abaixo do seu valor de custo durante 9 meses consecutivos, ou;
 - Decréscimo significativo do justo valor: um ativo cujo justo valor, na data do reporte, esteja pelo menos 20% abaixo do seu valor de custo.
- Títulos de rendimento fixo (obrigações) - Quando há uma deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, terá de ser analisada a ocorrência de alguns fatores:
 - Dificuldades financeiras significativas do emitente;
 - *Default* no pagamento dos juros ou do principal;
 - Grande probabilidade de falência;
 - Desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Critérios adicionais:

Se um ou mais, dos fatores mencionados, se verificarem, existem alguns fatores adicionais que terão de ser analisados:

- Queda do justo valor devido à falta de liquidez (desaparecimento de um mercado ativo) ou alargamento de *spreads* (deterioração da qualidade do crédito);
- Permanência do justo valor 20% abaixo do valor amortizado por 6 meses consecutivos;
- "*Downgrades*" significativos por parte de uma ou mais Agências de rating;
- Recomendações de compra/venda dos analistas.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro anos, exceto quando são apurados prejuízos fiscais em que o período é de doze anos para o exercício de 2016 e de cinco anos para os exercícios de 2017 a 2019. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Allianz Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos vida, a provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, a provisão para estabilização de carteira, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Princípio da continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Companhia continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3. Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem

Nesta rubrica estão englobados os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses. Em 31 de dezembro de 2019 as rubricas de caixa e depósitos à ordem, totalizavam Euros 25.300.950, como segue:

	2019	2018
Caixa	374	374
Depósitos à ordem	25 300 576	23 457 245
TOTAL	25 300 950	23 457 619

4. Interesses que não controlam

O valor dos interesses que não controlam é analisado de acordo com os seguintes detalhes:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	2019	2018	2019	2018
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	127 889	125 274	176	568

	Valores em euros	
	2019	2018
Saldo a 1 de Janeiro	125 274	125 620
Resultado líquido do exercício	176	568
Reserva de justo valor	2 439	(914)
Transacções com interesses que não controlam	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	127 889	125 274

5. Instrumentos Financeiros

5.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no Anexo 1.

A carteira de Ativos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

	2019		2018	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
Opções	943 421	943 421	646 090	646 090
TOTAL	943 421	943 421	646 090	646 090
Dos quais:				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	943 421	-	646 090	-
Nível 3	-	-	-	-
Custo de aquisição	-	-	-	-
	943 421		646 090	

O detalhe da carteira de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas por tipo de ativo é apresentado como segue:

	2019			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	374 120	3 124	2 599	379 843
Instrumentos de capital e unidades de participação	27 117 795	1 885 674	-	29 003 469
TOTAL	27 491 915	1 888 798	2 599	29 383 312

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	2019			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	379 843	-	-	379 843
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	29 003 469	29 003 469
TOTAL	379 843	-	29 003 469	29 383 312

Relativamente ao ano anterior:

	2018			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	376.635	(2.516)	2.602	376.721
Instrumentos de capital e unidades de participação	16.021.273	(743.787)	-	15.277.486
TOTAL	16.397.908	(746.303)	2.602	15.654.207

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	376.721	-	-	376.721
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	15.277.486	15.277.486
TOTAL	376.721	-	15.277.486	15.654.207

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda é apresentado como segue:

	2019					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	547 918 265	54 322 308	(330 685)	-	7 854 447	609 764 335
De outros emissores	408 506 995	15 644 706	(88 338)	-	6 510 209	430 573 572
	956 425 260	69 967 014	(419 023)	-	14 364 656	1 040 337 907
Ações	691 511	889 661	-	-	-	1 581 172
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20 432 948	49 169	(32 661)	-	-	20 449 456
Total	977 549 719	70 905 844	(451 684)	-	14 364 656	1 062 368 535

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	592 576 020	17 188 315	0	609 764 334
De outros emissores	428 551 623	2 021 949	0	430 573 572
	1 021 127 642	19 210 264	0	1 040 337 907
Ações	0	0	1 581 172	1 581 172
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	19 963 827	0	485 630	20 449 457
Total	1 041 091 470	19 210 264	2 066 802	1 062 368 535

Relativamente ao ano anterior:

	2018					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	497.831.570	35.123.173	(2.038.295)	-	8.932.103	539.848.551
De outros emissores	467.778.169	14.509.935	(1.252.862)	-	7.945.909	488.981.151
	965.609.739	49.633.108	(3.291.157)	-	16.878.012	1.028.829.702
Ações	717.979	815.171	-	-	-	1.533.150
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	5.000.312	1.024.508	(32)	-	-	6.024.788
Total	971.328.030	51.472.787	(3.291.189)	-	16.878.012	1.036.387.640

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	518.796.637	21.051.914	-	539.848.551
De outros emissores	486.918.216	2.062.935	-	488.981.151
	1.005.714.853	23.114.849	-	1.028.829.702
Ações	-	-	1.533.150	1.533.150
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	6.024.788	6.024.788
Total	1.005.714.853	23.114.849	7.557.938	1.036.387.640

De acordo com os requisitos da IFRS 13, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*;

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

5.2. Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica é analisado como se segue:

	Euros	
	2019	2018
Empréstimos concedidos	992 752	1 155 114
TOTAL	992 752	1 155 114

5.3. Investimentos a deter até à maturidade

Não existem investimentos nesta categoria de ativos.

5.4 Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Allianz Portugal são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, empréstimos e contas a receber e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Passivos financeiros ao custo amortizado

O justo valor é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juro sem risco à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Níveis	2019		2018	
		Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1	25 300 950	25 300 950	23 457 619	23 457 619
Empréstimos e contas a receber	1	992 752	992 752	1 155 114	1 155 114
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3	178 219 930	178 219 930	108 376 613	108 376 613
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		204 513 632	204 513 632	132 989 346	132 989 346
Passivos financeiros ao custo amortizado	3	306 239 704	292 847 662	291 960 221	292 847 662
Outros passivos financeiros	3	464 708	464 708	529 614	529 614
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3	56 413 470	56 413 470	42 881 232	42 881 232
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		363 117 882	349 725 840	335 371 067	336 258 508

O cálculo do justo valor dos passivos financeiros ao custo amortizado foi feito, considerando como base a curva *Forward Euro Swap* com ajustamento de volatilidade, conforme a seguinte tabela:

Ano	Dez 2019	Dez 2018
0	0,00%	0,00%
1	-0,35%	-0,09%
2	-0,29%	0,02%
3	-0,16%	0,26%
4	-0,06%	0,59%
5	0,06%	0,92%
6	0,24%	1,18%
7	0,47%	1,42%
8	0,52%	1,64%
9	0,64%	1,82%
10	0,77%	1,94%
11	0,75%	2,04%
12	0,82%	2,12%
13	1,00%	2,17%
14	1,08%	2,16%
15	1,01%	2,08%
16	0,86%	1,95%
17	0,80%	1,90%
18	0,87%	1,94%
19	1,05%	2,07%
20	1,34%	2,27%
21	1,68%	2,49%
22	1,99%	2,69%
23	2,26%	2,87%
24	2,48%	3,02%
25	2,67%	3,15%
26	2,83%	3,25%
27	2,97%	3,36%
28	3,10%	3,44%
29	3,19%	3,51%
30	3,29%	3,58%

5.5 Maturidades

A estrutura de maturidades é analisada como segue:

Risco de liquidez 2019	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	25 300 950	25 300 950
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	943 421	943 421
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	121 707	-	176 495	81 641	29 003 469	29 383 312
Dívida pública	121 707	-	176 495	81 641	-	379 843
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	29 003 469	29 003 469
Investimentos disponíveis para venda	132 077 033	101 197 462	377 684 291	429 379 120	22 030 629	1 062 368 535
Dívida pública	56 550 589	21 191 861	155 988 153	376 033 730	-	609 764 333
Obrigações de outros emissores	75 526 444	80 005 601	221 696 138	53 345 390	-	430 573 573
Instrumentos de capital	-	-	-	-	22 030 629	22 030 629
Outros ativos financeiros	178 219 930	-	-	-	-	178 219 930
Total de ativos financeiros	310 418 670	101 197 462	377 860 786	429 460 761	77 278 469	1 296 216 148
Passivos financeiros	137 940 947	27 404 883	102 517 518	116 388 702	-	384 252 050
Total de passivos financeiros	137 940 947	27 404 883	102 517 518	116 388 702	-	384 252 050
Líquido	172 477 723	73 792 579	275 343 268	313 072 059	77 278 469	911 964 098

Risco de liquidez 2018	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	23.457.619	23.457.619
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	646.090	646.090
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	123.876	-	50.815	202.030	15.277.486	15.654.207
Dívida pública	123.876	-	50.815	202.030	-	376.721
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	15.277.486	15.277.486
Investimentos disponíveis para venda	119.153.016	136.670.819	413.541.701	359.464.166	7.557.938	1.036.387.640
Dívida pública	66.338.611	58.972.925	137.941.101	276.595.915	-	539.848.552
Obrigações de outros emissores	52.814.405	77.697.894	275.600.600	82.868.251	-	488.981.150
Instrumentos de capital	-	-	-	-	7.557.938	7.557.938
Outros ativos financeiros	109.531.727	-	-	-	-	109.531.727
Total de ativos financeiros	228.808.619	136.670.819	413.592.516	359.666.196	46.939.133	1.185.677.283
Passivos financeiros	96.708.554	38.618.494	116.910.443	101.801.740	-	354.039.231
Total de passivos financeiros	96.708.554	38.618.494	116.910.443	101.801.740	-	354.039.231
Líquido	132.100.065	98.052.325	296.682.073	257.864.456	46.939.133	831.638.052

6. Terrenos e Edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício de 2019 relativamente aos terrenos e edifícios são analisados como segue:

Nas rubricas do balanço:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aquisições	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor	Alienações	Saldo final
De serviço próprio							
Terrenos e edifícios	24.597.349	-	-	16.747	-	(1.024.000)	23.590.096
Amortizações	(4.501.361)	-	(418.117)	(38.571)	-	30.868	(4.927.181)
	20.095.988	-	(418.117)	(21.824)	-	(993.132)	18.662.915
De rendimento	27.082.718	-	-	-	4.196.966	-	31.279.684
TOTAL	47.178.706	-	(418.117)	(21.824)	4.196.966	(993.132)	49.942.599

E nas rubricas de ganhos e perdas:

RUBRICAS	Rendimentos de rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor
De serviço próprio	-	573 338	418 117	-	(21 822)
De rendimento	1 367 784	157 431	-	-	4 196 966
com rendimentos no ano	1 367 784	92 642	-	-	1 839 400
sem rendimentos no ano	-	64 789	-	-	2 357 566
TOTAL	1 367 784	730 769	418 117	-	4 175 144

Os movimentos ocorridos no exercício de 2018:

Nas rubricas do balanço:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aquisições	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor	Alienações	Saldo final
De serviço próprio							
Terrenos e edifícios	24.522.861	116.478	-	-	(41.990)	-	24.597.349
Amortizações	(4.072.590)	-	(428.771)	-	-	-	(4.501.361)
	20.450.271	116.478	(428.771)	-	(41.990)	-	20.095.988
De rendimento	23.982.600	-	-	-	3.100.118	-	27.082.718
TOTAL	44.432.871	116.478	(428.771)	-	3.058.128	-	47.178.706

E nas rubricas de ganhos e perdas:

RUBRICAS	Rendimentos de rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor
De serviço próprio	-	660.626	428.771	-	(41.990)
De rendimento	1.326.875	132.760	-	-	3.100.118
com rendimentos no ano	1.326.875	96.826	-	-	2.172.227
sem rendimentos no ano	-	35.934	-	-	927.891
TOTAL	1.326.875	793.386	428.771	-	3.058.128

A determinação do justo valor dos imóveis é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes cumprindo todos os requisitos definidos pela norma vigente.

7. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 31 de dezembro de 2019, a afetação de investimentos é como segue:

	2019				Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e equivalentes	-	10 495 024	14 730 793	75 133	25 300 950
Terrenos e edifícios	-	-	42 969 923	6 972 676	49 942 599
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	943 421	943 421
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	29 383 312	-	-	29 383 312
Investimentos disponíveis para venda	52 095 429	480 471 499	527 950 064	1 851 543	1 062 368 535
Empréstimos concedidos e contas a receber	992 752	-	-	-	992 752
Outros ativos tangíveis	-	-	-	11 395 929	11 395 929
Total	53 088 181	520 349 835	585 650 780	21 238 702	1 180 327 498
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	55 510 949	501 040 461	492 660 996	-	1 049 212 406
Excesso / (insuficiência)	(2 422 768)	19 309 374	92 989 784	21 238 702	131 115 092

Os outros ativos não se encontram afetos a provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.

8. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2019 relativos a ativos tangíveis são analisados como segue:

Ano de 2019	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências		Alienações		Amortizações do Exercício		Saldo Final	
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	e abates					Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS												
Equipamento administrativo	4.830.558	4.155.688	41.458	-	-	-	-	-	148.734	-	4.872.016	4.304.422
Máquinas e ferramentas	4.987.614	4.319.733	44.125	-	-	-	-	-	182.640	-	5.031.740	4.502.374
Equipamento informático	5.031.369	4.503.919	148.742	-	-	-	-	-	295.658	-	5.180.111	4.799.577
Instalações interiores	12.104.244	5.458.486	-	204.870	(458.300)	-	-	-	981.357	(282.620)	11.850.814	6.157.224
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	-	-	-	-	-	-	55.221	55.221
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	-	-	-	831	831
Outras imobilizações corpóreas	4.250.983	2.976.085	190.343	-	-	-	-	-	250.943	-	4.441.326	3.227.029
Imobilizações em curso	412.637	-	2.802.781	(204.870)	-	-	-	-	-	-	3.010.548	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	31.673.457	21.469.963	3.227.449	-	(458.300)	1.859.332	(282.620)	34.442.607	23.046.678			

Os valores apresentados no saldo inicial dos ativos em locação operacional, dizem respeito ao registo de adopção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019. Como referido na nota 2 acima, a Companhia está a aplicar a abordagem simplificada de transição (IFRS16), não reexpressando a informação comparativa relativamente às Locações Operacionais.

Os Passivos das Locações estão apresentados na nota 34.

Os valores reconhecidos na conta de Ganhos e Perdas relativo a locações detalham-se como segue:

	2019
Amortizações de Direitos de Uso	595.551
Juros de Locações	19.411
Despesas com Locações de baixo Valor	0
Outras despesas com locações	163.741
Total	778.703

Relativamente aos movimentos ocorridos no exercício de 2018:

Ano de 2018	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final	
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS										
Equipamento administrativo	4.771.987	4.031.713	78.721	-	-	-	144.125	-	4.850.708	4.175.838
Máquinas e ferramentas	4.955.592	4.130.659	32.022	-	-	-	189.074	-	4.987.614	4.319.733
Equipamento informático	4.750.334	4.225.854	291.998	-	-	-	289.028	-	5.042.332	4.514.882
Instalações interiores	11.705.357	4.512.497	-	398.887	-	-	945.989	-	12.104.244	5.458.486
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	-	-	-	-	55.221	55.221
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	-	831	831
Outras imobilizações corpóreas	3.995.587	2.734.319	255.396	-	-	-	241.766	-	4.250.983	2.976.085
Imobilizações em curso	6.936	-	921.066	(515.365)	-	-	-	-	412.637	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	30.241.845	19.691.094	1.579.203	(116.478)	-	-	1.809.982	-	31.704.570	21.501.076

9. Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2019 relativos a ativos intangíveis são analisados como segue:

Ano de 2019	Saldo Inicial		Aquisições	Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final		
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	
RUBRICAS										
Programas informáticos	13.427.448	10.151.817	1.070.463	1.023.653	-	1.203.383	-	15.521.564	11.355.200	
Programas informáticos (Imobilizações Em Curso)	918.528	-	105.125	(1.023.653)	-	-	-	-	-	
Total	14.345.976	10.151.817	1.175.588	-	-	1.203.383	-	15.521.564	11.355.200	

Relativamente aos movimentos ocorridos no exercício de 2018:

Ano de 2018	Saldo Inicial		Aquisições	Transferências e Abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final		
	Valor Bruto	Amortizações				Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações	
RUBRICAS										
Programas informáticos	11.924.109	9.307.213	342.653	1.160.687	-	844.604	-	13.427.449	10.151.817	
Programas informáticos (Imobilizações Em Curso)	380.902	-	1.698.312	(1.160.687)	-	-	-	918.527	-	
Total	12.305.011	9.307.213	2.040.965	-	-	844.604	-	14.345.976	10.151.817	

10 Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro.

10.1 - Contratos de Seguro

A Allianz Portugal emite contratos que incluem risco de seguro e risco financeiro.

Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

Um contrato emitido em que o risco é essencialmente financeiro e em que o risco de seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos (de seguro direto e resseguro aceite) e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método “*Pro-rata temporis*”, por cada contrato em vigor. De acordo com o ponto 4.2.1 da Norma Regulamentar n.º. 10/2016-R, de 15 de setembro alterada pela NR nº 3/2018-R de 29 de março da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o método “*Pro-rata temporis*” é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor.

A Provisão matemática do ramo vida tem como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, conforme os pressupostos previstos nas respetivas apólices, como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Tabela de Mortalidade</u>	<u>Taxa técnica</u>
-------------------	------------------------------	---------------------

Carteira antiga (anterior a 1984)

1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%

Carteira nova (posterior a 1984)

1. Seguros em caso de morte		
Individuais	PM 60/64 e GKM 80	4%
Grupo	PM 60/64 e GKM 80	4%
2. Seguros em caso de vida		
Individuais	PF 60/64: TV 73/77	4%/3%
Grupo	PF 60/64: TV 73/77	4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6%/4%/3,5%/5%/3%

Sendo os seguintes valores correspondentes ao ano de 2018:

<u>Modalidade</u>	<u>Tabela de Mortalidade</u>	<u>Taxa técnica</u>
Carteira antiga (anterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%
Carteira nova (posterior a 1984)		
1. Seguros em caso de morte		
Individuais	PM 60/64 e GKM 80	4%
Grupo	PM 60/64 e GKM 80	4%
2. Seguros em caso de vida		
Individuais	PF 60/64: TV 73/77	4%/3%
Grupo	PF 60/64: TV 73/77	4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6%/4%/3,5%/5%/3%

A Provisão matemática do ramo vida, tem o seguinte detalhe por produto:

Modalidades	Provisão Matemática		Provisão Matemática	
	2019		2018	
	No Início do Exercício	No final do Exercício	No Início do Exercício	No final do Exercício
Vida Individual - Cor Longo Prazo	390.605	259.406	688.842	390.605
Vida Individual - Cor PPR	2.661.526	2.023.781	3.414.191	2.661.526
Vida Grupo - PLUS	2.644.149	2.492.163	2.559.045	2.644.149
Vida - Seg. Não Temporários	11.002.035	9.916.873	14.248.890	11.002.035
Vida - Seguros Temporários	62.040	58.943	66.802	62.040
Vida - Plano Poupança AS	246.159	225.876	243.788	246.159
Vida - PPRAS	681.726	478.695	797.514	681.726
Vida - Grupo Temporários Anuais Renováveis	-	-	-	-
Allianz PPR 3%	7.938.323	7.309.669	8.543.913	7.938.323
Allianz Plano Poupança 3%	4.457.622	4.222.652	4.626.573	4.457.622
Rendas Vitalícias + Capitais Diferidos SPS	-	-	-	-
Plano 2000	238.775	207.713	361.753	238.775
Capital Diferido a Prémios Únicos Sucessivos SPS 4%	2.505.330	1.977.481	3.493.795	2.505.330
Plano Poupança SPS - PPR	4.208.080	3.168.125	4.954.037	4.208.080
Rendas Vitalícias em Fundo Autonomo SPS	46.231	37.448	67.883	46.231
UniversAll Plano Poupança (2%)	1.166.729	1.057.372	1.233.604	1.166.729
UniversAll PPR (2%)	4.992.095	4.649.871	5.326.698	4.992.095
UniversAll Total (2%)	2.538.024	2.563.174	2.566.060	2.538.024
Plano Poupança Grupo - 2%	14.177.148	14.861.708	13.168.346	14.177.148
Allianz Renda Mais	147.927.215	112.614.170	161.939.065	147.927.215
Crédito Habitação - Taxa Fixa	-	29.215	-	-
Financeiros Taxa Renovável sem participação	5.001.052	4.728.146	5.373.920	5.001.052
Outros Produtos Sem Participação	7.920.827	7.482.844	8.199.616	7.920.827
TOTAL	220.805.691	180.365.323	241.874.335	220.805.691

Provisão para estabilização da carteira

A provisão de estabilização de carteira deve ser constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

A provisão referida no número anterior é igualmente constituída relativamente aos riscos complementares em idênticas circunstâncias.

Nessa base foi constituída provisão para a carteira de seguros do Crédito à Habitação – Taxa fixa.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação de resultados, corresponde aos montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação de resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante a inclusão nas provisões matemáticas.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afetada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efetuada em 1 de janeiro ou na data aniversária seguinte (a 1 de janeiro ou 1 de julho consoante as modalidades).

O saldo da Provisão para participação nos resultados desagrega-se da seguinte forma:

Modalidades	2019	2018
Crédito Habitação - Taxa Fixa	15.219.189	13.319.189
Vida - Seguros Temporários	1.026.046	1.009.933
Vida Individual - Cor Longo Prazo	1.568.344	1.222.848
Vida Individual - Cor PPR	3.345.253	2.568.088
Outros Produtos Vida	1.472.067	1.597.080
Outros Produtos Não Vida	187.182	154.690
Total	22.818.082	19.871.828

A Provisão para participação nos resultados teve seguinte atribuição:

Modalidades	Participação nos Resultados 2019		Participação nos Resultados 2018	
	Atribuída no Exercício	Distribuída no Exercício	Atribuída no Exercício	Distribuída no Exercício
Crédito Habitação - Taxa Fixa	1.900.000		600.001	
Vida - Seguros Temporários	420.953	401.684	420.953	425.498
Vida Individual - Cor Longo Prazo	77.614		77.482	
Vida Individual - Cor PPR	233.110		232.712	
Outros Produtos Vida	43.574		40.510	
Outros Produtos Não Vida	142.182		80.655	
Total	2.817.433	401.684	1.452.313	425.498

Provisão para participação nos resultados a atribuir - *shadow accounting*

Os ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros que se encontrem afetos a contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro no pressuposto de que efetivamente lhe serão distribuídos aquando da sua realização.

À data de 31 de dezembro de 2019, esta provisão apresenta o montante de Euros 1.815.532. Em 2018 esta provisão apresentava saldo de Euros 1.175.337.

Teste à adequação das responsabilidades (LAT)

A Allianz Portugal testa a adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Esta avaliação é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. O desconto dos *cash flows* é feito com base na curva de rendimentos financeiros gerada pela carteira de ativos afeta a cada portfolio. Esta avaliação é efetuada por produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de trabalho são analisados como segue:

2019		
	Pensões não remíveis	Pensões remíveis
Tábua de mortalidade	85%(35%GMF95+65%GKM95)	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após de 01/01/2015 (inclusive) 0.6%, ocorridos após de 01/01/2019 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2,00%	-
2018		
	Pensões não remíveis	Pensões remíveis
Tábua de mortalidade	35%GMF95+65%GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	3%, ocorridos antes de 01/01/2015 2%, ocorridos após de 01/01/2015 (inclusive)	5,25%
Encargos de gestão	2%	-

A Companhia suporta ainda 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano relativo a contratos de seguro de Acidentes de Trabalho, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento a 31 de dezembro de cada ano. Este valor é assim entregue ao Estado para que faça a gestão do Fundo Acidentes de Trabalho (FAT). É ainda constituída uma Provisão FAT, para fazer face às contribuições futuras até à extinção das responsabilidades das pensões em pagamento a 31 de dezembro de cada ano.

O valor atual desta responsabilidade é registado nas demonstrações financeiras no momento da determinação das pensões.

O desenvolvimento da provisão para sinistros é analisado como se segue:

Milhares de euros												
Ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
2008	172 791	186 162	173 356	171 756	168 451	166 133	165 631	165 969	167 545	168 561	169 041	170 406
2009		171 151	185 924	182 301	179 919	178 384	177 779	178 280	178 932	179 313	180 647	179 433
2010			186 013	193 017	191 932	190 278	190 379	191 438	193 376	194 777	195 780	194 162
2011				189 240	193 589	195 312	195 971	197 053	199 130	200 462	202 152	203 255
2012					200 664	205 465	207 056	209 581	213 068	215 419	216 887	216 864
2013						215 944	219 967	223 180	227 778	231 143	235 349	239 128
2014							216 254	212 768	218 099	223 049	227 002	231 769
2015								220 327	225 423	231 468	238 237	242 197
2016									271 215	264 152	269 312	277 949
2017										300 519	314 613	298 949
2018											297 505	294 731
2019												283 509
Montantes Pagos	165 423	175 426	191 096	195 200	209 335	229 083	217 142	222 955	251 010	262 359	238 153	163 495
Provisões para sinistros*	4 983	4 007	3 066	8 055	7 528	10 045	14 627	19 242	26 939	36 590	56 578	130 013

* A provisão para sinistros não inclui os anos de ocorrência anteriores a 2007

Sendo relativamente ao ano de 2018 o seguinte:

Milhares de euros											
Ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
2008	172.791	186.162	173.356	171.756	168.451	166.133	165.631	165.969	167.545	168.561	169.041
2009		171.151	185.924	182.301	179.919	178.384	177.779	178.280	178.932	179.313	180.647
2010			186.013	193.017	191.932	190.278	190.379	191.438	193.376	194.777	195.780
2011				189.240	193.589	195.312	195.971	197.053	199.130	200.462	202.152
2012					200.664	205.465	207.056	209.581	213.068	215.419	216.887
2013						215.944	219.967	223.180	227.778	231.143	235.349
2014							216.254	212.768	218.099	223.049	227.002
2015								220.327	225.423	231.468	238.237
2016									271.215	264.152	269.312
2017										300.519	314.613
2018											297.505
Montantes Pagos	164.817	175.029	189.872	194.097	208.610	225.973	214.197	216.947	237.652	245.551	174.834
Provisões para sinistros*	4.224	5.618	5.908	8.055	8.277	9.376	12.805	21.289	31.660	69.062	122.671

* A provisão para sinistros não inclui os anos de ocorrência anteriores a 2007

Reajustamentos a sinistros ocorridos em exercícios anteriores

Os reajustamentos efetuados a sinistros ocorridos em exercícios anteriores decorrem da dinâmica da gestão corrente dos processos de sinistro.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

RAMOS	2019			
	Provisão para sinistros em 31/12/N-1	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros* em 31/12/N	Reajustamentos
VIDA	18 657 208	12 441 246	8 117 965	1 902 003
A CIDENTES E DOENÇA	196 959 477	45 709 937	155 819 714	4 570 175
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	34 451 179	21 654 277	13 333 174	536 272
AUTOMÓVEL	116 444 278	44 103 707	73 079 831	739 261
-RESPONSABILIDADE CIVIL	106 734 001	37 442 735	68 350 130	(941 136)
-OUTRAS COBERTURAS	9 710 276	6 660 972	4 729 701	1 680 396
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 942 148	834 188	694 690	(413 270)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	6 448 899	2 138 383	4 619 203	308 688
CRÉDITO E CAUÇÃO	21 933	81	1 001	(20 851)
DIVERSOS	22 883	3 522	(10 428)	(29 790)
NÃO VIDA	356 290 797	114 444 096	247 537 186	5 690 485
TOTAL GERAL	374 948 005	126 885 341	255 655 151	7 592 487

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Sendo relativamente ao ano de 2018 o seguinte:

RAMOS	2018			
	Provisão para sinistros em 31/12/N-1	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício	Provisão para sinistros* em 31/12/N	Reajustamentos
VIDA	18.566.197	11.025.187	7.964.981	423.971
ACIDENTES E DOENÇA	181.587.682	47.395.800	146.006.388	11.814.506
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	48.450.794	31.240.191	14.404.966	(2.805.637)
AUTOMÓVEL	83.390.187	48.270.569	68.220.705	33.101.087
-RESPONSABILIDADE CIVIL	73.566.742	41.115.451	65.723.125	33.271.834
-OUTRAS COBERTURAS	9.823.445	7.155.118	2.497.580	(170.747)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.958.876	1.773.436	968.543	(216.897)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.551.274	1.690.461	3.977.049	116.236
CRÉDITO E CAUÇÃO	24.971	(6.484)	21.919	(9.536)
DIVERSOS	28.705	3.357	20.650	(4.698)
NÃO VIDA	321.992.489	130.367.330	233.620.220	41.995.061
TOTAL GERAL	340.558.686	141.392.517	241.585.201	42.419.032

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Os ajustamentos significativos do ramo automóvel e de acidentes de trabalho são devidos ao reforço efetuado nas correspondentes reservas de sinistros.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 59.111.533 (2018: Euros 25.375.387) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2019 e ainda não reportados (IBNR).

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 131.024.820 (2018: Euros 130.715.151) referente à provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

Adicionalmente, a Provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 4.015.595 (2018: Euros 4.955.271), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

De acordo com o ponto 4.2.2 da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de Setembro alterada pela NR nº 3/2018-R de 29 de março, podem não ser considerados no cálculo da Provisão para Riscos em Curso, os custos com pessoal, de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes, de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Provisões técnicas de resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, e

são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro direto.

As provisões técnicas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são analisadas como segue:

	2019			2018		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Provisão para prémios não adquiridos	5 513 176	97 185 543	102 698 719	3 211 677	86 553 174	89 764 851
Provisão matemática	180 626 910	-	180 626 910	220 805 691	-	220 805 691
Provisão para sinistros	19 919 211	377 425 990	397 345 201	18 657 208	356 290 797	374 948 005
Provisão para desvios de sinistralidade	-	16 854 061	16 854 061	-	15 925 288	15 925 288
Provisão para riscos em curso	-	871 015	871 015	-	5 091 039	5 091 039
Provisão para estabilização de carteira	487 341	-	487 341	509 654	-	509 654
Provisão para participação nos resultados	22 630 900	187 182	22 818 082	19 717 138	154 690	19 871 828
Total	229 177 538	492 523 791	721 701 329	262 901 368	464 014 988	726 916 356
Resseguro Cedido						
Provisão para prémios não adquiridos	120 969	13 353 488	13 474 457	128 549	12 007 242	12 135 791
Provisão para sinistros	571 469	14 232 288	14 803 757	920 793	21 994 951	22 915 744
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Total	692 438	27 585 776	28 278 214	1 049 342	34 002 193	35 051 535

A provisão para prémios não adquiridos de Não Vida encontra-se líquida de custos de aquisição diferidos no montante de Euros 32.947.210 (2018: Euros 29.172.233).

As provisões técnicas do segmento não vida por ramo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são analisadas como segue:

	2019						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	97 185 543	25 374 300	24 589 436	41 735 115	1 190 319	4 131 428	164 944
Provisão para sinistros	377 563 195	214 611 799	32 787 023	119 243 834	2 850 660	8 069 733	147
Provisão para desvios de sinistralidade	16 854 061	-	16 465 993	-	-	-	388 069
Provisão para riscos em curso	871 015	-	-	863 487	7 528	-	-
Provisão para participação nos resultados	187 182	49 682	-	-	75 000	62 500	-
Total	492 660 996	240 035 781	73 842 452	161 842 436	4 123 507	12 263 661	553 160
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	13 353 487	7 082 020	691 151	4 701 094	570 928	209 966	98 328
Provisão para sinistros	14 232 288	2 966 991	7 125 298	2 793 362	1 155 404	187 710	3 523
Total	27 585 775	10 049 011	7 816 449	7 494 456	1 726 332	397 676	101 851

Sendo relativamente ao ano de 2018 o seguinte:

	2018						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
Seguro Direto							
Provisão para prémios não adquiridos	86.553.174	20.713.767	21.055.787	40.151.340	1.048.741	3.383.740	199.799
Provisão para sinistros	356.290.797	196.959.477	34.451.179	116.444.277	1.942.148	6.448.899	44.817
Provisão para desvios de sinistralidade	15.925.288	-	15.550.830	-	-	-	374.458
Provisão para riscos em curso	5.091.039	-	-	5.091.039	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	154.690	109.690	-	-	45.000	-	-
Total	464.014.988	217.782.934	71.057.796	161.686.656	3.035.889	9.832.639	619.074
Resseguro Cedido							
Provisão para prémios não adquiridos	12.007.242	5.320.812	754.047	5.068.817	564.446	174.738	124.382
Provisão para sinistros	21.994.951	3.364.850	15.933.891	1.554.083	650.629	472.846	18.652
Total	34.002.193	8.685.662	16.687.938	6.622.900	1.215.075	647.584	143.034

10.2 Apresentação dos rácios decorrentes da atividade da Allianz Portugal

	2019					2018
	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos	Total Não Vida
Rácio Sinistralidade	67,4%	83,3%	72,3%	51,7%	58,6%	81,2%
Custos Aquisição	19,8%	16,2%	19,4%	22,3%	21,8%	20,3%
Custos Administrativos	3,3%	2,4%	4,0%	3,1%	3,6%	3,9%
Rácio de Custos de Exploração	23,1%	18,6%	23,4%	25,3%	26,5%	24,2%
Rácio Combinado	90,5%	101,9%	95,7%	90,4%	84,0%	105,4%

Rácios apurados sobre os prémios adquiridos do seguro direto dos ramos Não Vida.

10.3 Montantes recuperáveis relativos a sinistros

Os montantes recuperáveis relativamente à ocorrência de sinistros totalizam em 2019 Euros 2.220.725 (2018: Euros 2.598.343).

10.4 Adequação dos prémios e das provisões

De acordo com a política de preços da Allianz Portugal, verificou-se que os prémios adquiridos são suficientes para fazer face às responsabilidades e despesas ocorridas no exercício.

Adicionalmente, os preços praticados são diferenciados de acordo com os vários segmentos de mercado permitindo um crescimento sustentável e rentável.

A política de Provisionamento da Allianz Portugal é regida pelo princípio da “melhor estimativa”.

Na Allianz Portugal existe um comité de reservas que tem como finalidade estabelecer procedimentos de controlo e entendimento de reservas comuns a todo o grupo. O Comité de reservas reúne-se trimestralmente, sendo discutida a suficiência das reservas da Companhia.

A análise das reservas anual assenta em métodos atuariais, com um histórico de 12 anos, com base nos triângulos de montantes pagos e custos agregados (analisando o seu desenvolvimento com base ano de ocorrência vs. ano de participação).

Mensalmente, são elaborados um conjunto de indicadores de gestão (prémios e sinistros) que tem por fim a monitorização dos vários produtos da Allianz Portugal e das provisões técnicas respetivas.

O atuário responsável, em conjunto com o Comité de reservas, concluiu pela suficiência das provisões técnicas.

Como teste de adequabilidade de reservas do ramo vida, a Companhia efetuou o cálculo da reserva utilizando as “melhores estimativas” para os pressupostos atuariais em vez dos pressupostos utilizados no cálculo do prémio e não observamos indícios de insuficiência de reserva (LAT).

11. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

	2019	2018
Devedores por operações de seguro direto	28 696 498	30 674 197
Resseguradores	844 926	10 239 314
Outros devedores	154 406 655	73 895 777
	183 948 079	114 809 288
Imparidade	(5 728 149)	(6 432 675)
Total	178 219 930	108 376 613

No que respeita à rubrica Resseguradores, a diminuição vem sobretudo pelo saldo com a Allianz SE essencialmente devido ao tratado XL CAT onde foi alocado o evento Leslie em 2018 e em 2019 não houve eventos desta dimensão.

A evolução da rubrica Outros devedores respeita sobretudo às contas de *cash pool* no valor de Euros 139.775.369, sendo que em 2018 tinha o valor de 63.000.000.

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras.

A evolução dos movimentos ocorridos no exercício relativamente a estes ajustamentos é analisada como segue:

	Ano de 2019			Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	828 788	88 455	(338 351)	578 892
Devedores por outras operações	5 603 887	1 250 403	(1 705 033)	5 149 257
	6 432 675	1 338 858	(2 043 384)	5 728 149

	Ano de 2018			Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado				
Devedores por operações de seguro direto	991.845	147.540	(310.597)	828.788
Devedores por outras operações	5.825.539	411.669	(633.321)	5.603.887
	6.817.384	559.209	(943.918)	6.432.675

O valor dos ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, sem os ajustamentos de recibos por cobrar, são analisadas como segue:

	2019	2018
Contas a receber por operações de seguro direto	10 753	9 703
Contas a receber por outras operações	5 149 257	5 603 887
TOTAL	5 160 010	5 613 590

O cálculo dos ajustamentos de recibos por cobrar é efetuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

	2019	2018
Contas a receber por operações de seguro direto	568 139	819 085
TOTAL	568 139	819 085

12. Impostos e taxas

O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2019 foi apurado pela Companhia com base numa taxa média de 28,17%. Esta taxa foi apurada com base na taxa nominal de imposto e derramas que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias e que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas incluídos em várias rubricas do balanço são analisados como segue:

	2019	2018
IRC - Imposto a pagar	(11 089 393)	888 775
IRC - Imposto a recuperar	2 150	-
IVA	(1 014 687)	(710 753)
FAT	(11 514 701)	(8 504 243)
FGA	(519 390)	(513 557)
Selo Apólice	(3 516 313)	(2 163 318)
Prevenção Rodoviária	(82 081)	(79 672)
ASF	(616 662)	(570 710)
INEM	(1 102 104)	(698 012)
ANPC (SNB)	(709 400)	(672 443)
Segurança Social	(536 497)	(533 481)
Retenções IRS/IRC	(761 537)	(766 291)
Outros	(168 208)	(135 036)
Ativos por impostos correntes	2 150	888 775
Passivos por impostos correntes	(31 630 973)	(15 347 516)

A rubrica FAT inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras para o Fundo de Acidentes de Trabalho de acordo com política contabilística definida na nota 4.1. no montante de Euros 9.915.593 (2018: Euros 7.180.277).

Os ativos e passivos por impostos diferidos são como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros	26 372	972 686	19 332 787	12 889 686	(19 306 415)	(11 917 000)
Provisões não técnicas	1 719 318	2 480 192	-	-	1 719 318	2 480 192
Responsabilidades com Pensões	397 089	362 726	-	-	397 089	362 726
Prejuízos Fiscais	-	794 397	-	-	-	794 397
Imposto diferido ativo/(passivo)	2 142 779	4 610 001	19 332 787	12 889 686	(17 190 008)	(8 279 685)

Os impostos diferidos foram reconhecidos como segue:

	2019			2018		
	Reservas	Resultados	Total	Reservas	Resultados	Total
Ativos financeiros	(6 443 101)	(946 314)	(7 389 415)	5 201 503	(100 112)	5 101 391
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	1 523 463	(114 982)	1 408 481
Provisões não técnicas	-	(760 874)	(760 874)	-	1 423 693	1 423 693
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	-	(293 186)	(293 186)
Responsabilidades com Pensões	34 364	-	34 364	44 483	-	44 483
Impacto por alteração da taxa	-	-	-	(42 878)	-	(42 878)
Prejuízos Fiscais	(380 044)	(414 354)	(794 398)	380 044	414 354	794 398
	(6 788 781)	(2 121 542)	(8 910 323)	7 106 615	1 329 767	8 436 382

Em 31 de dezembro de 2018 os ativos e passivos por impostos diferidos foram apresentados na demonstração da posição financeira pelo valor líquido no passivo. Para 31 de dezembro de 2019 a Companhia procedeu à alteração dos referidos impostos diferidos na demonstração da posição financeiras, tendo os mesmos sido apresentados no ativo e passivo tendo em consideração a sua natureza.

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

	2019	2018
Impostos diferidos	(19 332 510)	(12 890 117)
Impostos correntes	(129 151)	(424 204)
Reserva de Reavaliação	(19 461 661)	(13 314 321)
Impostos diferidos	397 089	319 848
Impostos correntes	(364 074)	(496 446)
Outras Reservas	33 015	(176 598)
TOTAL	(19 428 646)	(13 490 919)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2019	2018
Resultados e outras variações patrimoniais antes impostos	55 670 098	(3 134 258)
Taxa(s) de imposto	31,5%	21,0%
Imposto do exercício	17 536 081	(658 194)
Tributações autónomas	500 659	859 236
Outras diferenças permanentes	(2 971 814)	(671 573)
Imposto reconhecido nos resultados	15 064 926	(470 531)
Taxa efetiva	27,1%	15,0%

13. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos no ativo é analisada como se segue:

	Euros	
	2019	2018
Rendas e alugueres	(478)	33 268
Outros acréscimos e diferimentos - Pensões AT	53 079	53 456
Outros acréscimos e diferimentos	1 200	428
TOTAL	53 801	87 152

14. Passivos por contratos de investimento

A rubrica relativa aos passivos por contratos de investimento é analisada como se segue:

	Euros	
	2019	2018
Contratos de Investimento ao justo valor através de resultados	39 678 062	17 780 723
Contratos de Investimentos ao custo amortizado	287 695 810	292 847 662
Total Passivos por Contratos de Investimentos	327 373 872	310 628 385

A movimentação dos passivos por contratos de investimento é analisada como se segue:

	Euros	
	2019	2018
Contratos ao justo valor através de resultados		
Saldo a 1 janeiro	17 780 721	7 057 625
Depósitos	25 097 290	15 550 362
Benefícios	(5 334 442)	(4 136 387)
Valorizações /Desvalorizações	2 134 493	(690 877)
Saldo a 31 dezembro	39 678 062	17 780 723

	Euros	
	2019	2018
Contratos ao custo amortizado		
Saldo a 1 janeiro	292 847 668	306 263 941
Depósitos	45 529 356	68 315 837
Benefícios	(51 731 211)	(82 802 199)
Juro Técnico	1 049 997	1 070 083
Saldo a 31 dezembro	287 695 810	292 847 662

15. Outros passivos financeiros

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. A sua posição em 31 de dezembro de 2019 representa Euros 464.708 (2018: Euros 529.614).

16. Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego

Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades relativas às obrigações com benefícios dos empregados são os seguintes:

	2019	2018
Taxa de desconto	0,90%	1,60%
Taxa de crescimento salarial	na	na
Taxa de rendimento esperada do fundo	0,30%	0,30%
Taxa de crescimento das pensões	0,30%	0,30%
Tábua de mortalidade:	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método actuarial	Unidade de Crédito Projectada	Unidade de Crédito Projectada

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2019	2018
Reformados	401	402
TOTAL	401	402

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2019 e 2018 são como segue:

	2019			2018		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(11 771 175)	(1 992 570)	(13 763 745)	(12 186 925)	(1 901 247)	(14 088 172)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	11 774 899	-	11 774 899	12 214 925	-	12 214 925
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	3 724	(1 992 570)	(1 988 846)	28 000	(1 901 247)	(1 873 247)

As outras responsabilidades dizem respeito à responsabilidade associada à segurança social dos pré-reformados e a benefícios de saúde atribuídos e outros benefícios pós-emprego.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisado como segue:

	2019			2018		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(12 186 925)	(1 901 247)	(14 088 172)	(13 061 405)	(1 752 086)	(14 813 491)
Custo dos juros	(177 150)	(26 928)	(204 078)	(212 026)	(21 250)	(233 276)
Ganhos e (perdas) actuariais nas responsabilidades	(482 867)	(121 987)	(604 853)	8 695	(141 215)	(132 520)
Benefícios pagos	2 230 062	436 468	2 666 530	2 564 323	468 400	3 032 723
Reformas antecipadas	(1 154 295)	(378 876)	(1 533 171)	(1 486 512)	(455 096)	(1 941 608)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(11 771 175)	(1 992 570)	(13 763 745)	(12 186 925)	(1 901 247)	(14 088 172)

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia tinha até 31 de dezembro de 2011 assumido a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até 22 de junho de 1995.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2011, relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo seria convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia iria proceder à liquidação da responsabilidade ("settlement") durante o ano de 2012.

Em junho de 2014 foi aprovada pelo ASF a constituição do Fundo de Pensões AZP III, um plano de contribuição definida de acordo com as regras constantes do novo contrato coletivo de trabalho.

Em 29 de janeiro de 2016 o novo Contrato Coletivo de Trabalho foi substituído por um Acordo Coletivo de Trabalho que manteve o mesmo Plano de Pensões para os trabalhadores.

De acordo com este novo CCT, a Companhia passou a garantir, como mínimo, apenas a poupança inicial que resulta da transferência das responsabilidades por serviços passados para as contas individuais, bem como as contribuições anuais.

À data de 31 de dezembro de 2019 a responsabilidade ascende a Euros 5.232.395 e o valor do fundo de pensões a cobrir esta responsabilidade ascende a Euros 5.387.204.

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é analisada como segue:

	2019	2018
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	12 214 925	13 937 755
Rendimento esperado	189 898	235 989
Ganhos e (perdas) actuariais	62 638	(304 286)
Contribuições	1 537 500	909 790
Benefícios pagos	(2 230 062)	(2 564 323)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	11 774 899	12 214 925

Os ganhos e perdas actuariais registados nas reservas em 2019 e 2018 são analisados como segue:

	2019			2018		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1.793.980)	1.287.632	(506.348)	(2.089.571)	1.146.417	(943.154)
(Ganhos) e perdas actuariais						
- nas responsabilidades	482.867	121.987	604.853	(8.695)	141.215	132.520
- nos activos do plano	(62.638)	-	(62.638)	304.286	-	304.286
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1.373.751)	1.409.619	35.868	(1.793.980)	1.287.632	(506.348)

O detalhe dos ganhos e perdas actuariais nas responsabilidades para o ano de 2019 e 2018 é o seguinte:

	2019	2018
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades		
- por alteração de pressupostos financeiros	421 327	123 884
- por experiência	61 540	(132 579)
	482 867	(8 695)

Os (ativos) / passivos líquidos são analisados como segue:

	2019			2018		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(28 000)	1 901 247	1 873 247	(876 350)	1 752 086	875 736
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	482 867	121 987	604 853	(8 695)	141 215	132 520
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	(62 638)	-	(62 638)	304 286	-	304 286
Encargos do ano:						
- Custo dos juros	177 150	26 928	204 078	212 026	21 250	233 276
- Rendimento esperado do fundo	(189 898)	-	(189 898)	(235 989)	-	(235 989)
- Reformas antecipadas	1 154 295	378 876	1 533 171	1 486 512	455 096	1 941 608
Contribuições efectuadas no ano e benefícios pagos	(1 537 500)	(436 468)	(1 973 968)	(909 790)	(468 400)	(1 378 190)
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(3 724)	1 992 570	1 988 846	(28 000)	1 901 247	1 873 247

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são como segue:

	2019			2018		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(12 748)	26 928	14 180	(23 963)	21 250	(2 713)
Reformas antecipadas	1 154 295	378 876	1 533 171	1 486 512	455 096	1 941 608
Custos do exercício	1 141 547	405 804	1 547 351	1 462 549	476 346	1 938 895

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	2019	2018
Ações e outros títulos de rendimento variável	66 602	70 298
Títulos de rendimento fixo	10 037 151	11 485 205
Depósitos em instituições de crédito	1 691 817	680 537
Valor a transferir	(20 671)	(21 115)
	11 774 899	12 214 925

Os títulos de rendimento fixo incluem juros decorridos.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

	2019		2018	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%
Taxa de crescimento dos salários	na	na	na	na
Taxa de crescimento das pensões	(152 041)	157 856	(144 282)	149 203
	-0,5%	+0,5%	-0,5%	+0,5%
Taxa de desconto	334 137	(313 719)	315 273	(289 307)
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos		Impacto das alterações de pressupostos demográficos	
	+1 ano		+1 ano	
Alteração da tábua de mortalidade	458 394		428 726	

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro. O valor total da responsabilidade ascende a Euros 1.390.173 (2018: Euros 1.486.836), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

17. Outros credores por operações de seguros e outras operações

	2019	2018
Credores por operações de seguro direto	3 626 364	2 846 285
Resseguradores	3 086 045	3 070 756
Outros credores	49 701 061	36 964 191
Total	56 413 470	42 881 232

Na rubrica Outros credores está incluído o montante de Euros 22.529.085 (2018: Euros 23.737.759) relativo a comissões a pagar ao BPI, S.A.

18. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de Acréscimos e diferimentos de passivo é analisada como segue:

	Euros	
	2019	2018
Férias e subsidio de férias	4 907 226	3 452 458
Distribuição de resultados	4 639 935	4 499 305
Outros acréscimos de custos	16 158 042	14 129 744
Proveitos diferidos	114 518	113 223
TOTAL	25 819 721	22 194 730

A rubrica distribuição de resultados inclui o montante de Euros 53.964 relativo ao prémio de permanência atribuído no âmbito do CCT, conforme referido nas políticas contabilísticas relativas a benefícios aos empregados.

A rubrica outros acréscimos de custos inclui valores relativos a protocolos com mediadores, consultorias, auditoria, custódia de títulos e faturação ainda não recepcionada, correspondendo a maior variação entre 2018 e 2019 a aumento de custos com consultorias.

19. Outras provisões

A rubrica de Outras provisões é analisada como segue:

	Ano de 2019			Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Outras Provisões				
Outras provisões	6 526 288	336 912	(2 662 091)	4 201 109
	6 526 288	336 912	(2 662 091)	4 201 109

Em 2018 deu-se início a um processo de reestruturação interna, que terminará em 2020 e para o qual foi constituída uma provisão inicial no valor de Euros 7.500.000 que abrangerá 65 colaboradores, tendo sido já efetuada uma utilização de Euros 5.426.279 abrangendo 55 colaboradores.

Foi ainda reforçada a provisão respeitante a *Mid-Term* Bónus no valor de Euros 87.440, cuja variação em ganhos e perdas está considerada em custos com pessoal.

Sendo relativamente ao ano de 2018 o seguinte:

	Ano de 2018			Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Outras Provisões				
Outras provisões	1 928 449	7 696 578	(3 098 739)	6 526 288
	1 928 449	7 696 578	(3 098 739)	6 526 288

20. Capital

O Capital da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de Euros 39.545.400, representado por 7.909.080 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Nos termos da legislação portuguesa a Companhia deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do capital social.

21. Reservas

Reservas de reavaliação

Reconhecem-se nesta rubrica os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor aos ativos classificados como ativos disponíveis para venda e a revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio.

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	2019	2018
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	977 549 718	971 328 030
Imparidade	-	-
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	977 549 718	971 328 030
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1 048 003 878	1 019 509 628
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	47 861	356 580
Reserva de justo valor	70 406 299	47 825 018
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(1 815 532)	(1 175 337)
Interesses que não controlam	(1 227)	1 920
Reserva de justo valor de ativos financeiros	68 589 540	46 651 601
Revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	98 005	98 005
Impostos diferidos e correntes	(19 461 661)	(13 314 321)
Reserva de reavaliação líquida de impostos	49 225 884	33 435 285

Reserva por impostos diferidos e correntes

Reconhece-se nesta rubrica o imposto sobre diferenças temporárias, registadas na situação líquida, entre o resultado contabilístico e o resultado fiscalmente aceite para efeitos de tributação em Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), na medida em que exista uma probabilidade razoável de que tal imposto venha a ser recuperado ou pago no futuro. Reconhece-se adicionalmente o imposto corrente, decorrente das variações patrimoniais dos instrumentos financeiros a cobrir responsabilidades do ramo Vida com participação nos resultados.

Outras reservas

Incluem a Reserva legal calculada de acordo com disposições legais e são distribuídas da seguinte forma:

	2019	2018
Reserva Legal	39 029 506	39 029 506
Prémios de Emissão	31 004 878	31 004 878
Reservas - Outros	7 222 627	7 598 106
Outras Reservas	77 257 011	77 632 490

22. Prémios de contratos de seguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	2019	2018
Prémios Brutos Emitidos - Vida	112 513 340	185 671 881
Prémios Brutos Emitidos - Não Vida	458 990 425	423 665 273
Prémios Brutos Emitidos	571 503 765	609 337 154
Prémios de Resseguro Cedido - Vida	(1 319 944)	(1 584 420)
Prémios de Resseguro Cedido - Não Vida	(43 140 395)	(32 807 046)
Prémios de Resseguro Cedido	(44 460 339)	(34 391 466)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Vida	(2 563 086)	149 974
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Não Vida	(14 407 346)	(5 305 418)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos	(16 970 432)	(5 155 444)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Vida	(7 580)	(15 756)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Não Vida	1 346 247	(2 878 316)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido	1 338 667	(2 894 072)
Varição de Prémios Não Adquiridos	(15 631 765)	(8 049 516)
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Vida	108 622 730	184 221 679
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Não Vida	402 788 931	382 674 493
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	511 411 661	566 896 172

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

	2019	2018
Relativos a contratos individuais	28 996 731	103 359 991
Relativos a contratos grupo	83 516 609	82 311 890
	112 513 340	185 671 881
Periódicos	96 102 943	91 557 883
Não Periódicos	16 410 397	94 113 998
	112 513 340	185 671 881
De contratos sem participação nos resultados	107 660 428	180 342 600
De contratos com participação nos resultados	4 852 912	5 329 281
Prémios brutos emitidos - Vida	112 513 340	185 671 881

O segmento Não Vida é analisado como segue:

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2019				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	196 805 076	188 589 537	139 624 952	40 492 848	(3 976 322)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	97 637 239	93 511 548	48 267 758	23 716 222	(15 096 083)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	84 699 677	84 286 604	66 681 839	19 818 753	381 590
- OUTRAS COBERTURAS	59 620 119	58 865 755	36 829 913	13 655 290	(9 983 197)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4 605 921	4 477 577	2 853 756	909 634	(107 291)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	15 264 370	14 453 398	5 187 413	4 114 598	(1 145 346)
CRÉDITO E CAUÇÃO	33 266	65 274	(20 851)	10 768	(65 828)
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	233 067	241 696	45 474	34 935	(68 829)
Total	458 898 735	444 491 389	299 470 254	102 753 048	(30 061 306)
RESSEGURO ACEITE	91 690	91 690	139 356	-	-
TOTAL GERAL	458 990 425	444 583 079	299 609 610	102 753 048	(30 061 306)

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2018				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	178 132 406	173 530 565	134 987 235	39 112 826	(888 370)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	88 979 014	86 822 080	55 840 394	22 825 084	(5 874 706)
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	82 233 017	84 010 457	105 053 602	20 794 366	(30 376)
- OUTRAS COBERTURAS	57 206 564	57 357 791	36 921 999	13 943 583	(10 986 973)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4 042 145	4 096 501	2 096 649	901 028	(670 298)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	12 653 162	12 099 932	4 630 367	3 788 730	(974 112)
CRÉDITO E CAUÇÃO	99 458	66 114	(9 421)	2 615	(53 715)
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	211 413	235 154	(1 090)	44 825	(57 920)
Total	423 557 179	418 218 594	339 519 735	101 413 057	(19 536 470)
RESSEGURO ACETE	108 094	141 261	7 746	-	-
TOTAL GERAL	423 665 273	418 359 855	339 527 481	101 413 057	(19 536 470)

O segmento Não Vida relativamente ao resseguro cedido é analisado como segue:

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2019				
	Prémios	Variação prémios adquiridos	Custos com sinistros	Comissões e participação nos resultados	Saldo de resseguro
RESSEGURO CEDIDO					
ACIDENTES E DOENÇA	13 029 402	(1 761 209)	544 337	6 747 534	3 976 322
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	16 378 552	62 896	676 496	668 871	15 096 081
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	23 012	313	404 914	-	(381 589)
- OUTRAS COBERTURAS	10 624 483	367 410	1 008 697	-	9 983 196
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 447 586	(6 483)	973 706	360 106	107 291
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1 518 691	(35 228)	130 507	207 610	1 145 346
CRÉDITO E CAUÇÃO	16 026	41 340	(12 469)	4 006	65 829
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	102 643	(15 286)	(100)	18 627	68 830
Total	43 140 395	(1 346 247)	3 726 088	8 006 754	30 061 306
RESSEGURO ACETE	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	43 140 395	(1 346 247)	3 726 088	8 006 754	30 061 306

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2018				
	Prémios	Variação prémios adquiridos	Custos com sinistros	Comissões e participação nos resultados	Saldo de resseguro
RESSEGURO CEDIDO					
ACIDENTES E DOENÇA	9 594 205	(1 131 684)	2 465 872	5 108 279	888 370
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	8 923 133	3 550 151	7 278 068	(679 490)	5 874 706
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	26 346	4 030	-	-	30 376
- OUTRAS COBERTURAS	11 248 046	403 756	650 513	14 316	10 986 973
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 492 408	3 939	481 157	344 892	670 298
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1 393 420	48 006	281 231	186 083	974 112
CRÉDITO E CAUÇÃO	100 932	(31 961)	(9 931)	25 187	53 715
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-	-
DIVERSOS	28 556	32 079	(1 064)	3 779	57 920
Total	32 807 046	2 878 316	11 145 846	5 003 046	19 536 470
RESSEGURO ACETE	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	32 807 046	2 878 316	11 145 846	5 003 046	19 536 470

23. Comissões e outros proveitos

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 373.326 (2018: Euros 252.177), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

24. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

2019				
RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos- prestações	Montantes pagos- custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	112 894 128	9 081 886	17 648 938	139 624 952
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	47 045 529	2 950 363	(1 728 135)	48 267 757
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	63 846 681	3 408 645	(573 488)	66 681 838
- OUTRAS COBERTURAS	30 736 377	2 436 792	3 656 745	36 829 914
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	1 816 706	17 749	1 019 301	2 853 756
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3 345 875	214 879	1 626 659	5 187 413
CRÉDITO E CAUÇÃO	81	-	(20 932)	(20 851)
DIVERSOS	68 738	474	(23 737)	45 475
Total	259 754 115	18 110 788	21 605 351	299 470 254
RESSEGURO ACEITE	94 691	-	44 666	139 357
TOTAL GERAL	259 848 806	18 110 788	21 650 017	299 609 611

2018				
RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos- prestações	Montantes pagos- custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
SEGURO DIRETO				
ACIDENTES E DOENÇA	113 524 019	6 092 018	15 371 198	134 987 235
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	66 499 844	3 318 080	(13 977 530)	55 840 394
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	67 556 101	4 330 241	33 167 260	105 053 602
- OUTRAS COBERTURAS	33 883 370	3 083 145	(44 516)	36 921 999
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3 064 911	48 120	(1 016 383)	2 096 648
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3 535 292	245 362	849 714	4 630 368
CRÉDITO E CAUÇÃO	(6 484)	-	(2 938)	(9 422)
DIVERSOS	3 830	902	(5 822)	(1 090)
Total	288 060 883	17 117 868	34 340 983	339 519 734
RESSEGURO ACEITE	24 736	-	(16 989)	7 747
TOTAL GERAL	288 085 619	17 117 868	34 323 994	339 527 481

Os custos com sinistros e variação de outras provisões são analisados como segue:

	2019			2018		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Seguro Direto						
Sinistros pagos	(86 292 570)	(277 959 593)	(364 252 163)	(142 912 448)	(305 203 487)	(448 115 935)
Variação da provisão para sinistros	(1 262 003)	(21 650 017)	(22 912 020)	(91 011)	(34 323 994)	(34 415 005)
Provisão Matemática	40 196 907	-	40 196 907	21 097 369	-	21 097 369
Provisão para participação nos resultados	(2 675 251)	(142 182)	(2 817 433)	(1 371 658)	(80 655)	(1 452 313)
Outras provisões técnicas	22 313	3 291 251	3 313 564	(3 664)	372 995	369 331
Total	(50 010 604)	(296 460 541)	(346 471 145)	(123 281 412)	(339 235 141)	(462 516 553)
Resseguro cedido						
Sinistros pagos	602 811	11 488 751	12 091 562	483 495	28 150 537	28 634 032
Variação da provisão para sinistros	(349 324)	(7 762 663)	(8 111 987)	48 050	(17 004 691)	(16 956 641)
Total	253 487	3 726 088	3 979 575	531 545	11 145 846	11 677 391
Total líquido de resseguro	(49 757 117)	(292 734 453)	(342 491 570)	(122 749 867)	(328 089 295)	(450 839 162)

25. Gastos diversos por função e natureza

Os custos administrativos são analisados como segue:

	2019	2018
Custos com pessoal	35 683 376	35 323 147
Fornecimentos e serviços externos	27 401 093	29 489 543
Impostos e taxas	5 270 368	2 793 996
Amortizações do exercício	4 076 383	3 083 358
Provisões	-2 527 540	4 601 261
Juros suportados	1 649	4 524
Comissões	537 633	512 910
Total	70 442 962	75 808 739

Os custos administrativos foram imputados da seguinte forma:

	2019	2018
Custos com sinistros	20 444 037	19 568 680
Custos de exploração		
Custos de aquisição	24 899 698	28 539 865
Custos administrativos	22 362 642	24 659 412
Custos com investimentos	2 572 195	2 874 410
Outros custos não imputados	164 390	166 372
Total	70 442 962	75 808 739

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2019	2018
Electricidade	206 517	270 670
Impressos	86 763	118 796
Material escritório	105 327	100 618
Livros e documentação técnica	1 275	1 104
Artigos para oferta	113 734	78 612
Conservação e reparação	762 207	770 578
Rendas e alugueres	1 099 961	1 569 253
Despesas de representação	2 225 873	2 461 225
Franquias postais/ transporte postal	1 283 725	1 725 810
Comunicações	1 247 058	1 236 278
Deslocações e estadas	1 378 538	1 378 421
Seguros	242 447	232 885
Publicidade e propaganda	2 894 975	3 160 860
Limpeza, higiene e conforto	444 840	448 750
Vigilância e segurança	225 088	226 225
Trabalhos Especializados	11 963 198	12 533 485
Auditoria	290 468	292 374
Outros	11 672 730	12 241 111
Outras Prestações de Serviço	1 561 119	1 495 869
Custos com Cobrança de Prémios	698 090	709 917
Outros	860 358	970 187
TOTAL	27 401 093	29 489 543

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de Euros 8.595.636 (2018: Euros 8.888.628) relativos a custos com trabalhos informáticos (infraestrutura - *mainframe*).

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Relativamente ao exercício de 2019 os respetivos honorários ascenderam a Euros 242.588 incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de Euros 165.518) e serviços de garantia de fiabilidade sobre

o reporte prudencial (no montante de Euros 77.070). No respeitante ao exercício de 2018, os honorários da Revisão Legal de Contas ascenderam a Euros 242.588 incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de Euros 165.518) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de Euros 77.070).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2019	2018
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	130 897 822	129 404 918
Custos de aquisição diferidos (variação)	(4 018 438)	(2 479 210)
Gastos administrativos	22 362 642	24 659 411
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(8 352 966)	(5 296 183)
TOTAL	140 889 060	146 288 936

A rubrica custos de aquisição inclui o montante de Euros 105.998.124 (2018: Euros 100.865.053) relativo a comissões e outros incentivos atribuídos aos mediadores e corretores da Companhia.

26. Gastos com pessoal

26.1 Número de trabalhadores ao serviço por categoria profissional

O número de pessoas ao serviço do Grupo no final dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
Quadros superiores	35	37
Quadros médios	97	105
Profissionais altamente qualificados	175	161
Profissionais qualificados	321	342
TOTAL	628	645

26.2 Custos com pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são analisados como se segue:

	2019	2018
Remunerações	24 858 594	25 037 621
Órgãos sociais	693 242	772 100
Pessoal	24 165 352	24 265 521
Encargos sobre remunerações	6 284 426	4 906 136
Benefícios pós-emprego	1 441 566	1 759 297
Planos de contribuição definida	300 019	296 747
Planos de benefícios definidos	1 141 547	1 462 550
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	307 058	328 385
Benefícios de cessação de emprego	996 368	1 532 700
Seguros Obrigatórios	1 321 487	1 287 957
Gastos de ação social	69 991	64 731
Outros gastos com pessoal	403 886	406 320
TOTAL	35 683 376	35 323 147

26.3. Informações adicionais relativamente a transações com os órgãos sociais

Para além das remunerações e outros benefícios concedidos não existem quaisquer transações com membros dos órgãos sociais.

27. Rendimentos / Rédito de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2019	2018
Juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	19 495 241	22 615 294
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	2 607 642	433 618
Depósitos bancários	39 413	79 723
Outros	15 477	12 198
	22 157 773	23 140 833
Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
	(1 049 997)	(1 070 083)
Outros		
Propriedades de investimento	1 367 784	1 326 875
	1 367 784	1 326 875
Total	22 475 560	23 397 625

28. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados em ativos financeiros detidos para venda são analisados como segue:

	2019		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	3 014 706	-	3 014 706
Instrumentos de capital e unidades de participação	5 529	(569 003)	(563 474)
TOTAL	3 020 235	(569 003)	2 451 232
	2018		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	1 310 175	(470 296)	839 879
Instrumentos de capital e unidades de participação	2 188 639	(1 184 146)	1 004 493
TOTAL	3 498 814	(1 654 442)	1 844 372

Os ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2019		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	6 918	(300 987)	(294 070)
Instrumentos de capital e unidades de participação	473 960	(11)	473 949
Total de Ativos	480 877	(300 999)	179 879
Passivos por contratos de investimento	-	(2 134 583)	(2 134 583)
Total Passivo	-	(2 134 583)	(2 134 583)
Total	480 877	(2 435 582)	(1 954 705)

	2018		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	10 458	(174 540)	(164 082)
Instrumentos de capital e unidades de participação	223 876	(4 368)	219 508
Total de Ativos	234 334	(178 908)	55 426
Passivos por contratos de investimento	690 877	-	690 877
Total Passivo	690 877	-	690 877
Total	925 211	(178 908)	746 303

29. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor são analisados como segue:

	2019	2018
Ativos detidos para negociação		
Derivados	225 775	(29 601)
	225 775	(29 601)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Títulos de dívida	3 124	(2 516)
Instrumentos de capital e unidades de participação	1 951 580	(743 787)
	1 954 704	(746 303)
TOTAL	2 180 479	(775 904)

30. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Os valores de ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, mediante utilização das taxas de câmbio de referência divulgadas pelo Banco Central Europeu. Todas as diferenças de câmbio, realizadas ou não realizadas, são consideradas nos resultados dos exercícios em que se verificam.

Todas as diferenças de câmbio, realizadas ou não realizadas, são consideradas nos resultados dos exercícios em que se verificam sendo que em 2019 totalizaram uma perda de Euros 6.125.

À data de balanço, não existiam posições cambiais no portfólio da Allianz Portugal.

31. Resultados por ação

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	40.605.161	(2.664.295)
Número de ações	7.909.080	7.909.080
Resultados por ação	5,134	(0,337)

32. Dividendos

Não houve lugar à distribuição de dividendos em 2019 (relativos ao exercício de 2018) devido ao resultado negativo verificado no ano de 2018

Atendendo ao resultado líquido verificado no ano de 2019 irão ser distribuídos dividendos no valor de Euros 26.099.964 em 2020.

33. Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, para o exercício de 2019 e 2018, encontram-se representadas no seguinte quadro:

	2019				2018			
	ALLIANZ GROUP	FUNDOS PENSÕES	BPI	TOTAL	ALLIANZ GROUP	FUNDOS PENSÕES	BPI	TOTAL
ATIVO	164 417 431	-	14 493 133	178 910 564	101 996 476	-	2 265 077	104 261 553
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	14 493 133	14 493 133	-	-	2 265 077	2 265 077
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	943 421	-	-	943 421	646 090	-	-	646 090
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	21 200 836	-	-	21 200 836	27 254 671	-	-	27 254 671
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	142 273 174	-	-	142 273 174	74 095 715	-	-	74 095 715
PASSIVO	5 327 297	2 002 470	22 529 085	29 858 852	5 898 455	1 886 491	23 737 759	31 522 705
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	44 518	-	-	44 518	101 051	-	-	101 051
Outros credores por operações de seguros e outras operações	5 282 779	2 002 470	22 529 085	29 814 334	5 797 404	1 886 491	23 737 759	31 421 654
GANHOS E PERDAS	(33 199 509)	(1 172 211)	(52 584 066)	(86 955 786)	(27 191 807)	(1 470 496)	(50 186 793)	(78 849 096)
Prémios Brutos Emitidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Prémios de Resseguro Cedido	(32 280 854)	-	-	(32 280 854)	(25 915 143)	-	-	(25 915 143)
Comissões de contratos de seguro e operações	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	33 167	-	-	33 167
Provisão Prémios não Adquiridos Parte dos Resseguradores (variação)	(462 744)	-	-	(462 744)	(4 667 092)	-	-	(4 667 092)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	5 212 941	-	-	5 212 941	9 646 050	-	-	9 646 050
Custos e gastos de exploração líquidos	(7 505 958)	(1 141 547)	(53 557 155)	(62 204 660)	(7 878 078)	(1 462 550)	(51 148 022)	(60 488 650)
Rendimentos	-	-	973 089	973 089	-	-	961 229	961 229
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	225 775	-	-	225 775	(29 601)	-	-	(29 601)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	513 975	-	-	513 975	519 065	-	-	519 065
Outros rendimentos/gastos	1 097 356	(30 664)	-	1 066 692	1 099 825	(7 946)	-	1 091 879

As transações com a Allianz Group referem-se a investimentos, resseguro, companhias representadas, prestação de serviços, *cash pool*, representação fiscal e fornecedores não residentes.

As transações com o BPI referem-se a investimentos, comissões bancárias, comissões de mediação e corretagem.

34. Compromissos Financeiros

Com a entrada em vigor da norma contabilística IFRS 16, passou a reconhecer-se no Ativos o Direito de Uso de Ativos em Locação Operacional (Nota 8) e no passivo as responsabilidades associadas aos contratos de locações. O valor dos passivos de locação na adoção em 1 de janeiro de 2019 era de Euros: 2.380.147. Em 31 de dezembro de 2019 os passivos por locações apresentavam o seguinte detalhe:

Passivos de Locações

Adopção Norma IFRS16

	2019
Terrenos e Edifícios	1.753.970
Equipamento	
Material de transporte	343.014
Total	2.096.984

Como referido na nota 2 acima, a Companhia está a aplicar a abordagem simplificada de transição (IFRS16), não reexpressando a informação comparativa relativamente às Locações Operacionais.

Adicionalmente, a Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão ascendem a Euros 19.922.961 (2018: 19.915.876).

35. Elementos Extrapatrimoniais

Relativamente aos elementos extrapatrimoniais à data de encerramento do exercício de 2019, temos que considerar os seguintes valores: Euros 474.101 relativos a penhoras (2018: Euros 392.620) e Euros 560.821 relativos a garantias bancárias (2018: Euros 539.218).

36. Informação por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Allianz Portugal controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais: Vida, Acidentes de Trabalho, Automóvel, Incêndio e Outros Danos e Restantes Ramos Não Vida.

O relato por segmentos operacionais de Não Vida para os exercícios de 2019 e 2018 é analisado como segue:

Rubricas do Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2019				
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	402 788 931	104 285 170	132 137 140	77 161 789	89 204 832
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(295 883 522)	(86 644 411)	(102 098 140)	(47 730 618)	(59 410 353)
Provisão para riscos em curso (variação)	4 220 025	-	4 227 553	-	(7 528)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(928 774)	-	-	(915 164)	(13 610)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	(142 182)	-	-	-	(142 182)
Custos e gastos de exploração líquidos	(94 746 294)	(19 486 177)	(33 474 044)	(23 047 351)	(18 738 722)
Rendimentos	12 705 108	8 784 085	2 368 845	1 039 700	512 478
Gastos de investimentos	(773 064)	(336 051)	(279 540)	(102 818)	(54 655)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(563 587)	(237 881)	(196 772)	(86 364)	(42 570)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	4 628 114	1 958 211	1 612 994	707 953	348 956
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	(48 292)	(20 433)	(16 831)	(7 387)	(3 641)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	489 037	(12 800)	504 980	(1 198)	(1 945)
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
Resultado Técnico	31 745 500	8 289 713	4 786 185	7 018 542	11 651 060

Rubricas do Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2018				
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	382.674.493	95.198.674	129.686.070	74.490.057	83.299.692
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(328.381.635)	(82.236.692)	(141.325.088)	(48.570.073)	(56.249.782)
Provisão para riscos em curso (variação)	1.291.662	919.926	364.660	-	7.076
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(918.667)	-	-	(889.265)	(29.402)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	(80.655)	-	-	-	(80.655)
Custos e gastos de exploração líquidos	(96.410.011)	(18.795.172)	(34.723.633)	(23.504.573)	(19.386.633)
Rendimentos	11.633.358	8.503.868	1.675.183	1.061.580	392.727
Gastos de investimentos	(862.323)	(381.147)	(296.294)	(126.848)	(58.034)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1.872.809	768.802	590.964	374.499	138.544
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	3.100.118	1.331.667	946.634	599.890	221.927
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	(41.990)	(18.037)	(12.822)	(8.125)	(3.006)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	533.721	5.208	524.123	3.204	1.186
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
Resultado Técnico	(25.589.120)	5.297.097	(42.570.203)	3.430.346	8.253.640

O relato por segmentos operacionais de Vida para os exercícios de 2019 e 2018 é analisado como segue:

2019					
Ganhos e Perdas	Risco	Capitalização com Participação Resultados	Capitalização sem Participação Resultados	Passivos Financeiros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	92 709 307	1 388 955	14 524 468	-	108 622 730
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	373 326	373 326
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(28 991 118)	(7 558 058)	(50 751 910)	-	(87 301 086)
Provisão matemática (variação)	148 388	4 462 567	35 585 952	-	40 196 907
Participação nos resultados atribuída	(2 320 953)	(354 298)	-	-	(2 675 251)
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira (variação)	22 313	-	-	-	22 313
Custos e gastos de exploração líquidos	(43 882 978)	(1 038 306)	(770 088)	(451 394)	(46 142 766)
Rendimentos	774 742	1 151 991	2 861 316	4 954 738	9 742 787
Gastos de investimentos	(25 727)	(1 282 601)	(490 803)	-	(1 799 131)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	7 767	8 308	2 371 316	627 428	3 014 819
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-
Resultado Técnico	18 441 741	(3 221 442)	3 330 251	5 504 098	24 054 648

2018					
Ganhos e Perdas	Risco	Capitalização com Participação Resultados	Capitalização sem Participação Resultados	Passivos Financeiros	Total
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	90.204.401	1.848.843	92.168.435	-	184.221.679
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	252.177	252.177
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(24.501.623)	(10.583.987)	(107.385.957)	(347)	(142.471.914)
Provisão matemática (variação)	282.398	6.430.254	14.384.717	-	21.097.369
Participação nos resultados atribuída	(1.020.953)	(350.705)	-	-	(1.371.658)
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira (variação)	(3.664)	-	-	-	(3.664)
Custos e gastos de exploração líquidos	(46.351.278)	(660.324)	(2.100.625)	(766.698)	(49.878.925)
Rendimentos	898.245	1.684.474	3.201.809	5.957.180	11.741.708
Gastos de investimentos	(25.352)	(814.292)	(1.172.443)	-	(2.012.087)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2.896	1.656	(31.492)	(1.497)	(28.437)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(305.490)	-	-	(305.490)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-
Resultado Técnico	19.485.070	(2.749.571)	(935.556)	5.440.815	21.240.758

37. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

No início de 2020 surgiu um surto de doença de um novo Coronavírus ("COVID-19") que está a atingir diversos países asiáticos e continua em fase de disseminação a nível internacional. A Companhia reforçou de imediato as medidas de apoio à prevenção e controlo epidémicos.

A COVID-19 está a ter impactos económicos significativos a nível global verificando-se perdas relevantes nos mercados financeiros que podem afetar a qualidade ou os rendimentos dos ativos de crédito e dos ativos de investimento da Companhia. Os impactos finais dependem da adoção das medidas preventivas epidémicas, da duração da doença e das políticas públicas de incentivo à economia ao nível nacional e internacional. Trata-se de um evento subsequente, não ajustável e a Companhia está a acompanhar o efeito do surto de doença na sua posição financeira e no seu rácio de solvência cujos impactos totais ainda se encontram em avaliação. Não obstante, as análises mais recentes indicam que a Companhia mantém Fundos Próprios Elegíveis confortavelmente acima do Requisito de Capital de Solvência não se antecipando impactos na continuidade das suas operações. A Companhia manterá a atenção contínua sobre a evolução do COVID-19 e tomará as medidas necessárias para mitigar os impactos do surto da doença na sua atividade e operações.

Para além do referido no parágrafo anterior não se conhecem à data da elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

- a) **IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui a IAS 17 – 'Locações', com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada. Esta norma tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. A norma quando aplicada terá impacto nas demonstrações financeiras.
- c) **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling". O impacto no "asset ceiling" é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
- d) **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9 – 'Instrumentos financeiros'. Os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

- e) **Melhorias às normas 2015 – 2017.** Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
- f) **IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento'.** Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. A Companhia não espera impactos relevantes.

2. Alterações às normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, que a União Europeia já endossou:

- a) **IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material e clarifica que a menção a informações pouco claras, refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **Estrutura conceitual, 'Alterações na referência a outras IFRS'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência'** (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da

contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados. A Companhia não espera impactos relevantes.

- c) **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção desta futura norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

39. Gestão de Riscos na Allianz Portugal

Perfil de Risco e Contexto de Mercado

O perfil de Risco da Allianz Portugal, quando avaliado de acordo com os princípios regulamentares do regime de Solvência II, é maioritariamente representado pelo risco específico de seguros dadas as características inerentes do negócio, sendo esta a atividade primária do sector segurador. O segundo risco com maior relevância para a Allianz Portugal, de acordo com os requisitos de Solvência II é o risco de Mercado explicado pela estratégia de investimento da empresa, consubstanciada na atividade seguradora proveniente dos segmentos de Vida e Acidentes de Trabalho.

O perfil de risco resulta da estratégia de apetite de risco da Allianz Portugal cuja governação baseia-se na gestão dos riscos e dos seus limites.

Durante o ano de 2019 ocorreram vários desenvolvimentos a nível de ambiente de mercado, ações de gestão e alterações ao modelo de cálculo, impulsionadas tanto a nível regulatório como através de *feedback* obtido no processo de certificação do regime de Solvência II, que tiveram impacto no perfil de risco da Allianz Portugal.

Capitalização com Base nos Requisitos de Solvência II

O regime Solvência II entrou em vigor a 01/01/2016. Como pedras basilares deste regime destacam-se a avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, com vista a verificar uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados, beneficiários e acionistas.

A avaliação tendo por base os princípios económicos traduz-se numa maior volatilidade dos fundos próprios e dos requisitos de capital. O objetivo da Allianz Portugal é o de se encontrar bem capitalizada, mesmo após movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

A Allianz Portugal mantém um nível de capitalização suficiente de acordo com os requisitos do regime de Solvência II. A Gestão da Allianz Portugal está confiante que a estrutura de governação da empresa é eficiente e que o controlo dos riscos e planos de ação disponíveis são capazes de assegurar todos os riscos incluindo os emergentes e os mais desafiantes.

A posição do capital é controlada de forma rigorosa tendo em conta todos os fatores mencionados e são realizados regularmente testes de *stress* com base em cenários adversos padrão. Estes controlos permitem à empresa tomar medidas que assegurem tanto uma base de capital como uma solvência sólida, de forma continuada.

A Allianz Portugal segue uma política de gestão das suas carteiras seguindo uma visão abrangente do risco e do retorno (ex. os resultados com base no modelo da fórmula-padrão e as análises de

sensibilidade são ativamente utilizados no processo de decisão). Por um lado, os riscos económicos e de concentração são ativamente restringidos através de limites impostos, por outro lado, a Allianz Portugal utiliza a métrica de retorno do capital de risco (RoRC) na análise do segmento Não Vida e Vida. Esta métrica permite identificar as linhas de negócio e os produtos lucrativos de forma sustentável, isto é, que apresentam lucros favoráveis face ao capital de risco alocado. Portanto, este é um critério essencial na análise da alocação do capital de risco e no custo de capital.

Nas próximas secções é apresentada a evolução do perfil de risco da Allianz Portugal por categoria de risco. Todos os riscos estão apresentados antes dos efeitos de diversificação entre categorias de risco, sendo que a concentração de cada risco é discutida de forma individual.

Riscos Quantificáveis

Risco de Mercado

A Allianz Portugal tem como característica inerente da sua operação seguradora o investimento dos prémios recebidos num leque variado de ativos. Dado o perfil da sua atividade seguradora, apesar de não estar limitada ao investimento em ativos de renda fixa esta investe o seu capital maioritariamente nesta classe de ativos. Desta forma, as suas carteiras de investimento estão dependentes dos mercados financeiros e, assim, o seu valor pode variar ao longo do tempo, estando expostas ao risco de mercado.

O Risco de Mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.

A política de investimentos pauta-se por níveis prudentes de aceitação e diversificação do risco através do estabelecimento de uma alocação estratégica anual dos ativos (*strategic asset allocation*), que pode ser revista durante o ano.

A aprovação da estratégia de investimento e a verificação do cumprimento da política de investimentos é efetuada pelo Comité Financeiro.

A Gestão de Ativos e Passivos, do ano 2019, foi efetuada utilizando uma metodologia designada por ALM (*Asset Liability Management*).

Esta metodologia permitiu-nos efetuar as seguintes análises:

- Análise *gap duration* de ativos e passivos;
- Análise de cobertura (verifica-se que existem ativos suficientes para cobrir as responsabilidades existentes);
- Análise de liquidez ao longo da vida do produto;
- Análise de risco reinvestimento e risco de preço.

No caso do segmento Vida são usadas técnicas como a replicação de portfólios de forma a integrar de modo mais eficiente os passivos deste segmento.

Risco da Taxa de Juro

O requisito de capital estimado do risco da taxa de juro manteve-se estável ao longo do ano 2019. Este risco advém principalmente do *mismatch* entre a duração dos ativos e dos passivos. Do lado dos ativos, provém principalmente de obrigações com taxas de juro fixas tal como obrigações corporativas e resseguros adquiridos, enquanto do lado dos passivos o principal fator são as provisões técnicas.

Risco de Ações

O risco referente a ações da Allianz Portugal compõe uma parte relativamente pequena do risco de mercado dada a política de investimento da Companhia e durante o ano de 2019 manteve-se estável. Desde 2017 que estamos a incluir o valor dos ativos tangíveis como exposição ao risco de ações tipo 2, de acordo com a normativa regulatória.

Risco Imobiliário

Em 2019, o requisito de capital estimado do risco imobiliário diminuiu aproximadamente Euros 0,6 milhões, devido à venda de um fundo de investimento de *Real Estate*.

Risco de Spread

O cálculo do requisito de capital do risco de *Spread* tem por base o risco de perdas nos fundos de base que resultem da diminuição da avaliação de crédito de um determinado título financeiro por parte de uma ECAI reconhecida.

Ao nível do risco de *Spread* estimado verifica-se uma redução de 20%, maioritariamente resultante da redução da exposição a obrigações corporativas, substituindo por obrigações governamentais, por via de uma reestruturação da estratégia de investimento, aliado ao facto de obrigações corporativas terem também atingido a sua maturidade.

Risco de Concentração

O requisito de capital estimado do risco de concentração entre 2018 e 2019 reduziu em aproximadamente 46%. O cálculo do requisito de capital referente a este risco é realizado com base nas exposições individuais, sendo que, esta diminuição é explicada maioritariamente pela menor concentração em exposições individuais devido a uma estratégia de investimento cada vez mais diversificada.

Risco de Contraparte

O risco de contraparte consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia (*rating*) ou mesmo incumprimento de um parceiro de negócio.

De forma a cumprir da forma mais correta as especificações de Solvência II, a modelização deste risco tem sido aperfeiçoada, nomeadamente, através da revisão dos montantes de exposição que devem ser considerados como risco de contraparte de tipo 1.

A Allianz Portugal possui um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma ativa a exposição da carteira de ativos aos diversos emitentes e monitorizar a sua evolução.

Antecipadamente é definida qual a exposição por emitente que se quer aceitar e é realizada uma monitorização periódica da carteira, de forma a verificar se esta se encontra dentro dos níveis pré-estabelecidos. Assim, a gestão do nosso portfólio é feita de acordo com os limites estabelecidos e todas as medidas necessárias são tomadas para que estes limites não sejam ultrapassados. Para além disso, a estratégia de investimento com base no longo-prazo permite não só manter os rendimentos da carteira estáveis mesmo sob condições de mercado adversas, mas também obter retornos durante todo o período de retenção dos investimentos.

Durante o ano de 2019 verificou-se um aumento no risco de contraparte, maioritariamente, proveniente do aumento dos montantes em caixa e equivalentes de caixa e dos montantes considerados como recuperáveis de resseguro.

Relativamente à qualidade creditícia das entidades resseguradoras a que a Allianz Portugal está

exposta, concentra-se essencialmente em entidades do Grupo Allianz, pelo que apresentam uma qualidade creditícia AA.

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros representa o risco de perdas provocadas pela comercialização de contratos de seguro, desenvolvimento de produtos, tarifação, processo de subscrição, provisionamento de responsabilidades, gestão de sinistros e gestão de resseguro.

A Allianz Portugal tem estabelecido políticas claras de subscrição, tarifação e de desenvolvimento dos produtos, tendo definido requisitos mínimos estandardizados de risco. Estes requisitos não só são cumpridos no desenvolvimento e aprovação de novos produtos, mas também em mudanças significativas nos produtos existentes.

Relativamente às políticas de subscrição, estão definidos *standards* mínimos de risco para a subscrição, cujo grande objetivo é proteger a Companhia de riscos excessivos e suportar a otimização de risco/retorno, documentando as respetivas responsabilidades. Por sua vez, as tarifas aplicadas são construídas com base em técnicas atuariais e revistas regularmente.

O provisionamento é acompanhado regularmente, reunindo-se trimestralmente o Comité de Reservas com o objetivo de analisar a evolução das reservas e determinar a necessidade de proceder a ajustamentos.

Risco Específico de Seguros do Segmento Vida

O risco específico de Seguros do Segmento Vida é composto pelo risco de mortalidade, longevidade, catastrófico, resgate e despesas. Os riscos de mortalidade, longevidade e catastrófico consistem no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nos pressupostos de taxa de mortalidade. Enquanto o risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nas taxas de descontinuidade. O risco de despesas por sua vez consiste no risco de perdas originadas por um aumento nas despesas e taxa de inflação consideradas no cálculo das provisões técnicas.

No final de 2019, o risco específico estimado do segmento Vida sofreu uma redução de aproximadamente 5% explicada em grande parte pela diminuição do risco de resgate estimado (redução de 14%).

Riscos Específicos de Seguros do Segmento Não Vida

O risco de prémios e reservas consiste no risco de insuficiência de cobertura de prémios ou de perdas provenientes da utilização de bases de cálculo não adequadas ou insuficientes. O risco de resgate consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas na descontinuidade de certas apólices de seguro. O risco catastrófico consiste no risco de perdas originadas por um evento inesperado de origem natural ou humana.

O risco específico de Não Vida estimado aumentou entre os anos de 2019 e 2018, devido a um aumento em todos os riscos, sendo que o maior impacto vem pelo aumento do risco de Prémios e Reservas estimado.

O aumento observado no risco prémios e reservas estimado no ano de 2019 deve-se essencialmente ao aumento dos prémios no segmento Não Vida.

Riscos Específicos de Seguros do Segmento Acidentes e Doença

O módulo de risco específico de Acidentes e Doença encontra-se dividido nos submódulos de acidentes e doença STV (semelhante a técnicas de Vida), acidentes e doença NSTV (não semelhante a técnicas de Vida) e risco catastrófico de acidentes e doença.

No ano de 2019 verificou-se um aumento de 11% no risco específico de acidentes e doença estimado. Este aumento resulta de uma subida do requisito de capital estimado em ambos os módulos de

acidentes e doenças STV e NSTV de 5%, em cada um. Também foi observada uma subida no Risco Catastrófico proveniente da atualização de pressupostos no cálculo deste risco, no Regulamento Delegado. Por sua vez, o aumento no risco de prémios e reservas deve-se essencialmente a um aumento no volume de prémios recebidos nos ramos de Acidentes de Trabalho e Despesas Médicas.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes da falha ou da inadequação de processos ou sistemas internos, do erro humano ou do comportamento humano inadequado, ou de eventos externos.

A diminuição no requisito de capital estimado para o risco operacional em 2019 deve-se à redução do valor dos prémios recebidos de Vida.

O risco operacional está efetivamente presente em todas as atividades realizadas na Allianz Portugal e, tipicamente, não é possível que seja evitado. No entanto, a Allianz Portugal tem definida uma estrutura para a gestão do risco operacional do qual fazem parte todos os colaboradores e, especialmente, todos os níveis de gestão da Allianz Portugal. Estes riscos são geralmente geridos durante o curso normal das operações, ou seja, os responsáveis dos riscos e dos processos, como parte das suas funções de primeira linha, devem estar sensibilizados para a identificação dos riscos operacionais incorporados nas suas atividades, que ameacem o alcance dos seus objetivos, e devem decidir sobre o nível adequado de tolerância ao risco. Assim, sempre que necessário, deverão pôr em curso ações de mitigação apropriadas até que o nível de tolerância do risco seja obtido.

Outros Riscos

Risco de Liquidez

O risco de liquidez, definido como o risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a liquidações de curto ou médio prazo é monitorizado usando a metodologia ALM. Este tipo de risco surge principalmente da existência de um *mismatch* entre a periodicidade dos fluxos de caixa dos ativos e dos passivos.

O principal objetivo da Allianz Portugal aquando do planeamento e gestão da posição de liquidez é garantir que todas as obrigações de pagamento estão asseguradas. Como forma de cumprir este objetivo, a empresa monitoriza e faz uma previsão regular da sua liquidez de curto-prazo, submetendo-a ainda a um limite absoluto mínimo de forma a permitir a sua proteção face a eventuais crises de liquidez. A liquidez de curto-prazo é, ainda, gerida através de uma ferramenta central disponibilizada pelo Grupo Allianz chamada "*cash pool*". Em último lugar, a Allianz Portugal aplica requisitos de contingência de liquidez que incluem a não capacidade de acesso a mercados de capitais externos e cenários combinados de risco de mercado e catastrófico.

A análise da maturidade dos ativos e passivos é apresentada na nota 5.5.

Risco Reputacional

O risco reputacional é descrito como o risco de uma queda inesperada do valor do preço das ações da Allianz, do valor do negócio estabelecido ou do valor do negócio futuro devido a perdas de reputação da marca Allianz. Todos os departamentos da Allianz Portugal trabalham de forma cooperativa na identificação do risco reputacional. A área de Comunicação é responsável pela avaliação e pelas tomadas de decisão sobre os riscos reputacionais, e pela gestão dos problemas reputacionais.

Adicionalmente, a avaliação de riscos reputacionais é feita através de uma metodologia estruturada que disponibiliza uma base consistente para a comparação entre o risco e o prémio tendo em particular consideração: áreas de negócio sensíveis e riscos de conduta durante a elaboração, distribuição e prestação de serviços. Por outro lado, aquando da elaboração, distribuição e venda de produtos e serviços, a Allianz Portugal faz uma análise relativa ao cumprimento das expectativas razoáveis dos clientes quanto ao justo valor e ao resultado esperado dos mesmos. Assim, os impactos de eventos de risco reputacional como, por exemplo, problemas reputacionais, são mitigados utilizando uma

abordagem coordenada entre a comunicação e a gestão da crise.

As decisões sobre riscos reputacionais individuais são integradas na estrutura geral de gestão de risco da Allianz Portugal e, assim, estes riscos são identificados e analisados num processo anual interno chamado “*Top Risk Assessment*” onde a gestão de topo toma decisões face à estratégia de gestão de risco e ações decorrentes deste. Por último, esta análise é complementada trimestralmente e a gestão do risco reputacional é realizada numa base de caso-a-caso.

Análise de Sensibilidade

A Allianz Portugal efetua análises regulares de *stress testing* que permitem avaliar com profundidade os seus riscos. Esta análise possibilita a avaliação dos impactos de situações adversas e a medição dos efeitos de várias estratégias de gestão.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2019 e a quantificação dos respetivos riscos, conforme acima identificados, serão apresentados no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2020.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2019.

Plano de Continuidade

O Plano de Continuidade identifica as responsabilidades e tarefas necessárias para restabelecer o normal e bom funcionamento da Companhia, no caso de ocorrer um incidente que provoque interrupção por um período de tempo indeterminado. Esta interrupção pode ocorrer na sequência da destruição de instalações, equipamentos, ou danos em pessoas, impedindo a prestação de serviços a clientes internos ou externos.

O Plano de Continuidade destina-se a assegurar, a segurança e bem-estar dos trabalhadores, manutenção da comunicação interna, continuidade dos processos críticos de negócio, cumprimento de obrigações contratuais, gestão do risco e a manutenção da confidencialidade dos dados e reputação do negócio (via comunicações externas).

No âmbito do Plano é tido em consideração o edifício onde ocorreu o incidente, o tipo de cenário de desastre, se o tipo de danos provocados foi nas instalações e/ou na infraestrutura tecnológica e sistema informáticos e ainda o período em que ocorreu (dentro ou fora do período laboral, com ou sem os sistemas informáticos “abertos”).

O Plano de Continuidade é atualizado regularmente contendo os procedimentos alternativos para todas as áreas críticas do negócio.

Governação do Risco

Princípios de Governação de Risco

A Allianz Portugal considera o controlo de risco como uma das suas competências centrais. Desta forma, os princípios de governação de risco integram todas as unidades de negócio da Companhia, destacando-se os seguintes:

- Fomentar uma cultura de gestão de risco sólida, apoiada por uma estrutura de governação de risco robusta;
- Aplicar de forma consistente um modelo integral de capital de risco sobre todas as unidades de negócio, protegendo a base de fundos próprios e apoiando a gestão de capital efetiva;
- Integrar considerações do risco e de requisitos de capital na gestão e processo de decisão, pela atribuição do risco e alocação de capital às várias unidades de negócio.

O apetite de risco da Allianz Portugal é definido pela sua estratégia de risco e imposição de limites. O risco é observado e reportado em detalhe, permitindo detetar eventuais desvios à tolerância de risco numa fase inicial do mesmo. Com o intuito de garantir o interesse dos acionistas e os requisitos impostos

pelo regulador, os princípios de governação de risco acrescentam valor à Companhia através de quatro componentes principais:

Subscrição e identificação de risco: os princípios sólidos de subscrição e identificação do risco estabelecem as pedras basilares da adequação do risco e das decisões a tomar, tais como a aprovação de transações individuais e alocação estratégica de ativos. Estes princípios incluem a avaliação e os padrões de risco, métodos de avaliação e padrões mínimos de subscrição claros.

Reporte e monitorização de risco: o nosso abrangente reporte de riscos qualitativos e quantitativos e princípios de monitorização fornecem os indicadores de risco e a transparência necessária à tomada de decisões por parte da gestão de topo em relação ao risco geral da Companhia e se este se encontra dentro dos limites aceites e alocado à equipa certa.

Estratégia e apetite de risco: a nossa estratégia de risco define claramente o nosso apetite de risco. Esta garante que os retornos são apropriados face aos riscos assumidos e que as funções encarregadas estão em linha com a capacidade da Allianz Portugal de suportar o risco. Este perfil de risco e retorno é melhorado a partir de considerações sobre a integração do risco e das necessidades de capital no processo de decisão. Tal permite não só manter uma estratégia de risco e objetivos de negócio consistentes, mas também aproveitar oportunidades dentro dos níveis de tolerância de risco.

Comunicação e transparência: a divulgação transparente e robusta proporciona a base para a comunicação desta estratégia para todas as partes externas e internas interessadas, garantindo um impacto positivo e sustentável na avaliação da Companhia e no seu financiamento. Adicionalmente, esta divulgação fortalece a consciencialização face ao risco e à cultura de risco da Allianz Portugal.

Estrutura de Governação do Risco

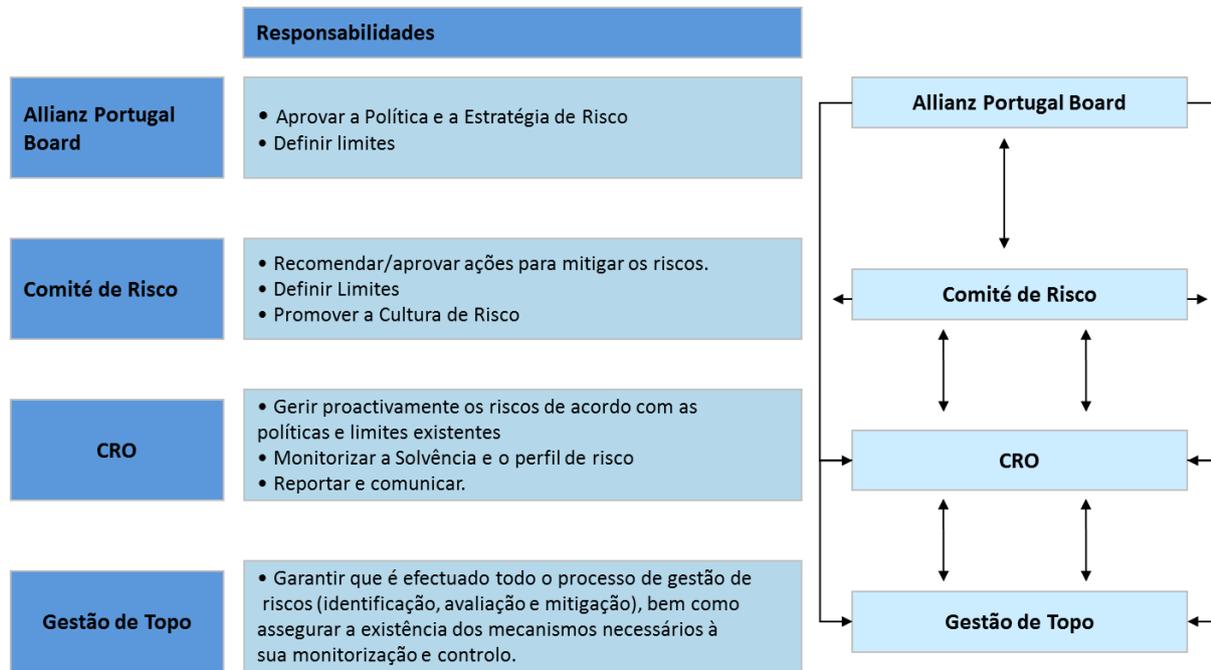
A Allianz Portugal possui na sua estrutura organizacional desde 2005, um Departamento de Controlo de Risco, sendo que o seu responsável reporta diretamente ao responsável da Direção de Planeamento Estratégico.

Por sua vez, o principal objetivo do Comité de Risco é promover o cumprimento das políticas, limites e *guidelines* e contribuir para a construção de uma forte cultura de risco. A introdução e manutenção de infraestruturas, controlos e processos que proactivamente contribuam para identificar e monitorizar os riscos, são também orientações claramente definidas na estratégia da Companhia e que são monitorizadas neste Comité.

Como uma entidade prestadora de serviços financeiros, a Allianz Portugal considera a aceitação e a gestão de risco como parte integrante nas suas atividades e competências. Como tal, a tomada de decisão da Administração integra as considerações de risco e as necessidades de capital.

Por sua vez, a Administração é responsável pela Estratégia de Risco. Esta é definida anualmente e reflete o risco que a Companhia está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos e aproveitar as oportunidades de negócio subjacentes.

Por sua vez, a Política de Risco aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia definindo os seus princípios fundamentais, bem como as responsabilidades dos diversos intervenientes na sua implementação, monitorização e comunicação.



Nota: os pontos não indicados neste anexo, não têm aplicação, ou não são relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Lisboa, 04 de março de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Anexo I

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
11	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
12	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
11+12	total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2 - OUTROS TÍTULOS							
	2.1 - Nacionais							
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.1.1.1 - De dívida pública							
PTOTE5OE0007	OBRIÇÕES DO TESOIRO PORTUGAL 4,1% 15/04/2037	0,00	7 585 000,00	100%	106,99%	8 114 918,25	148,67%	11 276 467,80
PTOTEAOE0021	PGB4,95 10/23	0,00	21 500 000,00	100%	102,28%	21 989 897,23	119,61%	25 716 580,00
PTOTEBOE0020	OBRIÇÕES DO TESOIRO 4,1% 15.02.2045	0,00	25 625 000,00	100%	99,61%	25 525 857,08	158,14%	40 523 870,52
PTOTECE0029	OBRIÇÕES DO TESOIRO 4,80% 06/15/2020	0,00	18 950 000,00	100%	101,92%	19 314 518,26	102,36%	19 397 788,50
PTOTEKE0011	TESORO PORTUGAL 2,875% 15.10.2025	0,00	38 970 000,00	100%	112,47%	43 829 738,67	116,03%	45 214 942,50
PTOTEKE0015	OBRIÇÕES DO TESOIRO 5,65% 15.02.2024	0,00	11 500 000,00	100%	120,50%	13 857 196,57	123,78%	14 234 470,00
PTOTERO0014	OBRIÇÕES DO TESOIRO PORTUGAL 3,875% 15.02.2030	0,00	15 750 000,00	100%	109,15%	17 191 063,31	133,25%	20 986 717,50
PTOTESO0013	OBRIÇÕES DO TESOIRO 2,20% 17.10.2022	0,00	11 350 000,00	100%	101,38%	11 506 611,00	107,09%	12 154 942,00
PTOTETO0012	OBRIÇÕES TESOIRO PORTUGAL 2,875% 21.07.2026	0,00	30 005 000,00	100%	106,31%	31 897 675,89	117,46%	35 244 173,00
PTOTEJOE0019	PGB 4,125% 14/04/27	0,00	10 125 000,00	100%	118,50%	11 988 375,27	127,75%	12 934 282,50
PTOTEVE0018	Obrigações Do Tesouro 2,125% 17/10/2028	0,00	2 600 000,00	100%	104,94%	2 728 436,36	114,99%	2 989 818,00
PTOTEVOE0017	Obrigações do Tesouro 2,25% 18/04/2034	0,00	1 350 000,00	100%	100,64%	1 358 693,38	119,36%	1 611 319,50
PTOTEVE0024	OBRIÇÕES DO TESOIRO 1,95 15/06/2029	0,00	720 000,00	100%	113,65%	818 280,00	113,93%	820 288,80
PTOTEVE0007	OBRIÇÕES DO TESOIRO 3,85% 04/15/2021	0,00	11 650 000,00	100%	92,03%	10 721 641,51	105,68%	12 312 186,00
	sub-total	0,00	207 680 000,00			220 852 902,78		255 417 846,67
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2.1.1.3 - De outros emissores							
	sub-total	0,00	14 000 000,00			13 806 970,32		14 354 723,82
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Ações							
XS0223447227	EDP 4,125% 29/06/2020	0,00	1 200 000,00	100%	109,25%	1 311 000,00	102,11%	1 225 284,00
XS0970695572	EDP 4,875 14/09/2020	0,00	2 300 000,00	100%	104,00%	2 392 000,00	103,51%	2 380 822,00
XS0995380580	EDP 4,125% 20/01/2021	0,00	1 000 000,00	100%	107,55%	1 075 500,00	104,34%	1 043 440,00
XS1111324700	EDP 2,625% 18/01/2022	0,00	4 500 000,00	100%	99,31%	4 469 040,00	105,33%	4 739 635,00
XS039953506	EDP 0 12/11/23	0,00	2 000 000,00	100%	78,21%	1 564 279,61	97,76%	1 956 252,82
PTOG2YOE0001	Caixa Geral de Depósitos 4,25% 01/27/2020	0,00	3 000 000,00	100%	99,84%	2 995 150,71	100,34%	3 010 290,00
	sub-total	0,00	14 000 000,00			13 806 970,32		14 354 723,82
211	sub-total	0,00	221 680 000,00			234 659 873,10		269 772 570,49
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
921910003001	AUDATEX PORTUGAL SA	520,00	0,00		249,40	129 687,45	402,47	209 285,15
921910012401	FUNFRAP-FUNDAÇÃO PORTUGUESA SA	50 000,00	0,00		4,99	249 398,95	7,46	372 764,00
921910013401	FRVISA O	17 500,00	0,00		4,28	74 939,89	2,25	39 452,36
921910018101	C. HOSPITALAR S. FRANCISCO	148 842,00	0,00		0,70	104 747,56	3,98	591 840,44
921910034001	CASTIL PARQUE	200,00	0,00		1295,63	259 125,51	1835,85	367 169,45
921910046401	Lusitania Seguros	191,00	0,00		0,00	0,00	3,46	660,65
	sub-total	217 253,00	0,00			817 899,36		1 581 172,04
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2.1.2.4 - Outros							
	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
212	sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
211+212	sub-total	217 253,00	0,00			817 899,36		1 581 172,04
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
A T0000383864	REPUBLIC OF AUSTRIA 6,25% 7/15/2027	0,00	740 000,02	100%	132,25%	978 668,53	148,20%	1 096 687,43
BEO000291972	BELGIUM KINGDOM 5,5% 03/28/2028	0,00	200 000,00	100%	115,65%	231 305,01	145,80%	291 596,00
BEO000320292	BELGIUM KINGDOM 4,25 28/03/2041	0,00	400 000,00	100%	158,48%	633 928,00	169,94%	679 740,00
BEO000336454	BGB 1,9% 22/06/2038	0,00	500 000,00	100%	110,35%	551 765,00	122,47%	612 360,00
BEO008063126	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2028	0,00	2 000 000,00	100%	93,19%	1 863 839,18	100,17%	2 003 479,96
BEO008071202	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2035	0,00	2 500 000,00	100%	82,66%	2 066 399,95	92,40%	2 310 013,00
BEO008072218	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2036	0,00	2 400 000,00	100%	80,92%	1 942 031,71	91,18%	2 188 363,42
BEO008074230	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2038	0,00	2 000 000,00	100%	78,80%	1 575 971,67	89,94%	1 778 714,96
BEO008075245	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2039	0,00	2 600 000,00	100%	75,74%	1 996 144,22	87,93%	2 286 155,07
BEO008076250	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2040	0,00	1 900 000,00	100%	75,11%	1 427 033,67	85,64%	1 627 243,07
BEO008077266	BELGIUM BE STRIP 0% 28/03/2041	0,00	1 800 000,00	100%	73,87%	1 329 596,30	84,80%	1 526 341,07
BEO008521826	BELGIUM BE STRIP 0% 22/06/2034	0,00	1 600 000,00	100%	84,24%	1 347 849,86	94,32%	1 509 144,48
XS1392927072	FINNVERA PLC 0,5% 13/04/2026	0,00	2 000 000,00	100%	102,93%	2 058 560,00	103,77%	2 075 360,00
FR0000571085	FRANCE (GOVT OF) 8,5% 4/25/2023	0,00	3 600 000,00	100%	152,85%	5 502 600,00	130,26%	4 689 468,00
FR0010070080	FRTR 4,75% 04/35	0,00	250 000,00	100%	160,18%	400 447,49	164,50%	411 245,00
FR0010171975	FRTR 4,0% 25/04/2055	0,00	850 000,00	100%	173,33%	1 473 315,41	190,39%	1 617 975,00
FR0010371401	FRANCE4 10/38	0,00	150 000,00	100%	154,45%	231 677,91	161,57%	242 353,50
FR0010468938	FRANCE (GOVT OF) 4,25% 10/25/2023	0,00	2 600 000,00	100%	107,20%	2 787 071,51	118,24%	3 074 344,00
FR0010773192	FRTR 5 04/41	0,00	275 000,00	100%	168,52%	463 438,55	176,65%	485 795,75
FR0010854182	FRANCE 3,5% 25/04/2020	0,00	10 700 000,00	100%	114,11%	12 209 320,00	101,27%	10 835 355,00
FR0010949651	FRANCE 2,5 25/10/2020	0,00	5 000 000,00	100%	106,49%	5 324 500,00	102,53%	5 126 600,00
FR0011059088	FRANCE 3,25 25/10/2021	0,00	500 000,00	100%	109,46%	547 300,00	107,04%	535 180,00
FR0011337880	FRANCE 2,25% 25/10/2022	0,00	6 800 000,00	100%	100,54%	6 836 521,89	107,97%	7 341 824,00
FR0011461037	FRTR 3,25% 25/05/45	0,00	1 300 000,00	100%	159,09%	2 068 197,85	156,78%	2 037 906,00
FR0011462746	UNED 2,25% 05/04/2023	0,00	900 000,00	100%	109,60%	986 438,70	106,38%	976 402,00
FR0011755156	UNEDIC 2,375% 25/05/2024	0,00	6 400 000,00	100%	111,85%	7 145 600,00	111,42%	7 130 752,00
FR0012993103	FRTR 1,50% 25/05/31	0,00	200 000,00	100%	111,71%	223 423,42	114,57%	229 132,00
FR0013128584	UNEDIC 0,625% 03/03/2026	0,00	8 700 000,00	100%	101,43%	8 824 828,00	104,12%	9 058 353,00
FR0013154044	FRTR 1,25% 25/05/2036	0,00	150 000,00	100%	105,95%	158 917,98	111,77%	167 652,00
FR0013234333	FRTR 1,75% 25/06/2039	0,00	250 000,00	100%	114,20%	285 500,72	121,01%	302 512,50
FR0013257524	FRTR 2,0% 25/05/2048	0,00	400 000,00	100%	117,47%	469 896,28	128,45%	513 784,00
FR0013404969	FRTR 1,5% 25/05/2050	0,00	300 000,00	100%	103,68%	311 028,20	115,27%	345 795,00
FR0013895633	FRANCE STRIP 25/04/2047	0,00	200 000,00	100%	68,46%	136 914,09	75,27%	152 544,00
FR0013899640	FRANCE STRIP 25/04/2053	0,00	400 000,00	100%	60,21%	240 843,60	60,37%	273 452,00
FR0010871038	FRANCE STRIP 25/04/2056	0,00	400 000,00	100%	56,32%	225 280,92	64,82%	259 280,00
FR0010871079	FRANCE STRIP 25/04/2060	0,00	500 000,00	100%	52,00%	259 985,00	61,59%	307 965,00
FR0010945451	CRH 3,3% 23/09/2022	0,00	1 000 000,00	100%	108,91%	1 089 132,50	109,91%	1 098 070,00
FR0011178946	CRH 4% 17/06/2022	0,00	2 000 000,00	100%	118,26%	2 365 200,00	110,57%	2 211 440,00
FR0011213453	CRH 3,6% 08/03/2024	0,00	2 800 000,00	100%	108,71%	3 043 793,50	115,85%	3 243 828,00

DE000A2GSNR0	KFW 0,625 07/01/2028	0,00	1 500 000,00	100%	104,91%	1 573 620,00	105,13%	1 576 875,00
ED08BDRFR44	IRISH 0,9% 15/05/2028	0,00	4 300 000,00	100%	105,20%	4 523 428,00	107,14%	4 607 152,00
ED08FZRQ242	IRISH 1,35% 18/03/2031	0,00	850 000,00	100%	112,02%	952 195,50	111,97%	951 745,00
ED08HSS0895	IRISH 1,1% 15/05/2029	0,00	6 050 000,00	100%	109,53%	6 626 690,50	109,13%	6 602 486,00
ED08JSC0R43	IRISH 2,4% 15/05/2030	0,00	700 000,00	100%	123,43%	987 424,00	122,59%	989 686,00
ED08V8C0A18	IRISH TREASURY 1,0% 15/05/2026	0,00	3 800 000,00	100%	106,47%	4 045 974,00	107,09%	4 069 420,00
EU0001086567	BTPS 7,25 11/2026	0,00	1 800 000,00	100%	127,80%	2 300 400,00	141,46%	2 546 334,00
EU000A1G0A16	EFSS 2,25% 05/09/2022	0,00	3 500 000,00	100%	101,14%	3 539 800,00	107,13%	3 749 375,00
EU000A1G0B00	EFSS 1,75% 27/06/2024	0,00	7 150 000,00	100%	108,29%	7 742 949,50	108,97%	7 790 997,50
EU000A1G0D88	EFSS 2,35% 29/07/2044	0,00	1 000 000,00	100%	131,50%	1 314 980,00	138,90%	1 388 950,00
EU000A1G0D8Z	EFSSM 0,2 28/04/2025	0,00	1 000 000,00	100%	101,11%	1 011 072,00	101,98%	1 019 800,00
EU000A1G0D06	EFSS 0,375% 11/10/2024	0,00	510 000,00	100%	100,55%	512 624,89	102,74%	523 948,50
EU000A1G0D70	EFSS 1,25% 24/05/23	0,00	700 000,00	100%	98,98%	692 874,00	111,98%	783 652,00
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT 3,75% 1/15/2023	0,00	2 135 000,00	100%	96,06%	2 050 823,88	113,23%	2 417 524,55
NL0000003556	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2033	0,00	2 800 000,00	100%	93,08%	2 606 104,87	98,55%	2 759 525,10
NL0000003564	NETHERLAND GOVT STRIP 0% 15/01/2034	0,00	1 000 000,00	100%	91,70%	917 018,51	97,85%	978 049,63
ES0000011868	ESTAD06%E01-29	0,00	550 000,00	100%	144,27%	793 501,67	150,05%	825 269,50
ES00000120N0	ESTAD04,9 07/40	0,00	850 000,00	100%	143,06%	1 216 043,83	171,51%	1 457 826,50
ES00000121S7	ESTAD04,7 07/41	0,00	1 600 000,00	100%	145,66%	2 330 507,75	169,43%	2 710 800,00
ES00000122D7	ESTAD04% 04/20	0,00	2 680 000,00	100%	100,21%	2 685 529,20	101,46%	2 719 074,40
ES00000122E5	ESTAD04,85 07/25	0,00	15 620 000,00	100%	116,09%	18 133 732,11	125,65%	19 625 905,20
ES00000122T3	ESTAD04,85 10/20	0,00	10 700 000,00	100%	111,70%	11 951 758,44	104,46%	11 176 685,00
ES00000123B9	ESTAD05,5 04/21	0,00	5 700 000,00	100%	119,66%	6 820 636,78	107,87%	6 148 761,00
ES00000123C7	ESTAD05,9 07/26	0,00	1 500 000,00	100%	137,80%	2 062 926,20	137,52%	2 062 845,00
ES00000123K0	ESTAD05,85 01/22	0,00	7 100 000,00	100%	116,36%	8 261 590,00	113,01%	8 023 994,00
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/01/2023	0,00	5 805 000,00	100%	124,31%	7 216 170,55	117,49%	6 820 526,70
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/2023	0,00	5 700 000,00	100%	118,28%	6 741 761,46	117,52%	6 698 868,00
ES0000012411	ESTAD0 5,75% 07/32	0,00	3 750 000,00	100%	154,64%	5 806 519,71	162,06%	6 077 175,00
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/2028	0,00	8 550 000,00	100%	134,93%	11 536 941,99	141,40%	12 090 042,00
ES00000124H4	SPGB 5,15% 31/10/44	0,00	1 175 000,00	100%	151,74%	1 782 914,80	184,94%	2 172 998,00
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/04/2024	0,00	2 300 000,00	100%	102,96%	2 368 166,00	116,88%	2 688 217,00
ES00000126B2	SPGB 2,75% 31/10/2024	0,00	9 805 000,00	100%	112,14%	10 995 323,62	115,99%	11 137 695,60
ES00000126C0	ESTAD0 1,4 01/20	0,00	270 000,00	100%	101,68%	274 530,67	100,14%	270 380,70
ES00000126Z1	SPGB 1,6 30/04/25	0,00	1 000 000,00	100%	103,01%	1 030 140,00	108,52%	1 085 230,00
ES00000127A2	ESTAD0 1,95 07/30	0,00	2 500 000,00	100%	115,90%	2 897 400,00	114,57%	2 864 225,00
ES00000127G9	SPGB 2,15% 31/10/2025	0,00	6 100 000,00	100%	110,38%	6 732 894,00	112,17%	6 842 309,00
ES00000127Z9	SPGB 1,95% 30/04/2028	0,00	6 100 000,00	100%	105,81%	6 460 711,50	115,44%	6 803 757,00
ES00000128C6	ESTAD0 2,9% 31.10.2046	0,00	1 325 000,00	100%	107,16%	1 419 868,51	138,56%	1 809 433,25
ES00000128H5	ESTAD0 1,3% 31/10/26	0,00	2 200 000,00	100%	102,39%	2 252 604,00	107,68%	2 368 916,00
ES00000128O1	SPGB 0,4% 30/04/22	0,00	50 000,00	100%	101,05%	50 525,10	101,81%	50 906,00
ES00000128P8	ESTAD0 1,5% 30/04/2027	0,00	300 000,00	100%	105,57%	316 722,00	109,24%	327 705,00
ES00000128Q6	SPGB 2,35% 30/07/33	0,00	2 650 000,00	100%	113,02%	2 995 043,47	120,93%	3 204 698,00
ES00000128A7	SPGB 2,7% 31/10/2048	0,00	1 875 000,00	100%	102,46%	1 921 140,70	123,79%	2 489 868,75
ES00000128B8	SPGB 1,4% 30/07/2028	0,00	3 700 000,00	100%	110,03%	4 071 184,00	108,89%	4 025 415,00
EU000A1G22D4	EUROPEAN UNION 0,75% 04/04/2031	0,00	500 000,00	100%	100,14%	3 004 320,00	105,86%	3 175 880,00
EU000A1G3RVV3	CE 3,5% 04/06/2021	0,00	500 000,00	100%	115,21%	576 050,00	106,60%	528 000,00
EU000A1GVVFR	CE 3%04/09/26	0,00	3 000 000,00	100%	106,24%	3 187 113,22	120,77%	3 623 190,00
EU000A1GY6W8	EUROPEAN UNION 3,75% 04/04/2042	0,00	2 000 000,00	100%	161,57%	3 231 442,00	165,70%	3 313 900,00
EU000A1HXS7	CE 2,5% 04/11/2027	0,00	2 000 000,00	100%	123,16%	2 463 140,00	119,85%	2 396 940,00
EU000A1U9894	ESM 1,00% 23/09/2025	0,00	3 300 000,00	100%	104,17%	3 437 577,00	106,56%	3 516 579,00
EU000A1U9951	ESM 0,125 22/04/2024	0,00	3 200 000,00	100%	99,76%	3 192 352,00	101,56%	3 250 048,00
EU000A1Z6TV6	EUROPEAN UNION 1,5% 01/10/2035	0,00	200 000,00	100%	108,41%	216 814,80	116,52%	233 036,00
EU000A1Z99E3	ESM 0,10% 31/07/2023	0,00	975 000,00	100%	105,81%	976 998,75	101,41%	988 747,50
EU000A1Z87H3	EUROPEAN UNION 1,375% 04/10/2029	0,00	2 850 000,00	100%	110,02%	3 135 570,00	112,29%	3 200 208,00
XS0676294696	EB 2,75% 15/09/2021	0,00	1 000 000,00	100%	109,47%	1 094 700,00	105,47%	1 054 700,00
XS0748631164	EB 2,625% 16/03/2020	0,00	2 500 000,00	100%	108,66%	2 716 530,00	100,62%	2 515 375,00
XS0832628423	EB 2,25% 14/10/2022	0,00	3 500 000,00	100%	102,90%	3 601 450,00	107,44%	3 760 400,00
XS1912495691	IBRD 0,625 22/11/2027	0,00	5 800 000,00	100%	104,59%	6 066 452,00	105,27%	6 105 486,00
XS1919899960	EUROFINA 0,25 09.02.2024	0,00	9 000 000,00	100%	99,54%	8 958 150,00	101,63%	9 146 340,00
IT004966401	BTPS 3,75% 01/05/20121	0,00	60 000,00	100%	111,35%	66 810,67	105,21%	63 126,60
BE0000334434	BGB 0,8 22/06/2025	0,00	20 000,00	100%	103,16%	20 632,00	105,82%	21 164,20
IT0005172322	BTPS 0,95% 15/03/2023	0,00	100 000,00	100%	101,60%	101 603,00	102,27%	102 270,00
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos	sub-total	0,00	270 620 000,02		300 189 919,07		306 974 703,39
FR0010198036	CAISSE D'AMORT DETTE SOC 3,75% 10/25/2020	0,00	3 500 000,00	100%	101,50%	3 552 427,50	103,43%	3 620 049,92
FR0011192392	CAISSE AMORT DET CADES 4 15/12/25	0,00	4 000 000,00	100%	122,87%	4 914 888,50	124,60%	4 984 000,00
FR0012682060	OSEOFI 0,5 25.05.2025	0,00	3 900 000,00	100%	100,67%	3 926 274,00	102,83%	4 010 409,00
FR0012792000	OSEO 1,875 25/05/2030	0,00	1 000 000,00	100%	118,55%	1 185 500,00	115,78%	1 157 750,00
FR0013244415	OSEOFI 0,75% 25/11/2024	0,00	1 000 000,00	100%	103,81%	1 038 069,00	104,08%	1 040 790,00
FR0013299591	OSEOFI 0,125% 25/11/2023	0,00	5 000 000,00	100%	100,15%	5 007 550,00	101,12%	5 096 150,00
FR0013367694	OSEO 0,875% 26/09/2028	0,00	13 500 000,00	100%	107,57%	14 522 020,00	105,58%	14 251 004,99
XS1397023448	KBN 0,625 20/04/2026	0,00	1 500 000,00	100%	103,08%	1 546 215,00	103,09%	1 558 545,00
ES0200002006	ADIFAL 1,875 01/2025	0,00	5 000 000,00	100%	99,35%	4 967 642,80	108,24%	5 411 750,00
ES0200002014	ADIF ALTA VELOCIDAD 1,875% 22.09.2022	0,00	4 000 000,00	100%	103,33%	4 133 291,00	105,29%	4 211 760,00
XS1072141861	ADIFAL 3,5% 27/05/24	0,00	1 000 000,00	100%	115,29%	1 152 900,00	114,57%	1 145 710,00
	2.2.1.3 - De outros emissores	sub-total	43 400 000,00			45 946 577,80		46 447 918,91
XS0767278301	TKA 4% 04/04/2022	0,00	1 000 000,00	100%	118,26%	1 182 590,00	108,92%	1 089 200,00
XS0950055359	TKAAV 3,5 04/07/23	0,00	2 300 000,00	100%	115,63%	2 659 490,00	115,80%	2 566 731,00
XS0998667263	TKAAV 3,125 03/12/21	0,00	1 000 000,00	100%	110,70%	1 106 950,00	105,98%	1 059 800,00
XS1405762805	TELEKOM 1,50% 07/12/2026	0,00	1 500 000,00	100%	100,22%	1 503 240,00	106,36%	1 595 355,00
BE285452460	ANHEUSER-BUSCH 0,875% 17.03.2022	0,00	5 034 000,00	100%	100,04%	5 035 991,00	102,17%	5 143 237,80
BE2854545497	ANHEUSER-BUSCH 2,0% 17/03/2028	0,00	500 000,00	100%	113,22%	566 120,00	111,67%	558 335,00
XS0951395317	TOTAL 1,875 09/07/20	0,00	1 000 000,00	100%	106,56%	1 065 600,00	101,14%	1 011 370,00
XS1099495047	NETGAS 2,5 28/07/21	0,00	3 000 000,00	100%	104,08%	3 122 422,67	103,48%	3 103 680,00
XS0854746343	CARL-SBERG 2,625% 15/11/2022	0,00	200 000,00	100%	111,08%	222 160,00	107,51%	215 015,00
FR0010709451	GDF_SUEZ 3,375% 18/01/2021	0,00	1 000 000,00	100%	128,40%	1 284 000,00	106,91%	1 069 090,00
FR0010800540	EDF 4,625% 11/09/2024	0,00	400 000,00	100%	122,85%	491 400,0		

XS0830194501	TOTAL 2.125 15/03/23	0,00	900 000,00	100%	108,13%	973 145,00	107,09%	963 828,00
XS0994900280	TOTAL 2.125 19/11/2021	0,00	2 000 000,00	100%	106,15%	2 123 000,00	104,34%	2 086 820,00
XS1069521083	CREDIT AGRICOLE LN 2.375 20/05/2024	0,00	1 000 000,00	100%	109,67%	1 096 660,00	109,64%	1 096 400,00
XS1538294230	CREB AGR LOND 1,875% 20/12/2026	0,00	300 000,00	100%	106,35%	319 050,00	108,97%	326 922,00
XS1558472129	SNCF 1,5% 02/02/23	0,00	600 000,00	100%	102,82%	616 826,00	110,36%	662 346,00
XS1589061777	SNCF 1,875% 30/03/34	0,00	500 000,00	100%	99,60%	497 985,00	116,15%	580 725,00
XS1718306050	SOCCEN 0.5% 13/01/2023	0,00	2 000 000,00	100%	99,60%	1 992 080,00	100,82%	2 016 400,00
XS1718316281	SOCCEN 3.75% 13/01/2028	0,00	300 000,00	100%	100,20%	300 600,00	104,39%	313 176,00
FR0013155868	CARREFOUR 20/04/2021	0,00	1 500 000,00	100%	100,00%	1 500 000,00	100,31%	1 504 575,00
FR0013260486	RENA LU 14/II/2022	0,00	4 000 000,00	100%	100,00%	4 000 000,00	100,02%	4 000 720,00
XS1584041252	BNP PARIBAS IV 22/09/22	0,00	1 000 000,00	100%	100,36%	1 003 580,00	101,28%	1 012 800,00
FR0010920900	ACA CB 4% 16/07/2025	0,00	500 000,00	100%	114,42%	572 075,60	122,65%	613 250,00
FR0011508332	ACA 1,875% 07/06/2023	0,00	1 000 000,00	100%	98,98%	989 750,00	107,28%	1 072 570,00
FR0011001684	SOCCEN 4.25% 03/02/2023	0,00	1 700 000,00	100%	112,50%	1 912 534,99	113,87%	1 935 773,00
FR0013256427	CFP 0.2% 16/09/22	0,00	4 800 000,00	100%	100,13%	4 806 240,00	101,22%	4 858 704,00
DE000A11QS88	DAIGR 1,875 08/07/24	0,00	600 000,00	100%	103,40%	620 400,00	107,54%	645 252,00
DE000A1ROT7N	DAMILER_A G 1,75% 21/01/2020	0,00	1 500 000,00	100%	104,88%	1 573 200,00	100,10%	1 501 455,00
DE000A1ROXG3	BASF 2% 05/12/2022	0,00	600 000,00	100%	106,15%	636 900,00	106,05%	636 276,00
DE000A1TNJ97	DAMILER 2% 06/21	0,00	500 000,00	100%	98,82%	494 107,61	103,11%	515 560,00
DE000C240LRS	COMMERZBANK 0.5 13/09/2023	0,00	2 000 000,00	100%	99,22%	1 984 420,00	100,21%	2 004 200,00
DE000D87JUB9	DEUTSCHE BANK AG 1,25% 08/09/21	0,00	1 000 000,00	100%	100,45%	1 004 500,00	100,94%	1 009 380,00
XS0883560715	BASF SE 1,875% 04/02/2021	0,00	200 000,00	100%	98,95%	197 900,00	102,29%	204 580,00
DE000C240L22	CMZB IV 08/03/2022	0,00	2 500 000,00	100%	100,00%	2 500 000,00	100,36%	2 508 050,00
XS0273570241	GE CAP EF 4,35% 03/11/2021	0,00	1 350 000,00	100%	113,84%	1 536 840,00	107,72%	1 454 193,00
XS1077584024	RYAN AIR 1,875 17/06/21	0,00	1 000 000,00	100%	105,80%	1 058 020,00	102,82%	1 028 180,00
XS0542534192	ATLAN 4.375 16/09/2025	0,00	1 200 000,00	100%	125,10%	1 501 200,00	109,67%	1 316 064,00
XS0605214336	TERNA 4,75% 15/03/2021	0,00	1 000 000,00	100%	115,11%	1 151 100,00	105,86%	1 058 630,00
XS0741137029	EN SPA 4,25% 3/02/2020	0,00	1 000 000,00	100%	107,65%	1 076 453,95	100,38%	1 003 780,00
XS0829189585	SNAM SPA 5,25% 08/2/2022	0,00	2 500 000,00	100%	125,38%	3 134 620,00	114,63%	2 865 750,00
XS0853682069	SRGM 3.5 13/02/2012	0,00	1 000 000,00	100%	101,33%	1 013 346,21	100,42%	1 004 180,00
XS0868458653	TTIM 4% 21/01/2020	0,00	3 200 000,00	100%	102,97%	3 295 110,00	100,19%	3 205 984,00
XS0914294979	SNAM SPA 3,375 29/01/2021	0,00	1 000 000,00	100%	112,52%	1 125 160,00	103,83%	1 038 270,00
XS0996354956	EN 2,625 22/11/2021	0,00	1 100 000,00	100%	99,96%	1 099 627,00	105,08%	1 155 858,00
XS1004874621	AEMSPA 3,625 13/01/22	0,00	7 700 000,00	100%	115,05%	8 859 007,60	107,28%	8 260 791,00
XS1126183760	SNAM SPA 1,5% 21.04.2023	0,00	900 000,00	100%	102,55%	922 950,00	104,60%	941 355,00
XS1180451657	ENSPA 1,5 02/02/28	0,00	1 000 000,00	100%	101,27%	1 012 660,00	106,34%	1 069 360,00
XS1412581865	EN SPA 0,75% 17/08/2022	0,00	6 500 000,00	100%	100,29%	6 518 440,00	101,86%	6 621 030,00
XS1508912646	ACEA SPA 1,0% 24/10/2026	0,00	450 000,00	100%	98,38%	442 696,50	102,73%	462 285,00
XS1555402145	SNAM SPA 1,25% 25/01/2025	0,00	1 000 000,00	100%	99,51%	995 132,82	104,62%	1 046 150,00
XS1581375182	AZA 1,25% 16/03/24	0,00	3 000 000,00	100%	99,67%	2 990 220,00	103,87%	3 116 220,00
XS1568906421	SNAM SPA IV 21/02/2022	0,00	1 000 000,00	100%	100,00%	1 000 000,00	100,33%	1 003 260,00
IT0004547409	UNICREDIT SPA 4,375% 01/31/2022	0,00	3 000 000,00	100%	99,72%	2 991 725,83	109,52%	3 285 600,00
IT0004689433	UCM 5 24/03	0,00	1 000 000,00	100%	107,62%	1 076 165,00	118,07%	1 180 660,00
IT0004760341	UCM 5 31/10/21	0,00	3 650 000,00	100%	103,57%	3 780 285,50	109,51%	3 997 224,50
IT0004839046	ISPM 3 27/01/2021	0,00	2 100 000,00	100%	112,55%	2 363 500,00	105,77%	2 216 965,00
IT0004872328	ISPM 3,625% 03/12/2022	0,00	1 400 000,00	100%	103,75%	1 452 535,00	111,12%	1 555 638,00
IT0004887078	UCM 2,75% 31/01/2020	0,00	2 000 000,00	100%	100,90%	2 018 000,00	100,24%	2 004 800,00
IT0004889421	ISPM 3,375% 24/01/2025	0,00	1 000 000,00	100%	99,00%	990 025,00	117,25%	1 172 510,00
IT0004957137	UCM 2,625% 31/10/2020	0,00	2 000 000,00	100%	100,68%	2 013 600,00	102,41%	2 048 220,00
XS0974877150	GLENCORE 3.375 30/09/20	0,00	500 000,00	100%	112,54%	562 700,00	102,53%	512 665,00
XS1134729794	NOV NVX 1,625% 09/11/2026	0,00	350 000,00	100%	105,78%	370 237,00	110,34%	386 179,50
XS1584984347	NOV ART 0% 31/03/21	0,00	4 500 000,00	100%	99,13%	4 460 985,00	100,35%	4 515 885,00
XS0997484430	PEMEX 3,125 27/11/2020	0,00	4 232 000,00	100%	105,57%	4 467 550,00	102,40%	4 261 610,50
DE000A1LUDVNE	SEBENS FINANZIEREN SMAT 2,875 10/03/2028	0,00	600 000,00	100%	122,86%	727 180,40	121,68%	730 088,00
XS0347908096	E.ON 5,528 21/02/2023	0,00	900 000,00	100%	126,29%	1 136 610,00	117,05%	1 053 459,00
XS0361244667	E.ON 5,75% 07/05/2020	0,00	3 000 000,00	100%	121,21%	3 636 300,00	102,05%	3 061 350,00
XS0452187916	ENEL_FIN 5% 14/09/2022	0,00	12 800 000,00	100%	107,36%	13 742 160,00	113,55%	14 534 422,74
XS0478074924	RABOBANK 4,125% 01/14/2020	0,00	3 000 000,00	100%	108,80%	3 263 944,17	100,15%	3 004 530,00
XS0494953820	DTEL 4,25% 16/03/2020	0,00	1 000 000,00	100%	113,76%	1 137 550,00	100,87%	1 008 720,00
XS0647298883	ENEL_FIN 5% 12/07/2021	0,00	2 300 000,00	100%	107,58%	2 474 450,00	107,79%	2 479 101,00
XS0752092311	KONINKLIJKE KPN 4,25% 1/03/2022	0,00	3 900 000,00	100%	118,55%	4 623 500,00	109,29%	4 262 466,00
XS0759420748	HEUR 3,5% 19/02/2024	0,00	1 000 000,00	100%	119,42%	1 194 620,00	114,70%	1 245 980,00
XS0811124790	KONINKLIJKE 3,25% 01.02.2021	0,00	2 000 000,00	100%	112,24%	2 244 890,00	103,65%	2 072 900,00
XS0827692269	ENEL_FIN 4,875% 11/03/2020	0,00	3 000 000,00	100%	107,29%	3 218 646,61	100,33%	3 027 930,00
XS0842659426	ENEL_FIN 4,875 17/04/2023	0,00	1 500 000,00	100%	98,97%	1 484 490,88	115,90%	1 738 425,00
XS0873793375	VW 2% 14/01/2020	0,00	1 000 000,00	100%	99,14%	991 400,00	100,07%	1 000 690,00
XS0875343757	NTGYSM 3,875% 17/01/23	0,00	1 000 000,00	100%	99,14%	991 390,00	111,50%	1 114 950,00
XS0875796541	DTEL 2,125% 18/01/2021	0,00	1 500 000,00	100%	98,51%	1 477 698,87	102,36%	1 536 460,00
XS0875797515	DTEL 3,25 17/01/28	0,00	2 000 000,00	100%	117,78%	2 355 600,00	121,88%	2 433 679,73
XS0877622034	BMW 3,375% 24/01/2023	0,00	600 000,00	100%	108,68%	648 480,00	107,19%	643 140,00
XS0878689187	BERDROLA 3,5% 01/01/2021	0,00	1 000 000,00	100%	102,44%	1 024 400,00	103,96%	1 039 570,00
XS0909788290	VW 2% 26/03/2021	0,00	1 000 000,00	100%	97,22%	972 200,00	102,55%	1 025 520,00
XS0914400246	NTGYSM 3,875% 11/04/2022	0,00	1 000 000,00	100%	100,72%	1 007 200,00	108,77%	1 088 650,00
XS0933604943	REPSOL 2,625% 28/05/2020	0,00	2 700 000,00	100%	99,30%	2 681 093,98	101,15%	2 731 077,00
XS0940711947	berdrola International 2,875 11/11/2020	0,00	5 200 000,00	100%	99,48%	5 172 982,16	102,71%	5 340 868,00
XS0968316256	BMW 2% 04/09/2020	0,00	2 500 000,00	100%	103,46%	2 586 450,00	100,76%	2 538 250,00
XS0975295685	REPSOL 3,625% 07/10/2021	0,00	500 000,00	100%	110,44%	552 190,00	106,54%	532 685,00
XS1015217703	ENEL 2,625 17/01/24	0,00	1 900 000,00	100%	112,26%	2 223 974,00	110,89%	2 190 771,10
XS1048529041	SHELL 2,5 24/03/2026	0,00	2 000 000,00	100%	108,51%	2 166 200,00	114,53%	2 298 680,00
XS1135277140	SHELL 1,625 20/01/2027	0,00	2 000 000,00	100%	99,04%	1 980 800,00	109,92%	2 198 480,00
XS1292468045	SHELL 1,875 1,875 15/09/25	0,00	300 000,00	100%	107,01%	321 030,00	110,16%	330 471,00
XS1292484323	SHELL 1,25% 15/03/2022	0,00	2 500 000,00	100%	104,89%	2 622 275,00	103,18%	2 579 475,00
XS1382792197	DTEL_FIN 0,625% 03.04.2023	0,00	4 500 000,00	100%	99,43%	4 474 165,00	101,72%	4 577 355,00
XS1410582586	AIRBUS 0,78% 13/05/2026	0,00	5 000 000,00	100%	98,13%	4 906 250,00	103,85%	5 192 400,00
XS1411405662	SHELL_INTF 0,75% 12/05/2024	0,00	1 000 000,00	100%	99,90%	998 990,00	103,42%	1 034 150,00
XS142958287	ENEL FINANCE NTL NV 1,375% 01/06/2026	0,00	1 150 000,00	10				

XS1291175161	CS 1,125% 15/09/20	0,00	500 000,00	100%	103,00%	514 995,00	100,99%	504 940,00
XS0304458051	VODAF 5,375%	0,00	3 000 000,00	100%	126,62%	3 798 640,00	112,96%	3 388 650,00
XS0479869744	VODAFONE 4,65 01/22	0,00	2 850 000,00	100%	120,59%	3 436 697,50	109,85%	3 130 668,00
XS063025977	BP CM 4,154% 01/06/2020	0,00	1 000 000,00	100%	112,33%	1 123 300,00	101,82%	1 018 190,00
XS0972165881	BP CAPITAL MARKETS FLO 2,517% 17/02/2021	0,00	1 000 000,00	100%	107,74%	1 077 400,00	103,14%	1 031 380,00
XS1040506112	BRLN 2,177 09/21	0,00	3 610 000,00	100%	105,83%	3 820 380,00	104,05%	3 756 313,30
XS1040506898	BP 2,972 27/02/26	0,00	2 000 000,00	100%	112,20%	2 243 900,00	116,10%	2 322 080,00
XS1109741329	SKYLN 2,5 09/26	0,00	3 000 000,00	100%	102,10%	3 063 000,00	113,21%	3 411 210,00
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1,526% 26/09/2022	0,00	1 000 000,00	100%	101,77%	1 017 700,00	104,21%	1 042 060,00
XS1116480697	BARCLAYS 1,5 01/04/22	0,00	7 500 000,00	100%	99,12%	7 433 775,00	103,16%	7 737 000,00
XS1141969912	SKYLN 1,875 24/11/23	0,00	2 600 000,00	100%	100,62%	2 616 050,00	106,68%	2 773 706,00
XS1323026479	VODAFONE GROUP 0,875 17/11/2020	0,00	1 000 000,00	100%	99,59%	995 870,00	100,94%	1 009 350,00
XS1372839679	VODAFONE GROUP PLC 1,75% 25.08.2023	0,00	5 500 000,00	100%	101,48%	5 581 185,00	106,00%	5 829 835,00
XS1375958569	BP CAPITAL MARKETS PLC 1,373% 03.03.2022	0,00	1 000 000,00	100%	100,00%	1 000 000,00	103,10%	1 031 030,00
XS1463101680	VODAFONE 1,6% 29/07/2031	0,00	500 000,00	100%	99,79%	498 940,00	104,41%	522 070,00
XS1492671158	BP CM 0,83% 19/09/2024	0,00	1 000 000,00	100%	100,00%	1 000 000,00	102,81%	1 028 140,00
XS1527126772	BP CM 1,117% 25/01/2024	0,00	2 400 000,00	100%	100,00%	2 400 000,00	103,84%	2 492 184,00
XS0213499410	BANK OF SCOTLAND PLC 3/16/2020	0,00	1 975 000,00	100%	99,14%	1 958 113,39	100,48%	1 984 391,99
XS092505316	MCDONALDS 4,0 17/02/2021	0,00	300 000,00	100%	116,41%	349 230,00	104,63%	313 884,00
XS0883614231	JP Morgan 2,75% 01/02/2023	0,00	500 000,00	100%	114,07%	570 350,00	108,23%	541 150,00
XS0383427970	JPM 2,875% 24/05/2028	0,00	2 000 000,00	100%	116,85%	2 337 000,00	120,30%	2 405 920,00
XS1107731702	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 10/09/2021	0,00	1 000 000,00	100%	100,86%	1 008 600,00	102,52%	1 025 200,00
XS1112678559	COCA COLA ENTERP 1,125% 22/09/2022	0,00	800 000,00	100%	103,46%	827 664,00	103,36%	826 888,00
XS1188094673	NGSLN 0,75 02/22	0,00	1 000 000,00	100%	97,85%	978 500,00	101,50%	1 015 020,00
XS1209863254	BANK OF AMERICA CORP 1,375% 26/03/25	0,00	1 000 000,00	100%	100,37%	1 003 690,00	105,70%	1 057 030,00
XS1237271009	MCDONALD'S CORP 1,125% 26/05/2022	0,00	2 000 000,00	100%	102,92%	2 058 400,00	102,88%	2 057 620,00
XS1290850707	BANK OF AMERICA CORP 1,625% 14.09.2022	0,00	1 000 000,00	100%	101,30%	1 013 000,00	104,28%	1 042 810,00
XS1346872580	MCDONALD'S CORP 1,625% 20.01.2023	0,00	2 000 000,00	100%	105,02%	2 100 460,00	104,58%	2 091 540,00
XS1375841159	IBM 0,5% 07.09.2021	0,00	1 000 000,00	100%	99,34%	993 370,00	101,03%	1 010 850,00
XS1375955678	IBM 1,75% 07/03/28	0,00	2 300 000,00	100%	106,35%	2 446 050,00	110,21%	2 534 715,00
XS1403264374	MCDONALD'S CORP 1,0% 15/11/2023	0,00	3 700 000,00	100%	99,89%	3 695 979,00	103,44%	3 827 354,00
XS1457608013	CTI 0,75% 26/10/2023	0,00	2 000 000,00	100%	99,63%	1 992 680,00	102,07%	2 041 480,00
XS1485643610	COCA COLA ENTERP 1,1% 2/09/2036	0,00	800 000,00	100%	90,69%	725 492,00	103,74%	829 912,00
XS1529838085	MS 1,00 02/12/22	0,00	2 000 000,00	100%	99,68%	1 993 520,00	102,63%	2 052 620,00
XS1574672397	COCA COLA ENTERP 0,5% 08/03/2024	0,00	4 000 000,00	100%	98,29%	3 931 520,00	102,00%	4 079 960,00
XS1619312686	AAFL 1,375% 24/05/2029	0,00	1 000 000,00	100%	99,38%	993 760,00	108,12%	1 091 160,00
XS1716480327	LPS 0,375% 15/11/23	0,00	2 000 000,00	100%	99,70%	1 993 960,00	101,10%	2 022 000,00
XS1963744260	MCDONALD'S 0,9% 15/06/2026	0,00	700 000,00	100%	103,82%	726 705,00	102,97%	720 811,00
XS1458408306	GOLDMAN SACHS N 27/07/2021	0,00	1 980 000,00	100%	101,58%	2 011 244,40	101,15%	2 002 690,80
XS1589881785	BMW 0,875% 03/04/25	0,00	100 000,00	100%	99,64%	99 640,00	103,48%	103 480,00
			sub-total			399 451 175,27		403 155 301,05
221		0,00	382 357 668,50			745 587 672,14		756 577 923,35
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Ações							
	...							
			sub-total			0,00		0,00
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	...							
			sub-total					
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO	1 570,00	0,00		48,05	75 441,59	83,15	130 545,50
FR0007038138	AMUNDI 3M N I CAP	9,49	0,00		1053037,83	9 996 488,15	1051425,76	9 981 184,74
DE0008475070	ALLIANZ RCM INTERGLOBAL-A	284,01	0,00		155,29	44 103,83	374,92	106 480,77
IE00B0M6SJ31	ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	153 339,00	0,00		102,39	15 701 011,91	104,86	16 079 127,54
DE0008007998	DEGI INTERNATIONAL	8 374,62	0,00		51,00	427 101,47	2,64	22 108,99
DE000A0ETSR6	DEGI GLOBAL BUSINESS	5 982,29	0,00		100,30	599 995,11	1,33	7 956,44
IE00B301YW09	FWCO GLOBAL INVESTMENT GRADE CREDIT	5 230,33	0,00		11,78	61 622,31	12,24	64 019,24
IE00B0YB8005	PREF-PAN EUR REAL ESTATE C	836,01	0,00		107,45	90 046,60	75,74	63 470,50
IE00B1TQ1R92	GREFF GLOBAL REAL ESTATE FOF A	5 933,21	0,00		79,30	422 937,15	79,16	422 159,05
IE00B0M6Q2C8	ISHARES MSCI WORLD UCITS ET	134 358,00	0,00		38,57	5 181 652,03	44,60	5 991 695,01
LU0414046390	ALLIANZ EUR EQUITY DIV DEND FUND	579,36	0,00		260,22	150 759,63	268,13	155 342,46
LU1254136507	ALLIANZ CAP PLUS-CT	5 022,58	0,00		104,71	525 928,91	106,35	534 151,60
LU1459823677	ALLIANZ-ADV FXD EUR-CT EUR	9 720,48	0,00		100,77	979 530,34	100,62	978 074,50
LU1462192250	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 15	17 965,80	0,00		104,52	1 877 757,12	104,90	1 884 612,00
LU1462192417	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 50	17 675,00	0,00		115,65	2 044 040,80	117,20	2 071 510,35
LU1462192680	Allianz Dynamic Multi Asset Strategy 75	7 628,09	0,00		125,54	957 612,68	128,19	977 844,60
LU0423949717	BNP INS EUR 3M ST VV-I-CAP	99 072,76	0,00		100,94	10 000 000,01	100,76	9 982 642,45
			sub-total			49 136 029,64		49 452 925,74
222	2.2.2.4 - Outros		472 983,03	0,00				
221+222			sub-total			49 136 029,64		49 452 925,74
	3 - TOTAL GERAL	472 983,03	696 377 668,52	0,00		794 723 701,78		806 030 849,09
		690 236,03	918 057 668,52			1 030 201 474,24		1 077 384 591,62

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO
EXERCÍCIO DE 2019

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar a V.Exas o relatório da nossa atividade e o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., referentes ao exercício findo em 31 dezembro de 2019.

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

O Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, completo no seu conteúdo, contém uma exposição que cumpre todas as regras legais.

É nesse documento feita uma análise à situação económica global do país, ao setor segurador e à atividade da própria Companhia, bem como da sociedade que entra no seu perímetro de consolidação. Fazem-se considerações de natureza macroeconómica, procedendo ao respetivo enquadramento, bem como uma concreta e comparativa análise da evolução económica da empresa e do mercado nacional ao longo do ano.

O relatório expressa os aspetos mais importantes verificados no decurso do exercício e analisa, numa perspectiva de médio prazo, possíveis desenvolvimentos futuros, confirmando as políticas empresariais assumidas.

No Relatório e Parecer deste Conselho Fiscal relativo às contas da sociedade não consolidadas, tecem-se considerações adequadas a entender melhor a evolução da empresa bem como a justificação para os resultados obtidos.

Encontra-se também cumprido o aviso do regulador quanto a políticas de remuneração dos órgãos sociais.

Este Conselho Fiscal, ao longo do exercício, procurou exercer a sua atividade de supervisão sobre a administração da sociedade e os seus serviços, bem como sobre a atividade do revisor de contas.

De igual modo, analisou os documentos mais importantes da prestação de contas e tomou conhecimento da certificação legal de contas emitida pelo revisor oficial de contas, que mereceu a sua inteira concordância.

Analisadas e verificadas, do modo considerado adequado, as políticas contabilísticas, foi considerado que as mesmas são adequadas.

Das reuniões havidas, pudemos acompanhar as contas intercalares e demais instrumentos de gestão significativos na empresa, e confirmámos tudo o que nos foi apresentado, tendo obtido os esclarecimentos pedidos quando algumas dúvidas eram levantadas.

Dentro da atividade desenvolvida, salientamos que não encontramos qualquer incumprimento das principais obrigações legais, designadamente para com o regulador.

Não tivemos conhecimento de qualquer espécie de irregularidades ou inexatidões com materialidade, pelo que nos cumpre inclusivamente agradecer todo o apoio que nos foi concedido para o desenvolvimento da nossa missão, sendo de salientar toda a colaboração que nos foi prestada pelo Conselho de Administração, Auditor, Revisor Oficial de Contas e demais quadros da empresa em tudo quanto respeita ao nosso trabalho.

A empresa não tem ações próprias e não há notícia de negócios entre a sociedade e os seus administradores, não tendo também havido as chamadas operações de cobertura.

Analisada a proposta de aplicação de resultados incluída no relatório de gestão, verificamos que a mesma se encontra fundamentada, e de acordo com as disposições legais e estatutárias, sendo de realçar os critérios de prudência dão origem aos resultados.

Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

Essa certificação por via da pandemia do covid 19, apenas foi recentemente emitida, pelo que o presente relatório apenas nesta data é finalizado.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

Avalia-se, também, de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo ROC e pelo Auditor Externo, continuando cada vez mais consistente o seu relacionamento com o Conselho Fiscal.

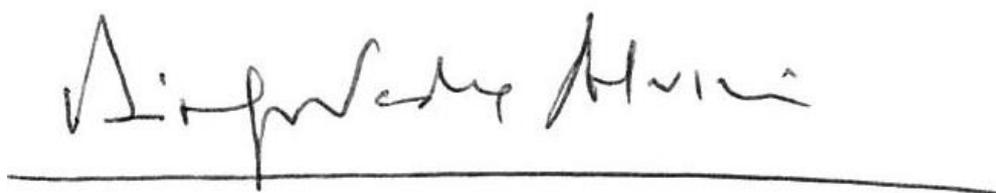
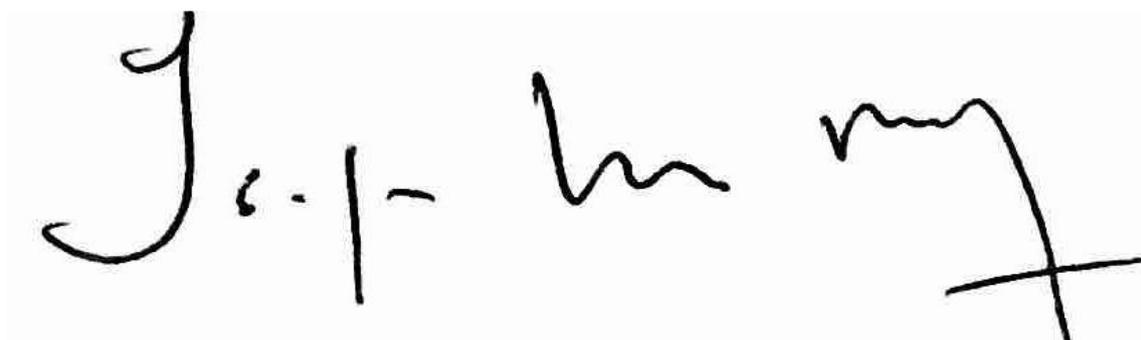
Em resultado do trabalho desenvolvido somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;

- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Lisboa, 21 de Maio de 2020

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Zuzi' or similar, written in a cursive style.A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Dinópolis Alentejo', written in a cursive style and underlined with a horizontal line.A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João Luís', written in a cursive style.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.395.286.950 euros e um total de capital próprio de 204.126.946 euros, incluindo um resultado líquido de 40.605.160 euros), a conta de ganhos e perdas consolidada, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das variações do capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõe o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 37, acontecimentos após a data de balanço não descritos em pontos anteriores, das demonstrações financeiras consolidadas, no respeitante às eventuais implicações do Covid-19, perspetivam-se impactos económicos significativos ao nível global, dependendo os resultados finais da adoção de medidas preventivas epidémicas, da duração da doença e das políticas económicas adotadas aos níveis internacional e nacional.

Também conforme referido na nota 37, o Grupo tem monitorizado o impacto da pandemia na sua posição financeira e de solvência, não antecipando impactos na continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p><i>Justo valor de instrumentos financeiros</i></p> <p><u><i>Mensuração e divulgações relacionadas com o justo valor de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2 e 5 das demonstrações financeiras consolidadas.</i></u></p> <p>Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração consolidada da posição financeira nas linhas de ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação, no montante total de 1.092.695 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2019, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço do Grupo, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte do Grupo.</p> <p>A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração consolidada da posição financeira. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emitentes ou adotando metodologias de avaliação.</p> <p>Neste contexto, alterações no processo de determinação de preços/cotações ou nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração adotadas pelo Grupo poderão originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;• Verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de instrumentos financeiros;• Verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pelo Grupo, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos;• Para posições menos líquidas, revisão dos suportes adequados para a valorização adotada; e• Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.</p>

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas**Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 2 e 10 das demonstrações financeiras consolidadas.**

Em 31 de dezembro de 2019 as provisões matemáticas do ramo vida apresentadas na demonstração consolidada da posição financeira ascendem a 180.627 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 327.374 milhares de euros, tendo uma significativa expressão no balanço do Grupo.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, inerente à constituição de provisões matemáticas e de passivos financeiros do ramo vida envolve julgamento relativamente à seleção dos pressupostos futuros incertos que estão na base do cálculo, tais como, pressupostos económicos e de negócio usados como inputs para estimar as responsabilidades de longo prazo com os beneficiários e o rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afetos à cobertura dessas responsabilidades, incluindo taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pelo Grupo para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderia resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- Verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento das provisões matemáticas e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pelo Grupo na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e
- Realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelo Grupo.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente às provisões matemáticas e aos referidos passivos financeiros, constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

**Provisão para sinistros de seguro direto
acidentes de trabalho**Mensuração e divulgações relacionadas com a
provisão para sinistros de seguro direto de acidentes
de trabalho apresentadas nas notas anexas 2 e 10
das demonstrações financeiras consolidadas.

A provisão para sinistros de seguro direto de ramos reais, relativa a acidentes de trabalho, apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, ascende a 204.892 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019, representando 17% do total do passivo do Grupo a essa data. Do referido montante, 150.320 milhares de euros respeitam às provisões matemáticas de acidentes de trabalho.

A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho envolve um grau de julgamento significativo do Conselho de Administração do Grupo, nomeadamente no respeitante (i) ao valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados, o qual tem por base requisitos legais e normativos, assim como diversos pressupostos económicos e de negócio e (ii) ao rendimento futuro esperado da carteira de investimentos afeta à cobertura dessas responsabilidades, incluindo as taxas de reinvestimento.

A utilização de diferentes pressupostos poderia resultar num nível diferente de provisões matemáticas de acidentes de trabalho. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de longo prazo, com acidentes de trabalho;
- Testes à qualidade dos dados utilizados pelo departamento atuarial para o cálculo da provisão matemática;
- Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo;
- Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e
- Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pelo Grupo.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Provisão para sinistros de seguro direto – outros ramosMensuração e divulgações relacionadas com a
provisão para sinistros de seguro direto, outros ramos, apresentadas nas notas anexas 2 e 10 das
demonstrações financeiras consolidadas.

A provisão para sinistros de seguro direto, outros ramos, apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, ascende a 172.671 milhares de

A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p>euros em 31 de dezembro de 2019, representando 14% do total do passivo do Grupo a essa data.</p> <p>A avaliação da razoabilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto, outros ramos, inclui a comparação entre a estimativa atuarial do custo final dos processos de sinistros e os pagamentos ocorridos. Para o efeito, o Grupo utiliza técnicas atuariais baseadas em modelos determinísticos e estocásticos, efetuando uma separação dos sinistros em grupos homogéneos de risco, considerando igualmente a respetiva volatilidade, de forma a incorporar os necessários níveis de confiança no respetivo provisionamento.</p> <p>A avaliação do grau de provisionamento envolve julgamento relativamente à seleção de pressupostos financeiros e atuariais, tais como taxas de desconto, tábuas de mortalidade, caudas de encerramento dos processos de sinistros, entre outros e, nessa medida, constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto, outros ramos, reconhecida pelo Grupo não ser suficiente para fazer face às responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas a processos de sinistros de seguro direto, outros ramos; • Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pelo Grupo; • Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade; • Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais do Grupo; e • Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos resultados com aqueles determinados pelo Grupo. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente à provisão para sinistros de seguro direto constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- e) avaliação da capacidade do Grupo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de março de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

18 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.